

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

142

142

SALVADOR • MARÇO DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO
Luiz Fernando Sarno

PRODUÇÃO GRÁFICA
Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou
parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International
Periodicals Directory e Qualis.

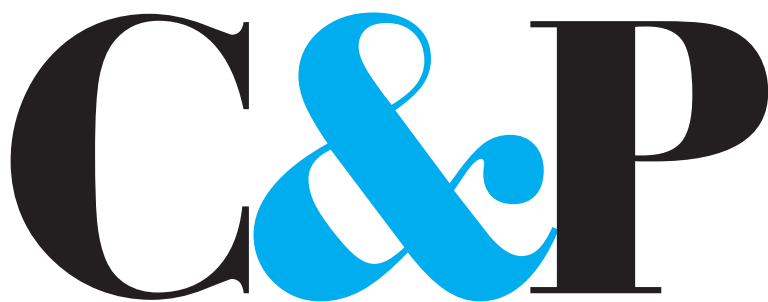
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia, 2006.

Mensal
ISSN 1413-1536

CDU 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
CEP: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71)3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Perspectivas para a economia baiana em 2006

Alynson Rocha

Carla do Nascimento

Elissandra Britto

Fabiana Pacheco

João Paulo Caetano

Joseanie Mendonça..... 4

Conjuntura Econômica Baiana..... 16

Artigos

Panorama econômico internacional: retrospectiva de 2005 e previsões para 2006

Ivan Tiago Machado Oliveira..... 26

Diagnósticos sobre competitividade de empresas e/ou setores de atividade: pertinência da sua realização para nações ou estados

Fábio Batista Mota..... 34

O desemprego sob a ótica das teorias neokeynesianas sobre o mercado de trabalho

Armando Afonso de Castro Neto

João Paulo Caetano Santos..... 38

Mercado de Trabalho: sinais indicam tendência de aumento do desemprego nos próximos meses

Samantha Flora Félix Rego..... 44

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 17,9 bilhões..... 50

Notícias..... 53

Legislação..... 57

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos..... 60

Indicadores Sociais..... 66

Finanças Públicas..... 74

Carta do Editor

O comportamento do mercado de trabalho reflete o grau de comprometimento da economia. Com a desaceleração econômica há um desestímulo à abertura de novos postos de trabalho, levando à estagnação na demanda por mão-de-obra. Dessa forma, o arrefecimento no contingente de empregos, associado à ampliação do número de pessoas que buscam uma inserção no mercado de trabalho, contribui para o desaquecimento nos indicadores do nível de atividade.

Visando respaldar essa discussão, a revista Conjuntura & Planejamento traz na sua edição de nº 142 artigos que discutem a ótica subjacente ao mercado de trabalho, bem como as normas que regem a competitividade das empresas no âmbito das nações, além de discorrer sobre os indicadores que descrevem o desempenho do mercado de trabalho para os primeiros meses do ano.

No artigo **O desemprego sob a ótica das novas teorias microeconômicas**, Armando Afonso de Castro Neto e João Paulo Caetano Santos, valorizando o aspecto teórico sobre o mercado de trabalho, analisam as teorias defendidas pelos neokeynesianos. Apresentando as controvérsias existentes a respeito das causas do desemprego, os autores ressaltam as divergências entre as teorias neokeynesianas sobre esse mercado da versão desenvolvida por Keynes na Teoria Geral do Emprego.

Em outro artigo, intitulado **Mercado de trabalho: sinais indicam tendência de aumento do desemprego nos próximos meses**, Samantha Flora Félix Rego aborda a questão do mercado de trabalho explorando os indicadores conjunturais. Apresentando o desaquecimento nos indicadores do nível de atividade, a autora suscita uma trajetória de crescimento do desemprego para os próximos meses.

Centrando a análise sobre a competitividade de empresas, o texto de Fábio Batista Mota **Diagnósticos sobre competitividade de empresas e/ou setores de atividade: pertinência da sua realização para nações ou estados** enfatiza os trabalhos desenvolvidos por Michael Porter para a teoria da vantagem competitiva. Tendo como fundamento a nova organização industrial, baseada no modelo Estrutura-Conduta-Desempenho, o autor discorre sobre o uso desse modelo para formular estratégias empresariais considerando o poder dos monopólios em favor das firmas, sem preocupar-se com os aspectos relacionados à regulamentação governamental.

Assim, ao apresentar os assuntos confrontando-os no campo teórico, buscou-se nesta edição da C&P chamar a atenção para a importância de se ratificar os conhecimentos adquiridos. Através dessas leituras, espera-se qualificar o leitor, dando-lhe embasamento nas discussões acerca dos fundamentos que regem o crescimento econômico.

Perspectivas para a economia baiana em 2006

Alynson Rocha, Carla do Nascimento, Elissandra Britto,
Fabiana Pacheco, João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça*

Este artigo apresenta os principais indicadores conjunturais da economia baiana para o ano de 2005, tendo como referência o panorama nacional. Ao mesmo tempo, coloca os primeiros resultados econômicos e perspectivas para o ano de 2006.

Economia brasileira em 2005 e perspectivas para 2006

Os principais indicadores da atividade econômica brasileira encerraram o ano de 2005 com taxas positivas, o que influenciou os analistas a realizarem projeções otimistas para 2006. Segundo dados do IBGE, o PIB, em 2005, cresceu 2,3%; setorialmente, o maior crescimento ficou por conta do setor industrial (2,5%), seguido pelo setor de serviços (2,0%) e pelo discreto crescimento do setor agropecuário (0,8%), provocado pelas adversidades climáticas e também pela apreciação cambial.

Com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção industrial física apresentou incremento de 3,1% no acumulado no ano (janeiro a dezembro, de 2005 frente ao mesmo período do ano passado). A indústria extrativa sustentou a liderança (crescimento de 10,2%), com ampliação da produção em ritmo mais forte do que o da indústria de transformação (2,7%).

O segmento de bens intermediários, o de maior peso na estrutura industrial, registrou em 2005 uma varia-

ção bastante modesta (1,0%), abaixo da média da indústria e bem inferior ao resultado obtido em 2004 (7,4%).

A análise trimestral apresentada na Tabela 1 revela que a produção industrial de bens de consumo não vinha acompanhando o bom desempenho das vendas do comércio por conta do acúmulo dos estoques no período precedente. O ajuste de estoques também pode ter sido ocasionado pela recomposição da massa salarial e pela expansão do crédito ao consumidor no período.

A expansão da produção industrial foi sustentada por poucos setores, sobretudo pelos segmentos de menor peso na estrutura industrial. A leitura dos dados revela que apenas três atividades foram responsáveis por quase 50% desse resultado, com registro de incremento mais significativo, quais sejam: veículos automotores (6,8%), indústrias extrativas (10,2%), e edição, impressão e reprodução de gravações (11,6%). Do lado diametralmente oposto, obtiveram desempenho aquém do esperado: alimentos (0,6%), vestuário (-4,6%) e metalúrgica básica (-2,0%).

O bom desempenho do setor de serviços, com acréscimo de 2%, pode ser atribuído ao crescimento das importações, que se refletiu no setor de transportes (3,2%); ao crédito pessoal; e à recomposição da massa salarial, que se refletiu no setor de comércio (3,3%) e no setor de aluguel (2,5%).

* Economistas, técnicos da SEI e membros da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI.

Tabela 1
Produção industrial e vendas do comércio varejista: Brasil, 2005

Categorias de uso	Índices dessazonalizados ¹				Variação percentual ²		
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Dez	Jan-Dez/05	Out-Dez/05	Dez/05
Indústria Geral	100,5	100,0	101,0	103,0	3,1	1,4	3,2
Bens de Capital	99,7	100,8	103,0	108,8	3,6	4,4	7,6
Bens Intermediários	100,8	100,1	100,4	101,2	1,0	-0,2	0,3
Bens de Consumo	100,5	99,9	100,8	104,7	6,1	3,0	5,6
Bens de Consumo Duráveis	104,1	100,1	100,1	110,5	11,4	4,9	14,1
Bens de Consumo Não Duráveis	99,9	99,5	100,3	103,2	4,6	2,4	3,5
Vendas do Comércio Varejista	99,6	100,8	101,6	102,5	4,8	4,3	4,3

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Indústria

¹ Base : média de 2005=100

² Em relação a igual período do ano anterior

Ainda com relação ao varejo, a desaceleração da inflação, medida pelo IPCA (IBGE), que terminou 2005 com variação acumulada de 5,7%, também justifica o bom desempenho do setor. Vale ressaltar o segmento de móveis e eletrodomésticos como destaque de 2005, como fora em 2004, conforme a Pesquisa Mensal e Comércio (PMC-IBGE), quando se verificou taxa de expansão do volume de vendas de 4,8% contra 9,2% em 2004, o que pode ser considerado muito positivo, dada a elevada base de comparação. O destaque negativo ficou por conta do segmento de combustíveis e lubrificantes, com redução de 7,4%, levando-se em conta uma redução da demanda ante a alta dos combustíveis no período.

O comportamento do mercado de trabalho, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, corrobora com os números alcançados pelo comércio. Em 2005, os trabalhadores alcançaram aumento real em 87,5% das convenções coletivas negociadas, considerado pelas centrais sindicais o melhor resultado desde 2001. Algumas categorias profissionais conseguiram zerar os efeitos da inflação medida pelo INPC. Além disso, houve aumento do emprego formal – como resultado da maior fiscalização dos órgãos competentes e também do reaquecimento dos setores ligados às exportações – e redução da taxa de desemprego, que finalizou o ano em 9,8%. No mês de dezembro essa taxa foi de 8,3% – a menor taxa da série histórica iniciada em 2002. Destaca-se que a redução da taxa de desemprego teve estreita relação com a diminuta expansão da População Economicamente Ativa no período. No tocante a geração de postos de trabalho, o grande destaque foi o segmento de serviços pres-

tados a empresas, que gerou 33% de todos os novos postos de trabalho no ano.

O reaquecimento dos setores exportadores, que se refletiu no mercado de trabalho, surpreendeu num ano de forte valorização cambial. Em 2005, o superávit comercial da Balança Comercial brasileira alcançou US\$ 44,8 bilhões, com exportações de US\$ 118,3 bilhões e importações de US\$ 73,5 bilhões, o que significa um aumento de 22,6% e 17,1%, respectivamente, em relação a 2004. Em que pese o maior direcionamento dessas exportações para países emergentes, os analistas de mercado acreditam que o *quantum* exportado pelo Brasil continuará se beneficiando de uma melhoria dos preços internacionais, que deverão se manter em 2006.

Tabela 2
Projeções: Brasil, 2006

Taxa de Inflação (IPCA)	4,64
Taxa de crescimento do PIB	3,50
Saldo Comercial (US\$ bi)	40,00
Saldo em Conta Corrente (US\$bi)	9,00
Taxa de Câmbio R\$/US\$)	
- Final do Ano	2,30
- Média do Ano	2,26
Taxa Selic	
- Acumulado do Ano	15,59
- Final do Ano	14,75

Fonte: BACEN, Relatório de Mercado, 20/02/2006

Completam o cenário favorável à economia brasileira as projeções do Banco Central, conforme a Tabela 2.

As expectativas são de redução da taxa de inflação e da taxa básica de juros, o que proporcionaria ritmo de expansão para a indústria. Nesse contexto, a política fiscal expansionista adotada pelo governo, com aumento dos gastos públicos e redução do superávit primário, completaria o cenário favorável à produção industrial em que pesem o aumento de confiança do consumidor e do empresariado nos rumos da economia do país.

Os primeiros resultados para 2006, no setor industrial, mostram que em janeiro, já descontadas as influências sazonais, a produção industrial recuou 1,3% frente a dezembro de 2005, após uma sequência de três resultados positivos. Na comparação com janeiro de 2005, a indústria assinala avanço de 3,2%. O indicador acumulado nos últimos doze meses prossegue desacelerando, passando de 3,1% em dezembro para 2,9% em janeiro (IBGE, 2006c).

Em fevereiro, o volume de vendas no comércio varejista cresceu 2,3% em relação a dezembro de 2005, já com ajuste sazonal. Nas demais comparações, as taxas para o volume de vendas foram de 6,5% sobre janeiro de 2005 e de 4,9% no acumulado dos últimos 12 meses (IBGE, 2006d).

Economia Baiana

Após as considerações sobre o desempenho da economia brasileira em 2005 e as expectativas para 2006, esta seção apresenta os resultados dos principais setores da economia baiana, quais sejam: agricultura, indústria, comércio exterior e comércio varejista.

Antes, porém, aproveitando os resultados trimestrais do Produto Interno Bruto da Bahia calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), far-se-á uma análise resumida do desempenho da economia baiana nos quatro trimestres de 2005.

Com base nos dados da Tabela 3, observa-se que o PIB da Bahia apresentou variação de 1,7% na comparação do quarto trimestre com o terceiro trimestre de 2005, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. A Agropecuária, a Indústria e os Serviços apresentaram variações de -5,4%, 2,2% e -0,2%, respectivamente. Cabe salientar que as séries são sazonalmente ajustadas de maneira direta, ou seja, as séries da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e do PIB são ajustadas individualmente.

O PIB a preços de mercado apresentou elevação de 3,7% no quarto trimestre de 2005, em relação a igual período de 2004.

Todos os setores que contribuíram para a geração do Valor Adicionado apresentaram taxa positiva na comparação com o quarto trimestre de 2004. A Agropecuária foi o destaque com um crescimento de 33,2%, seguida pela Indústria (2,0%) e Serviços (1,2%).

O PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2005 apresentou crescimento de 4,8% em relação aos quatro trimestres de 2004. Dentre os setores da economia baiana, a maior alta foi a da Indústria, com 6,1%. Em seguida, vieram a Agropecuária, com crescimento de 5,9%, e os Serviços, que registraram taxa de 2,8%.

Nas seções seguintes estão colocados de forma mais específica os principais fatores que influenciaram o desempenho dos setores para a formação desses indicadores positivos, assim como as expectativas para o nível de atividade em 2006.

Tabela 3
Principais resultados do PIB, Bahia: 4º trimestre de 2004 - 4º trimestre de 2005

Taxas (%)	4º trim/04	1º trim/04	2º trim/05	3º trim/05	4º trim/05
Acumulado ao longo do ano/ mesmo período ano anterior	9,7	6,3	3,4	5,1	4,8
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	9,7	9,5	6,1	6,6	4,8
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	11,6	6,3	0,9	8,7	3,7
Trimestre/ trimestre imediatamente anterior (ajuste sazonal)	6,6	1,4	-0,2	0,9	1,7

Fonte: SEI-GECO

Agricultura mantém trajetória de crescimento em 2005

Com a divulgação das últimas estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (LSPA-IBGE), em dezembro de 2005, tem-se a manutenção do desempenho positivo das principais lavouras baianas. Quando se analisa o resultado geral (produção física de grãos em toneladas) observa-se a expansão de 5,5%, conforme pode ser visualizado na Tabela 4. Note-se que em tal resultado destaca-se a expressiva elevação da produção do feijão 2ª safra, particularmente aquele cultivado em regime de sequeiro. Isso significa que, nas regiões produtoras, as chuvas durante o segundo semestre foram regulares e bem distribuídas, justificando os números apurados. Outros produtos tiveram desempenho modesto, como o milho e a soja (0,3% e 1,5% de crescimento da produção, respectivamente). Entretanto, os dois produtos alcançaram, em 2005, um patamar superior a 50,0% do total de grãos produzidos no estado.

Especificamente por lavouras, tem-se o crescimento expressivo da cana-de-açúcar, mandioca e café (12,1%, 8,6% e 8,3%, respectivamente). Justifica-se a expansão dessas lavouras pela conjuntura dos preços dos produtos nos mercados nacional e/ou internacional. A produção de cana-de-açúcar segue basicamente a oscilação dos preços do açúcar e do álcool e a nova demanda criada pelo aumento da

comercialização dos carros bi-combustível (ou *flex*, como se convencionou chamá-los). A alta dos preços do álcool e do açúcar tem inclusive pressionado os índices oficiais de inflação, suscitando a possibilidade de antecipação das colheitas (normalmente realizadas em abril/maio).

No caso da mandioca, embora verifique-se aumento de produção – influência da falta do produto em 2004 –, confirma-se em 2005 o movimento de reversão da tendência dos preços. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2005), a tonelada da raiz, que custava na Bahia R\$ 150,00 em dezembro de 2004, passa a custar R\$ 91,00 em dezembro de 2005. Fato semelhante ocorre com os preços da saca (50 kg) da farinha: custava aproximadamente R\$ 35,50 em dezembro/2004 e passa para R\$ 23,90 em dezembro/2005. Ainda que bem acima dos preços mínimos estabelecidos pela instituição estatal (R\$ 60,00 para a tonelada da raiz e R\$ 17,00 para a saca da farinha) esses resultados refletem o aumento da oferta de mandioca no estado.

Em termos percentuais, feijão e algodão são os destaques dentre as lavouras baianas em 2005. A lavoura de feijão apresenta um crescimento de 39,2% da produção, representando um aumento de aproximadamente 130 mil toneladas em relação ao resultado de 2004. Como visto anteriormente, esse resultado deve-se basicamente ao feijão de sequeiro 2ª safra, com expansão de 74%, ultrapassando as 300 mil toneladas, segundo o IBGE. O algodão apresenta crescimento de 16,4%, com a produção aproximando-se das 820 mil toneladas. A cotonicultura firma-se no

Tabela 4
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas: Bahia, 2004/2005

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área Plantada (ha)			Área Colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004 ¹	2005 ²	Var. (%)	2004	2005	Var. (%)
Mandioca	4.156.403	4.512.817	8,58	345.220	380.078	10,10	334.132	351.473	5,19	12.439	12.840	3,22
Cana-de-açúcar	5.027.980	5.636.887	12,11	86.967	96.319	10,75	86.742	95.929	10,59	57.965	58.761	1,37
Cacau	134.780	142.240	5,53	544.068	556.727	2,33	533.529	556.727	4,35	253	255	1,14
Café	129.598	140.339	8,29	148.253	145.957	-1,55	147.874	145.957	-1,30	876	962	9,71
Grãos	5.119.586	5.400.777	5,49	2.680.932	2.769.641	3,31	2.492.612	2.654.073	6,48	2.054	2.035	-0,93
Algodão	704.163	819.977	16,45	203.939	257.567	26,30	203.939	257.567	26,30	3.453	3.184	-7,80
Feijão	330.734	460.505	39,24	834.870	775.368	-7,13	704.331	687.440	-2,40	470	670	42,66
Milho	1.610.560	1.614.899	0,27	759.648	808.761	6,47	702.029	781.121	11,27	2.294	2.067	-9,88
Soja	2.364.480	2.401.200	1,55	821.000	870.000	5,97	821.000	870.000	5,97	2.880	2.760	-4,17
Sorgo	109.649	104.196	-4,97	61.475	57.945	-5,74	61.313	57.945	-5,49	1.788	1.798	0,55

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2004 (dados sujeitos a retificação).

² Estimativas do GCEA/IBGE dezembro/2005 (dados sujeitos a retificação).

estado, transformando a Bahia em segundo produtor nacional, concentrando cerca de 23% da produção do país. A ameaça do ataque do bicudo (*Anthonomus grandis*) aparentemente não afetou a principal região produtora, o Oeste, sendo verificadas algumas ocorrências na região Sudoeste.

Observe-se que as medições do IBGE suscitam os seguintes questionamentos para 2006: 1) a tendência de crescimento das lavouras será mantida? A indagação surge no momento em que são relatadas estiagens que já prejudicam algumas safras de grãos, inclusive do feijão 1ª safra, na região de Irecê; 2) os preços de produtos como açúcar, álcool e café continuarão a estimular o aumento da produção?; 3) a queda dos preços da mandioca (raiz e farinha) pode afetar a produção para 2006? A preocupação ganha força pela ligação estreita, na Bahia, entre lavoura de mandioca e agricultura familiar; e 4) a expansão da soja no Oeste chegou ao limite? Questiona-se, após recordes de crescimentos nos anos de 2004 e 2005, se 2,4 milhões de toneladas configura-se como o teto para a produção baiana, seja pelas condições climáticas instáveis, pela presença sempre ameaçadora da ferrugem asiática ou pela logística de distribuição da produção. As respostas virão dos agricultores baianos, traduzidas nas estimativas do LSPA-IBGE 2006.

Atividade industrial mantém desempenho positivo

A indústria baiana fechou o ano de 2005 com crescimento de 4,1%, sinalizando um resultado próximo e dentro do que vinha sendo alcançado ao longo do ano, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A indústria extrativa mineral apresen-

tou resultado negativo, com decréscimo de 2,8% para o mesmo período, devido ao recuo na produção de gás natural e petróleo. Diferentemente do que se observou na indústria de transformação, que registrou um crescimento para o acumulado do ano de 4,5%, tendo incremento na produção de sete dos oito setores que compõem esta indústria.

As influências setoriais de maior peso para o resultado positivo vieram de: refino de petróleo e produção de álcool, que obteve resultado de 3,8%, devido ao aumento verificado na produção de gasolina; óleo diesel e outros óleos combustíveis; alimentos e bebidas (8,0%); veículos automotores (30,8%); celulose, papel e produtos de papel (21,3%), em função do aumento na produção de celulose e papel não revestido; minerais não-metálicos (11,0%); borracha e plástico (7,7%); e metalurgia básica (0,7%). Negativamente, destaca-se o setor de produtos químicos, cujo desempenho negativo levou ao decréscimo na produção de 0,3%, resultado da queda na produção de polietileno de alta densidade e amoníaco (IBGE, 2006c).

Tabela 5
Indústria e principais gêneros: Bahia,
Dezembro/2005

Classes e gêneros	Mensal ¹	Acum. do ano ²	Acum. 12 meses ³
Indústria Geral	10,0	4,1	4,1
Extrativa Mineral	3,7	-2,8	-2,8
Indústria de Transformação	10,4	4,5	4,5
Alimentos e Bebidas	4,8	8,0	8,0
Celulose, papel e produtos de papel	113,4	21,3	21,3
Refino de petróleo e álcool	0,4	3,8	3,8
Produtos químicos	5,0	-0,3	-0,3
Borracha e plástico	-1,7	7,7	7,7
Minerais não metálicos	24,4	10,9	10,9
Metalurgia básica	15,7	0,7	0,7
Veículos automotores	16,6	30,8	30,8

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria Elaboração: CAC-SEI

¹ Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

² Em relação ao mesmo período do ano anterior.

³ Em relação aos doze meses anteriores.

Destacando o desempenho de alguns setores em 2005, no setor de petroquímicos, apesar da recuperação dos preços das resinas no mercado interno

A indústria baiana fechou o ano de 2005 com crescimento de 4,1%, sinalizando um resultado próximo e dentro do que vinha sendo alcançado ao longo do ano

– alcançando o seu valor mais elevado em janeiro de 2005 – a produção física foi reduzida principalmente em função da elevação do preço da nafta petroquímica.

O crescimento da economia internacional em 2005 fez com que a demanda por resinas termoplásticas se mantivesse elevada, tendo, portanto, uma demanda maior do que a oferta, levando as empresas do setor a manterem elevadas taxas de utilização de capacidade instalada. Porém, esse quadro positivo foi abalado pela forte elevação dos preços da nafta e matérias-primas petroquímicas.

As perspectivas de menores taxas de juros e maior crescimento do PIB associados à liberação de recursos federais para investimentos em infra-estrutura, além de eventos como a copa do mundo e eleições, que estimulam o consumo de plásticos no país, indicam uma tendência positiva para o setor químico/petroquímico em 2006, principalmente para o negócio polipropileno. No cenário externo, as perspectivas são de uma relação apertada entre a oferta e a demanda, em função do atraso na implementação das novas capacidades produtivas na petroquímica mundial, fazendo com que os preços dos mercados internacionais mantenham-se em patamares elevados.

O gênero de celulose e papel apresentou um incremento na sua produção de 21,3% no acumulado do ano de 2005. Apesar da recuperação e taxas positivas, o setor enfrentou problemas como a questão fundiária, envolvendo as plantações de algumas empresas, além da questão da apreciação cambial, que prejudica o setor (FEDERAÇÃO..., 2006).

O projeto de expansão da unidade Mucuri no estado da Bahia começará a entrar em operação a partir de outubro de 2007. Com investimento previsto de US\$ 1,3 bilhões, o objetivo desse projeto é triplicar a produção para atender ao mercado externo, a qual se elevará de 470 mil toneladas de celulose para quase 1,5 milhão de toneladas (SUZANO, 2006). O processo de expansão de outra unidade do setor – um investimento estimado em US\$ 400 milhões – iniciou-se em dezembro com a aquisição de uma caldeira de recuperação, com a perspectiva de triplicar a capacidade de 115 mil para 365 mil toneladas até 2007. A expansão resultará na ampliação da linha atual de produtos, levando a uma produção de celulose de maior valor agregado.

Em 2005, a RLAM realizou uma parada de manutenção com o objetivo de aumentar a capacidade e melhorar a rentabilidade da sua unidade 39

Nas primeiras semanas de 2006, o preço internacional da tonelada da celulose manteve-se estável e com tendência de alta a partir de fevereiro. No mercado interno, houve crescimento da demanda e dos preços em função do movimento sazonal de retorno as atividades escolares, porém, abaixo das expectativas.

Para a indústria de refino de petróleo e produção de álcool, o fechamento do ano de 2005 foi positivo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), houve um crescimento de 5,4% em 2005, comparado ao mesmo período de 2004, na produção de derivados de petróleo da Refinaria Landulpho Alves, atingindo o patamar de 14,6 milhões m³. Para a produção de gasolina registrou-se um aumento de 12,9%, alcançando um total de 2,2 milhões m³, e para a produção de GLP registrou-se uma produção de 1,2 milhões m³, com um aumento de 8,9%, sendo estes dois produtos responsáveis pelo bom desempenho do segmento durante o período. Já a produção de óleo combustível apresentou um aumento de 7,6% para o mesmo período (AGÊNCIA..., 2005).

Em 2005, a RLAM realizou uma parada de manutenção com o objetivo de aumentar a capacidade e melhorar a rentabilidade da sua unidade 39, produtora de GLP diesel e nafta. Além disso, foi anunciado um investimento da ordem de US\$ 93 milhões voltados principalmente para a redução de enxofre nos derivados produzidos, implantando duas unidades de hidrossulfurização. Vale mencionar que a Petrobras e o governo estadual firmaram parceria na área do biodiesel, com um investimento previsto de R\$ 73 milhões para a instalação de uma unidade de processamento que terá capacidade de 40 milhões de litros por ano (FEDERAÇÃO, 2006).

As perspectivas do setor para 2006 voltam-se para a questão do suprimento do gás natural para a Bahia e para o Nordeste, que passa pela realização de dois grandes projetos: Manati e Gasene. Esse último tem o seu trecho principal, que envolve a cidade de Catu, na Bahia, em fase de estudos em decorrência de alguns

problemas: aumento dos custos, crise na Bolívia, reavaliação das reservas disponíveis de gás na bacia de Santos e, por fim, a indefinição do marco regulatório com a nova Lei do Gás, em tramitação no Senado.

O segmento da metalurgia básica em 2005 teve seu desempenho afetado pela forte alta (cerca de 56,0%) dos preços do cobre no mercado internacional e pela queda nos preços dos produtos siderúrgicos, influenciada pelo risco de superprodução da China.

Pode-se destacar, para a siderurgia baiana, o investimento de US\$ 75 milhões na ampliação da produção de aço, com o objetivo de elevar, até 2008, a capacidade instalada de US\$ 520 mil toneladas /ano para 840 mil toneladas /ano (FEDERAÇÃO...,2006).

No emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, houve um crescimento no nível de pessoal ocupado assalariado em torno de 1,8% no estado, para o acumulado do ano de 2005, comparando-se com igual período de 2004, sendo que no cenário nacional o aumento para o pessoal ocupado na indústria registrou um incremento de 1,0%. Para a indústria de transformação, o aumento do pessoal ocupado foi de 2,3% em 2005. Por segmentos, registraram incremento de pessoal ocupado: máquinas e equipamentos (48,8%), calçados e couro (5,2%), produtos de metal (5,4%), alimentos e bebidas (1,1%), metalurgia básica (4,9%) e fabricação de meios de transporte (9,4%). Registraram queda no nível de pessoal ocupado os segmentos de produtos químicos (-4,6%), borracha e plástico (-5,8%) e minerais não-metálicos (-11,6%).

Os primeiros resultados alcançados em 2006, para o mês de janeiro, na indústria baiana, indicam crescimento de 6,6%. Dos nove segmentos industriais, apresentaram incremento o refino de petróleo e produção de álcool (17,1%), principalmente devido ao aumento do óleo diesel e dos óleos combustíveis. Destacam-se ainda os desempenhos positivos do setor de papel e celulose (28,9%), em função da maior fabricação de celulose, e de metalurgia básica (10,4%), pelo au-

mento na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e de aço carbono. A queda na produção veio dos setores de alimentos e bebidas (-6,7%), devido à redução na produção de farinha e *pellets* da extração de óleo de soja e óleo de soja refinado, e de veículos automotores (-6,2%), em virtude da diminuição na fabricação de automóveis.

Em 2006, o nível de pessoal ocupado na indústria geral, em janeiro, registrou queda de 0,3%. A indústria de transformação apresentou queda de 1,1%, destacando-se negativamente os seguintes setores: produtos químicos (-8,7%), borracha e plástico (-11,5%), minerais não-metálicos (-11,0%), metalurgia básica (-3,7%), e máquinas e equipamentos (-12,7%).

Espera-se, para 2006, indicadores positivos para o setor industrial baiano, principalmente nos segmentos relacionados aos bens de consumo e à exportação de *commodities*. Contribui também para resultados positivos, a evolução favorável do consumo interno, impulsionado pela expansão do crédito e do aumento na massa salarial, e a sustentação do bom desempenho das vendas do país no mercado externo, além das expectativas de redução gradual dos juros e maior crescimento do PIB.

Exportações mantêm ritmo de crescimento

O processo de diversificação das exportações brasileiras, através da conquista de novos mercados, tem favorecido muito o expressivo crescimento das exportações. Esse crescimento também é constatado quando observamos os dados para o comércio exterior baiano.

No ano de 2005, as exportações baianas tiveram crescimento de 47,4% na comparação com o ano de 2004 (Tabela 6). Já as importações cresceram apenas 9,6% no mesmo período. Com esses resultados, o saldo da balança comercial foi recorde, alcançando US\$ 2,67 bilhões no ano. O crescimento da balança comercial baiana em níveis acima do verificado para o Brasil vem contribuindo para a que a Bahia ganhe maior destaque entre os estados exportadores – a Bahia ocupa a sexta posição em exportações –, uma vez que a corrente de comércio¹ baiana já representa 4,85% do total da corrente de comércio do Brasil.

¹ A corrente de comércio equivale à soma das exportações e importações.

Para a indústria de transformação, o aumento do pessoal ocupado foi de 2,3% em 2005

Tabela 6
Balança comercial, Bahia: 2004/2005

Discriminação	2004	2005	% Var.
Exportações	4.060.916	5.987.744	47,38
Importações	3.021.129	3.310.799	9,59
SalDOS	1.041.787	2.676.945	156,96
Corrente de comércio	7.084.045	9.298.543	31,26

Fonte: MDIC/SECEX

Obs: Importações efetivas, dados preliminares.

O exímio crescimento das exportações baianas em 2005 está atrelado à diversificação da pauta de exportações e ao crescimento das vendas para o mercado latino americano (PROMO, 2006), mas, sobretudo, ao aumento nos preços do petróleo e seus derivados, que contribuiu para colocar o segmento de derivados de petróleo em primeiro lugar na pauta de exportações, com variação de 150,2% (Tabela 7). Além desse segmento, cabe destacar os segmentos químicos e petroquímicos, que tiveram variação de 21,8%, automotivo, com variação de 36,1%, e metalúrgico, com crescimento de 50,3%.

Tabela 7
Exportações baianas: Principais segmentos, 2004/2005

Discriminação	Valores FOB (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2004	2005		
Derivados de petróleo	549.770	1.375.657	150,22	22,97
Químicos e petroquímicos	946.491	1.152.388	21,75	19,25
Automotivo	640.719	872.186	36,13	14,57
Metalúrgicos	384.872	578.294	50,26	9,66
Papel e celulose	277.775	434.363	56,37	7,25
Soja e derivados	335.547	377.174	12,41	6,30
Cacau e derivados	194.045	224.401	15,64	3,75
Minerais	103.588	154.801	38,32	2,59
Frutas e suas reparações	74.884	103.581	38,32	1,73
Algodão e seus subprodutos	60.299	96.112	59,39	1,61
Café e especiarias	68.065	89.054	30,84	1,49
Couros e peles	72.406	71.597	-1,12	1,20
Móveis e semelhantes	45.327	68.236	50,54	1,14
Sisal e derivados	62.548	63.552	1,61	1,06
Calçados e suas partes	50.816	56.032	10,26	0,94
Borracha e suas obras	13.680	46.797	242,08	0,78
Máqs., apars. e mat. Elétricos	32.012	38.826	21,29	0,65
Fumo e derivados	16.699	18.613	11,46	0,31
Pesca e aquicultura	27.539	18.118	-34,21	0,30
Demais segmentos	105.834	147.932	39,81	2,47
Total	4.062.916	5.987.744	47,38	100,00

Fonte: MDIC/SECEX

No lado das importações², cabe destacar o crescimento das vendas de combustíveis e lubrificantes (36,6%), representando 32,6% das importações totais do estado³. Apesar disso, a categoria bens intermediários ainda figura como a principal categoria nas importações baianas com 37,6% do total importado.

Os principais destinos das exportações baianas foram Estados Unidos (18,3%), Argentina (12,0%), Bahamas (10,4%) e México (9,8%).

As perspectivas para o desempenho do comércio baiano em 2006 são de crescimento, apesar de ser esperado em menor magnitude. Segundo relatório da P ROMO:

... as principais preocupações que determinarão um crescimento menor para as exportações baianas em 2006 estão relacionadas à valorização cambial, à sua flutuação acentuada, à redução do ritmo de crescimento mundial e a uma eventual redução dos preços das *commodities* (CENTRO... , 2006).

Entretanto, verificando o comportamento da taxa de câmbio nos últimos anos e o desempenho das exportações, tanto em nível de Brasil quanto de Bahia, concluiremos que aquela variável há muito não vem sendo um determinante para este desempenho. Dessa forma, não é de se esperar que as variações na taxa de câmbio possam realmente interferir no desempenho das exportações, a menos que ocorra uma superdesvalorização do dólar frente o real, o que inviabilizaria qualquer exportação brasileira. Além disso, é de se esperar que a elevação dos preços do petróleo e seus derivados contribuam positivamente para o crescimento das exportações, a exemplo do que ocorreu em 2005. Nesse sentido, os primeiros dados da balança comercial baiana, para o mês de janeiro de 2006, indicam crescimento de 41,7% nas exportações e 13,0% nas importações, o que se traduziu em um saldo de US\$ 210 milhões.

Varejo baiano encerra o ano com expansão

No ano de 2005, a oferta de crédito, a valorização do real e o aumento da renda, além da expansão dos prazos de financiamento, foram os fatores que mais contribuíram para a manutenção do crescimento nas vendas. Na análise dos dados acumulados, observa-

se que a maior oferta de crédito, especialmente o consignado, foi fundamental para “segurar” o comércio varejista nesse ano. Dessa forma, o comércio baiano encerrou 2005 acumulando expansão de 7,1% no volume de vendas.

Dos oito ramos de atividade que compõem o indicador do comércio, sete acumularam contribuições positivas, à exceção do segmento de combustíveis e lubrificantes que acumulou, no ano, acentuada queda nas vendas (-13,3%). Os destaques para esse período novamente foram os segmentos de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (71,4%) e móveis e eletrodomésticos (39,8%), seguido por tecidos, vestuário e calçados (17,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,8%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (11,6%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,2%). Obteve-se, ainda, variação positiva de 5,8% para o subgrupo de hipermercados e supermercados. Nos ramos que não contribuem para a formação do indicador, como veículos, motos e peças, o incremento alcançou 9,7%, ao passo que o de material de construção recuou 6,1%.

No acumulado de janeiro-dezembro/05, em comparação com o mesmo período do ano passado, a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) revelou que o crescimento das vendas foi sustentado essencialmente pelos segmentos de Móveis e eletrodomésticos e Equipamentos de informática. O primeiro tem seu desempenho justificado pela melhoria nas condições de crédito oferecidos aos consumidores nos últimos meses. O segundo, embora não seja um dos ramos mais representativos do varejo, foi impulsionado, basicamente, pela ocorrência da valorização do real frente ao dólar, que torna os produtos de informática (*hardware* e *software*) relativamente mais baratos.

Através da análise da composição do indicador do volume de vendas para o acumulado do ano, verifica-se que o segmento de móveis e eletrodomésticos é acompanhado pelo ramo de hipermercados, supermercados e alimentos, seguido da atividade de tecidos, vestuário e calçados. Apesar da sua representatividade na formação da taxa global do varejo, o grupo de hipermercados, supermercados, produtos

² Importações por categorias de uso.

³ Esse crescimento também está relacionado, como nas exportações, ao aumento no preço do petróleo.

alimentícios, bebidas e fumo, que depende diretamente da renda, apresentou um incremento nas vendas em ritmo mais lento do que os demais grupos. Esse comportamento é atribuído aos empréstimos consignados que resultaram no comprometimento da renda do trabalhador.

A atividade de tecidos, vestuário e calçados continua influenciada pelas liquidações de final de estação. As reposições, embora graduais, da renda real dos trabalhadores e a queda no desemprego também foram determinantes para esse segmento acumular resultado positivo no ano. Quanto à variação negativa apresentada pelo segmento de combustíveis e lubrificantes no acumulado do ano, credita-se à elevação dos preços dos combustíveis bem acima da média, o que provocou uma redução da demanda pelo produto.

Os resultados apurados para os oito segmentos varejistas que compõem o Indicador do Varejo no Estado da Bahia encontram-se na Tabela 8.

Para o ano de 2006, a expectativa é que haja um aquecimento já nos primeiros meses, devido à implantação

de uma conjuntura favorável com a queda dos juros, inflação baixa, recuperação da renda e estabilidade nas taxas de ocupação dos consumidores. Além de ser um ano de Copa do Mundo e de eleições, que certamente contribuirão como incentivo ao aumento dos gastos dos consumidores. Dessa forma, diante do bom desempenho apresentado pelo comércio varejista ao longo do ano de 2005, há expectativas de que, no ano de 2006, as vendas no varejo voltem a se expandir.

O comércio varejista inicia o ano com resultados positivos, apresentando em janeiro taxas de 1,3% para o volume de vendas, na relação mês/mês anterior com ajuste sazonal. Nas demais comparações, as taxas para o volume de vendas foram de 5,1% sobre janeiro de 2005 e de 6,5% no acumulado dos últimos 12 meses.

Na composição da taxa mensal de janeiro de 2006 para o volume de vendas do comércio varejista, os maiores impactos positivos couberam às atividades de móveis e eletrodomésticos e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, com variação de 34,1% e 101,9%, respectivamente.

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo¹: Bahia, dezembro/2005

Classes e gêneros	Mensa ²	Acumulado do ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Comércio Varejista	5,6	7,1	7,1
Combustíveis e Lubrificantes	-16,6	-13,3	-13,3
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	2,6	7,0	7,0
Hipermercados e Supermercados	3,8	5,8	5,8
Tecidos, Vestuário e Calçados	15,0	17,1	17,1
Móveis e Eletrodomésticos	23,8	39,8	39,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	17,4	11,8	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	19,2	2,7	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	113,9	71,4	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,3	11,6	nd
Veículos, motos e peças	10,8	9,7	9,7
Materiais de construção	-5,8	-6,1	nd

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Condições favoráveis de crédito ao consumo e os empréstimos consignados em folha, como já ocorrera em 2004 e 2005, continuam sendo os principais fatores de manutenção do desempenho da atividade nesse início de ano, como também a melhora observada tanto no nível de ocupação quanto no rendimento médio real. No caso específico de equipamentos e materiais de escritório, o aumento explica-se pelos efeitos da valorização do real frente ao dólar, o que vem tornando os produtos de informática e outros importados relativamente mais baratos.

Considerações Finais

O artigo apresentou os principais indicadores da economia brasileira e baiana em 2005 e os primeiros resultados para 2006.

Com base na análise pode-se observar que o desempenho tanto da economia brasileira como da baiana, apesar de manterem taxas positivas durante o ano de 2005, não respondeu às expectativas de taxas mais elevadas, como ocorreu em 2004. A expansão da economia em 2005 esteve desatrelada da expansão da oferta potencial do sistema econômico pela via do investimento; pelo contrário, esteve amparada na recuperação de variáveis como o consumo das famílias e nas exportações. O aumento do consumo das famílias deu-se através do aumento da massa de salários reais, da renda adquirida via programas assistencialistas e da ampla oferta de créditos às pessoas físicas.

Os setores de atividade apresentaram taxas de crescimento positivas, apesar da ameaça constante de alguns fatores que poderiam se tornar obstáculos para o desempenho da economia em 2005: altas taxas de juros, a crise política que afetou o país nos últimos meses e o câmbio desfavorável, que poderia vir a prejudicar o nível das exportações. No entanto, o volume de crédito para pessoa física prossegue ampliando-se e as indústrias que atingem o limite da capacidade instalada planejam investimentos diante da expectativa de expansão da demanda.

No entanto, o cenário para 2006 mostra-se incerto em razão da seca que assola a região, afetando não apenas as culturas como a indústria rural, e da provável continuidade da política econômica com altas

taxas de juros, o que afeta as decisões de consumo das famílias – já endividadas – e de investimentos das empresas, que ainda dependem de recursos públicos para investimentos em infra-estrutura.

Referências

ANP. Agência Nacional de Petróleo. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2005.

BACEN. Relatório de Mercado Focus. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

BACHINI, Verônica. Vendas do comércio em 2005 cresceram 4,76%. *Jornal do Commercio*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

BRASKEM. Lucro atinge R\$ 677 milhões em 2005. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 07 mar. 2006.

COLLET, Luciana. Vendas do setor varejista cresceram 4,76% em 2005. *Gazeta Mercantil*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

COM mais crédito, vendas no varejo crescem 4,7%. *Valor Econômico*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. PROMO. *Perspectivas para 2006*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br/noticias>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

DECISÃO do Copom frustra mas não altera projeções. *Valor*. p. C1, 20 jan. 2006.

DESEMPREGO cai, renda e formalidade crescem. *Folha de São Paulo*. p. B1, 27 jan. 2006.

FARID, Jacqueline. Crédito fez venda no varejo crescer 4,76% em 2005. *O Estado de S. Paulo*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Acompanhamento conjuntural*. jan e fev. 2006. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 07 mar. 2006.

IBGE. *Índice nacional de preços ampliado – IPCA*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2006a.

IBGE. *Pesquisa industrial mensal emprego e salário*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07. mar. 2006b.

IBGE. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 mar. 2006c.

IBGE. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2006d.

IBGE. *Pesquisa mensal de emprego*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2006e.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *A Indústria em dezembro de 2005: Suspiro em meio à desaceleração*. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

IPEA. *Boletim de Conjuntura*. Março de 2006, n.72. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc072.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2006.

LAGE, Janaina. Crédito e renda elevam as vendas do varejo em 2005. *Folha de S. Paulo*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

RIBEIRO, Fabiana. Expansão de vendas do comércio cai à metade, mas setor ensaia reação. *O Globo*, 15 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

RISCO país é o menor da história. *A Tarde*. p 29, 22 dez. 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Indicadores*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

SUZANO. Resultado 3T05. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br>>. Acesso em: 07 mar. 2006.

TRABALHADOR consegue ganho real. *A Tarde* p. 27, 22 dez. 2005.

UFRJ. *Economia & Conjuntura*. fevereiro de 2006, ano 6, n. 72. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/fev2006.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2006. ■



Conjuntura Econômica Baiana

A economia baiana fechou o ano confirmando a tendência de crescimento dos seus principais segmentos, fato verificado durante todo o ano de 2005. Comércio exterior, produção industrial e vendas no comércio varejista fecharam o ano com desempenho positivo, sendo que em todos esses segmentos o desempenho foi superior ao verificado em nível de Brasil.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em 2005, variação positiva de 4,5% em relação ao ano de 2004. No ano, os setores de *Veículos automotores* (30,8%), *Celulose, papel e produtos de papel* (21,3%) e *Minerais não-metálicos* (10,9%) foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Já o setor de *Produtos químicos* (-0,3) foi o único a fechar o ano com taxa negativa.

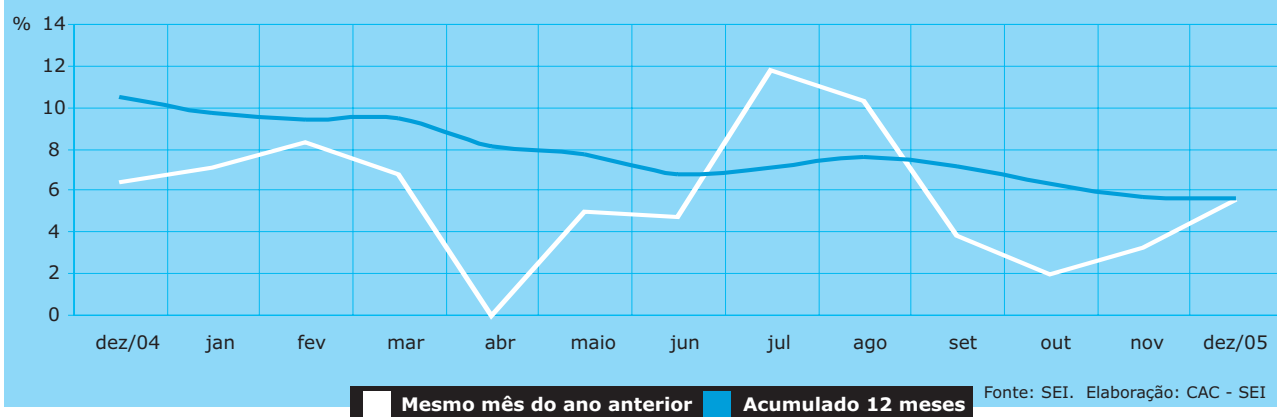
O comércio exterior, com dados para o mês de janeiro de 2006, continuou a repetir as altas taxas de crescimento que vêm sendo registradas nos últimos anos. No mês, as exportações alcançaram um total de US\$ 510,94 milhões, com crescimento de 41,7% sobre o mesmo mês do ano anterior. As importações, por sua vez, registraram crescimento um pouco mais modesto (13,1%), totalizando US\$ 300,69 milhões.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, fechou o ano de 2005 com expressivo crescimento de 7,1%. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram: *equipamentos e materiais para escritório* (71,4%); *móveis e eletrodomésticos* (39,8%) e *tecidos e vestuários* (17,1%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 9,7% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) registrou, para Salvador, no mês de fevereiro de 2006, alta de 0,3%. No período, os grupos que registraram as maiores altas foram: *habitação e encargos* (2,38%) e *saúde e cuidados pessoais* (0,22%). Já o segmento *vestuário* (-0,23%) foi o único a registrar deflação no mesmo período.

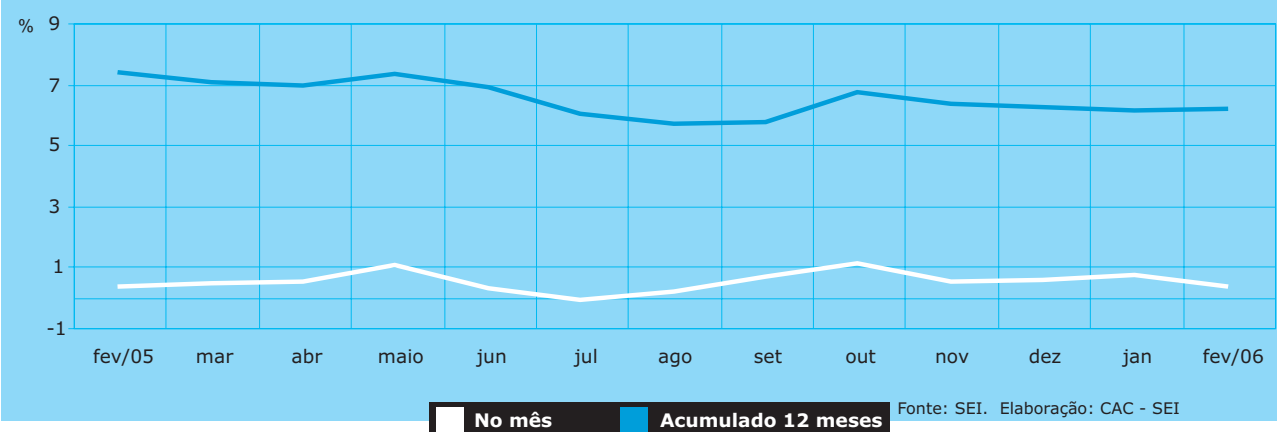
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEA-DE), registrou, no mês de janeiro, taxa de desemprego de 23,7%, 1,1 p.p inferior à do mesmo mês do ano anterior. Já o rendimento fechou o ano de 2005 com alta de 0,8% na comparação com o ano de 2004.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



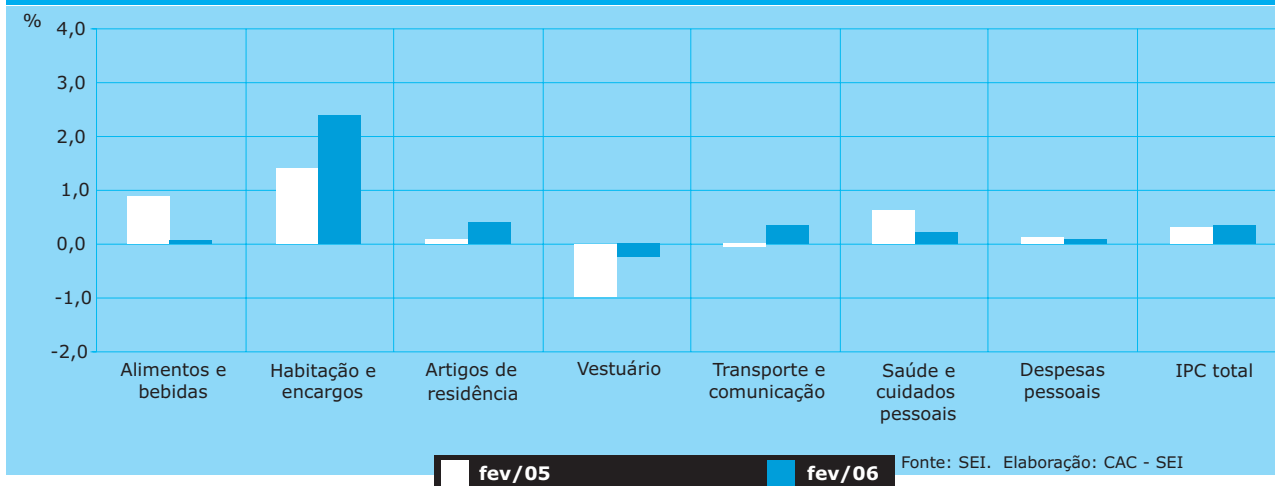
Em dezembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, registrou alta de 5,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Apesar de sido verificado, ao longo do ano, um processo de desaceleração do crescimento econômico, a movimentação econômica em Salvador fechou o ano de 2005 com crescimento de 5,7% na comparação com o ano de 2004.

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



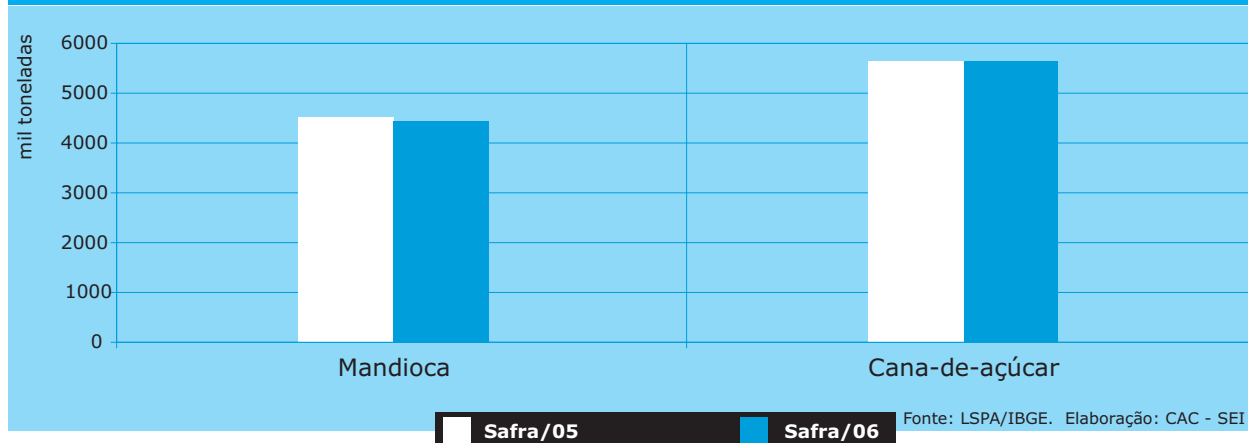
No mês de fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,33%, bem abaixo da taxa do mês de fevereiro, que foi de 0,71%. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 6,2%. Transporte e comunicação (10,2%) e Habitação e encargos (24,6%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já Artigos de residência (-0,12 %) continua sendo o grupo que menos pressiona na formação do índice.

Taxa de Variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

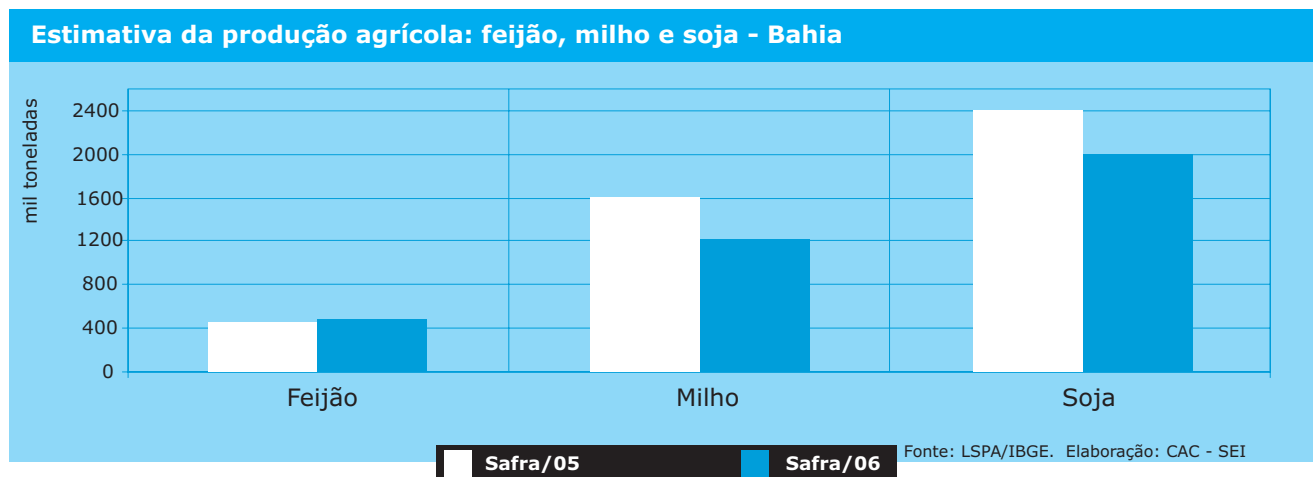


Os grupos habitação e encargos (2,38%) e transporte e comunicação (0,36%) apresentaram, em fevereiro, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (3,2%) e transportes (0,4 %) registraram as maiores elevações. No mesmo período, apenas o grupo vestuário (0,23%) registrou taxa negativa.

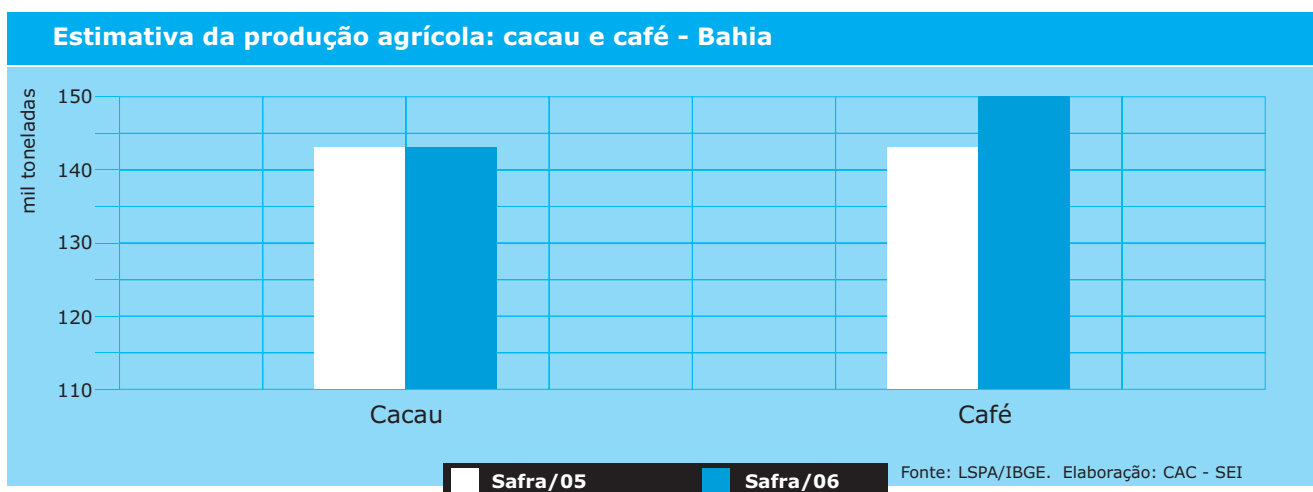
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas para a safra baiana, realizadas em fevereiro de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontam retração de 1,6% para a safra de mandioca. A observação pode indicar que o aumento da oferta da raiz em 2005 e a conseqüente queda dos preços já impactam negativamente a produção. Para a cana-de-açúcar observa-se pequena retração da produção (0,2%). Esse resultado ainda reflete ajustes para a lavoura, em fase de execução de tratamentos culturais.

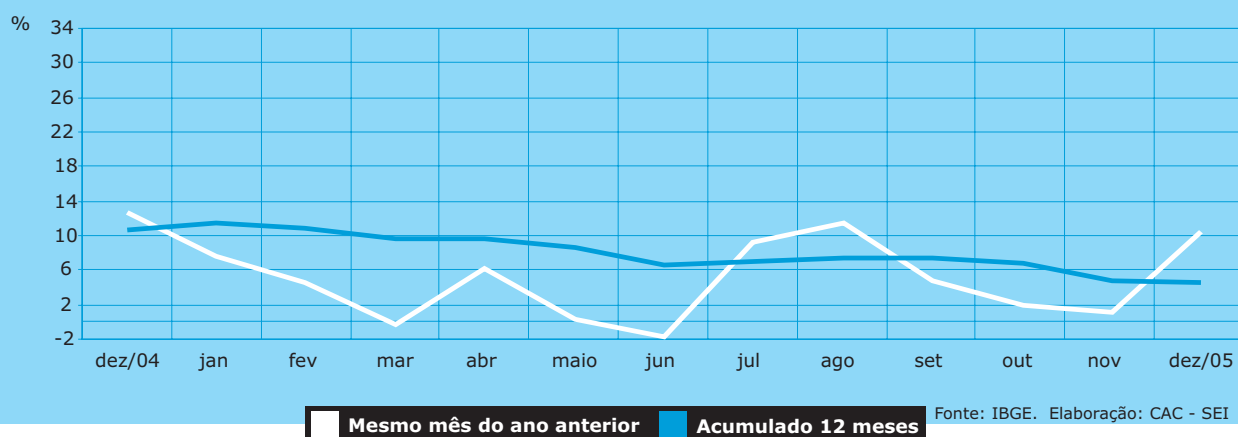


A safra de feijão apresenta elevação de 6,7% da produção em 2006. Ao contrário do observado em 2005, esse resultado é fortemente influenciado pelo feijão 1ª safra, plantado na ocorrência das chuvas de fim de ano. A produção de milho apresenta redução de 25%. Esse resultado ainda é influenciado pela conjuntura de preços e cambial, pouco atraente ao produtor. Para soja estima-se retração de 17% da produção. Além da conjuntura econômica, tem-se a presença da ferrugem asiática.



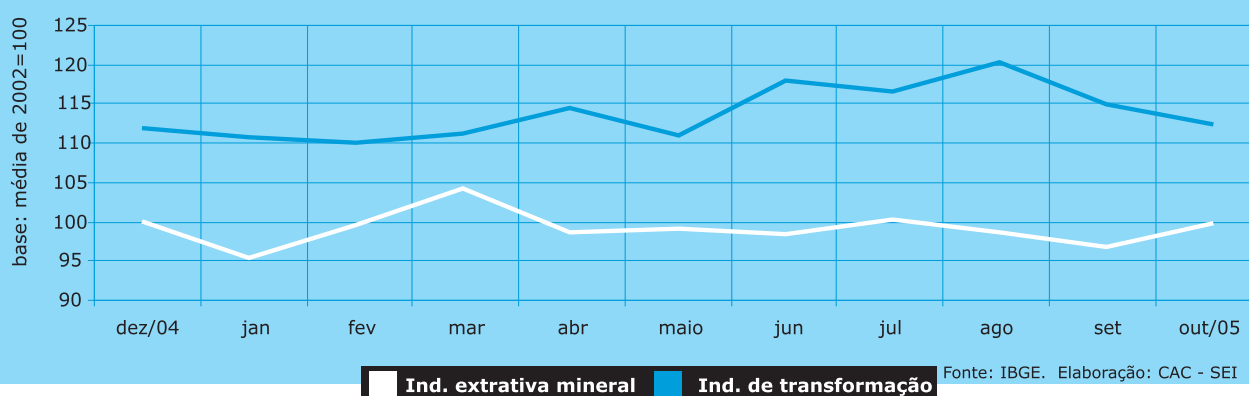
Para o cacau, o LSPA de fevereiro de 2006 mantém os mesmos resultados da safra anterior. Isso se deve ao período de entressafra da lavoura. Para o café, aponta-se a elevação da produção de 7,3%. O café apresenta uma conjuntura de preços favorável, particularmente pela redução da oferta em 2005, devido ao período natural de redução da produtividade da planta. A demanda externa em elevação pode funcionar como estímulo aos produtores, comercializando tanto a safra vindoura quanto os estoques.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



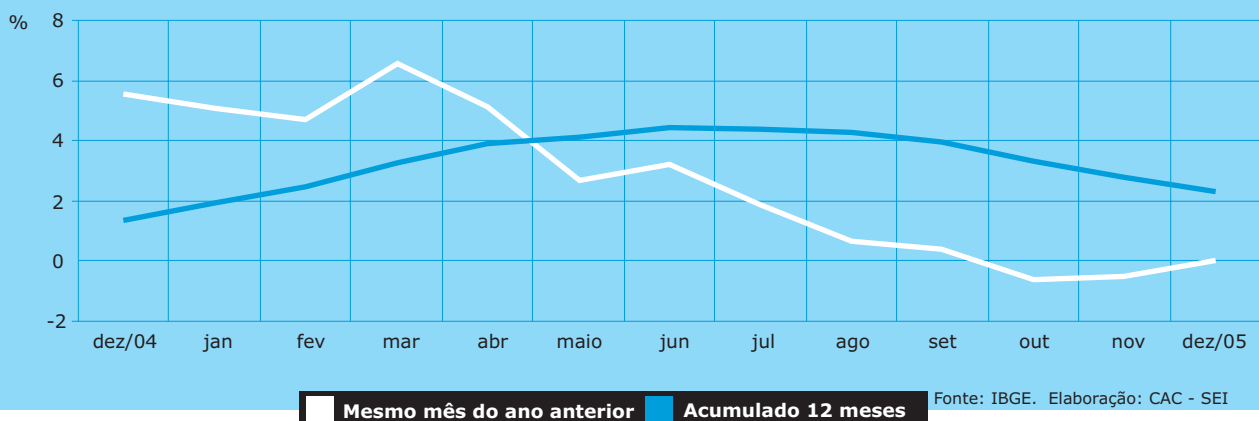
A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em dezembro, crescimento de 10,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Foi o segundo maior aumento do ano, inferior apenas ao de agosto (11,4%). A produção industrial da Bahia fechou o ano de 2005 com crescimento de 4,5% na comparação com o ano de 2004. Esse crescimento foi puxado, em particular, pelos setores de refino de petróleo e álcool (3,8%), alimentos e bebidas (8,0%) e veículos automotores (30,8%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

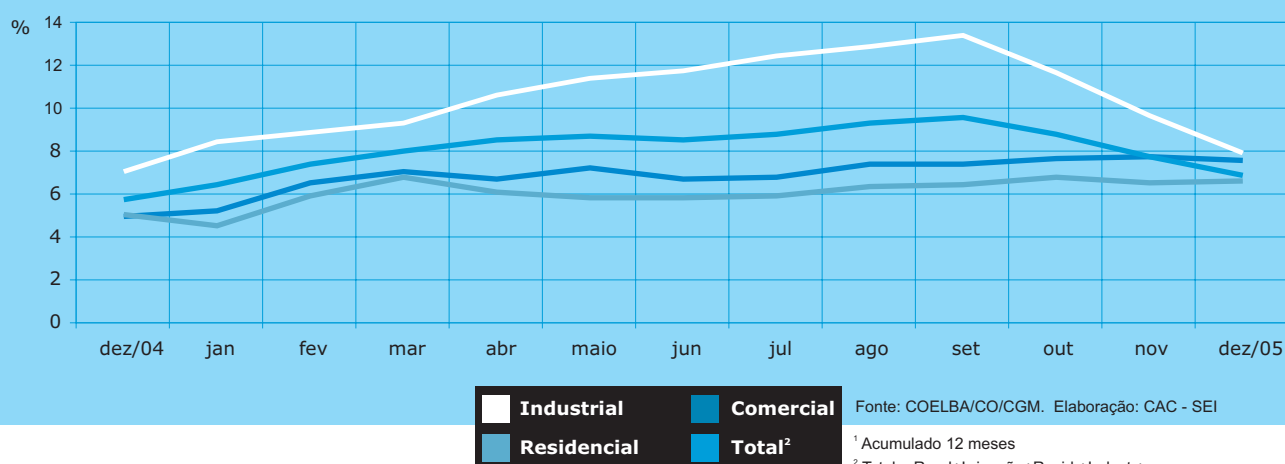


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana também mostra taxa positiva (6,9%) na comparação entre dezembro de 2005 e dezembro de 2004. As maiores altas no período foram verificadas nos setores de refino de produtos químicos (7,5%) e minerais não-metálicos (3,8%). A indústria extrativa teve crescimento de 1,9% no mesmo período.

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana, em dezembro de 2005, ficou estável. Confirmando a tendência de queda verificada a partir do segundo semestre, o emprego fechou o ano com crescimento de 2,3%, bem abaixo dos 4,4% registrados no final do primeiro semestre. Apesar disso, o crescimento é bastante significativo, uma vez que em 2004 o crescimento foi de 1,4%. Os setores que registraram os maiores crescimentos foram: Máquinas e equipamentos, exclusive eletro-eletrônicos, de precisão e de comunicações (48,8%) e Madeira (14,8%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

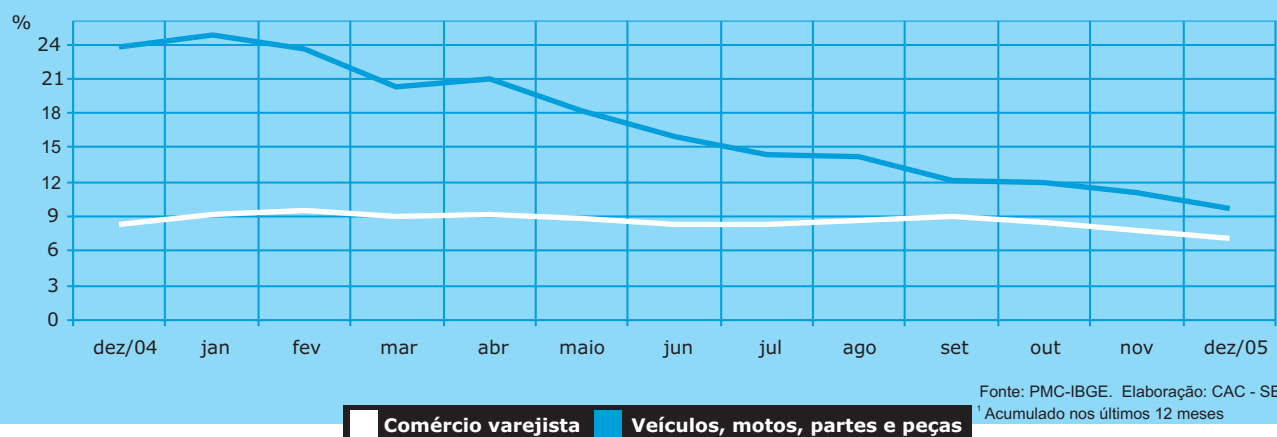
¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural+Irrigação+Resid.+Indust.+ Comercial+Util. Pública+S. Público+Concessionária

O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

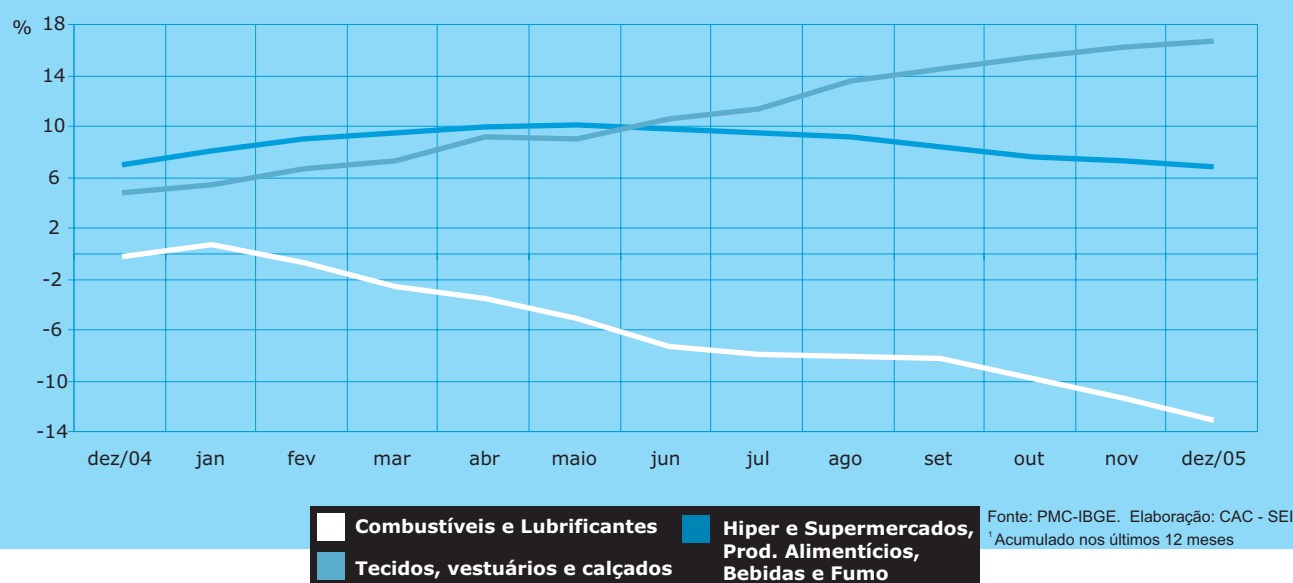
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia manteve, em dezembro de 2005, trajetória de crescimento, registrando alta de 6,5% no acumulado dos 12 meses. Dentre os principais consumidores, a indústria continua apresentando a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 7,9%. O consumo comercial teve pequena redução em relação ao mês de dezembro (0,2 p.p) e o consumo residencial manteve-se praticamente estável em relação aos meses anteriores (6,6%).

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



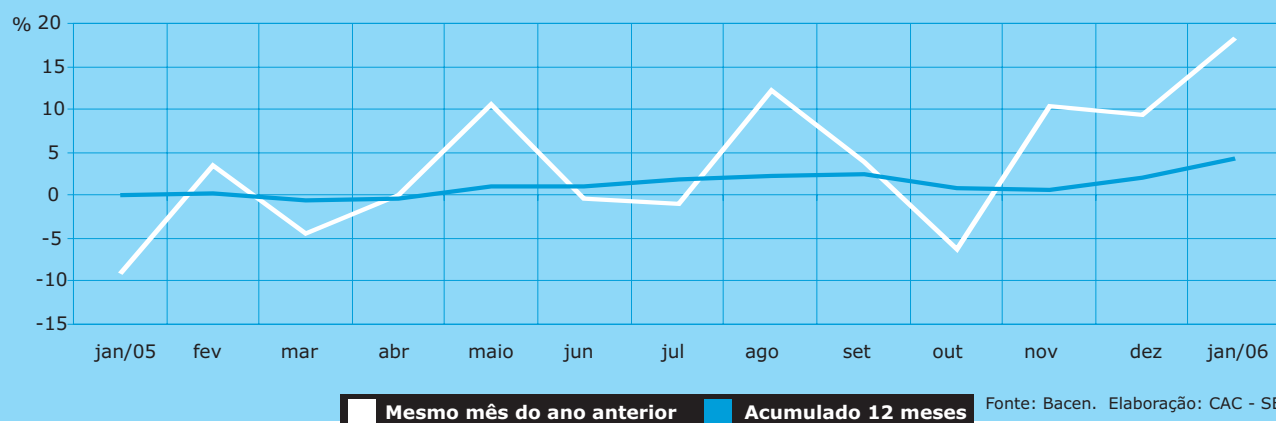
Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) revelam que, em dezembro/05, o volume de vendas do varejo baiano cresceu 5,6% comparado com dezembro de 2004 – é o vigésimo quinto mês consecutivo de crescimento. A Pesquisa apurou, ainda, para o acumulado dos últimos doze meses, uma expansão de 7,1%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 10,8% ante igual mês de 2004. Nos últimos doze meses o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 9,7%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



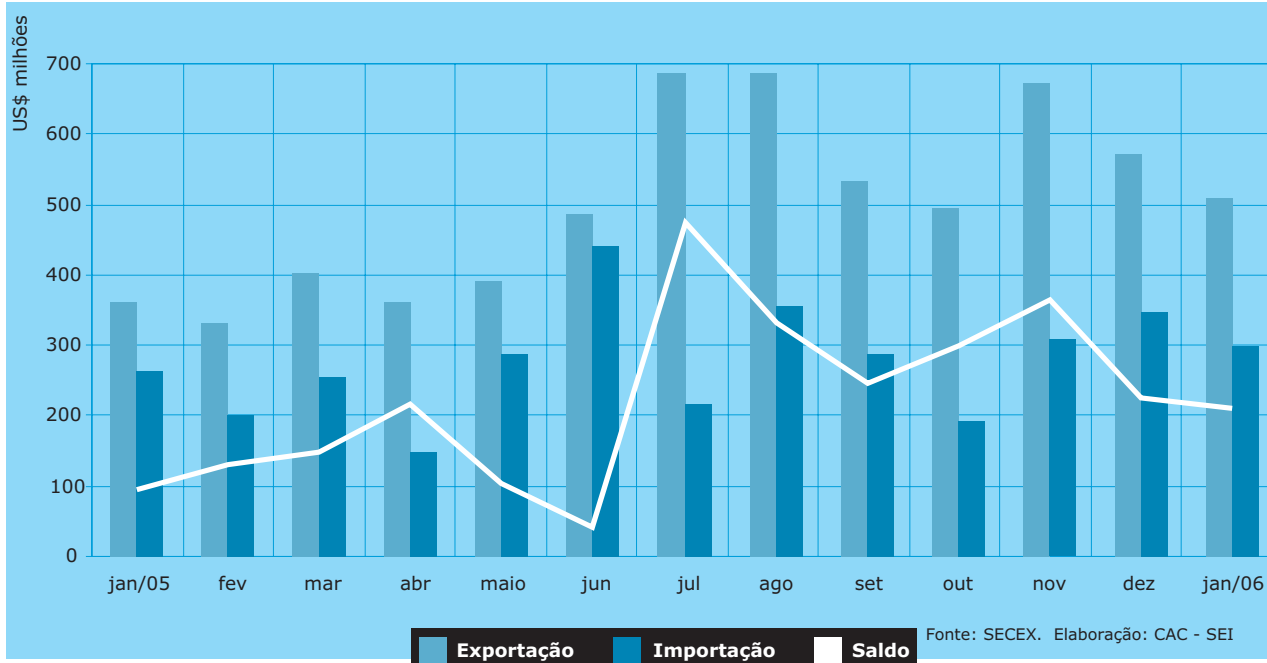
No acumulado de janeiro-dezembro/05, em comparação com o mesmo período do ano passado, a pesquisa revelou que o crescimento das vendas foi sustentado essencialmente pelos segmentos de móveis e eletrodomésticos (39,8%) e Equipamentos de informática (71,4%). O primeiro tem seu desempenho justificado pela melhoria nas condições de crédito oferecidas aos consumidores nos últimos meses. O segundo foi impulsionado, basicamente, pela ocorrência da valorização do real frente ao dólar.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

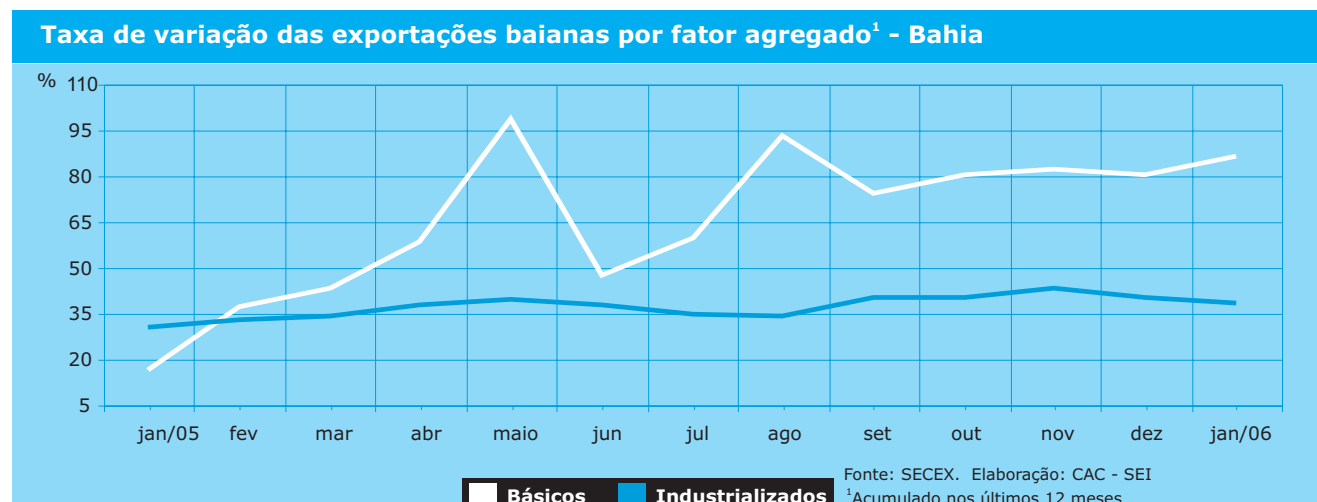


Em janeiro de 2006, foram emitidos aproximadamente 404.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 18,3% superior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação janeiro06/dezembro05, houve aumento de 6,99% no total de cheques sem fundos. Em janeiro, a taxa acumulada nos 12 meses registrou crescimento de 4,3%, apresentando uma tendência de crescimento no volume de cheques sem fundos emitidos.

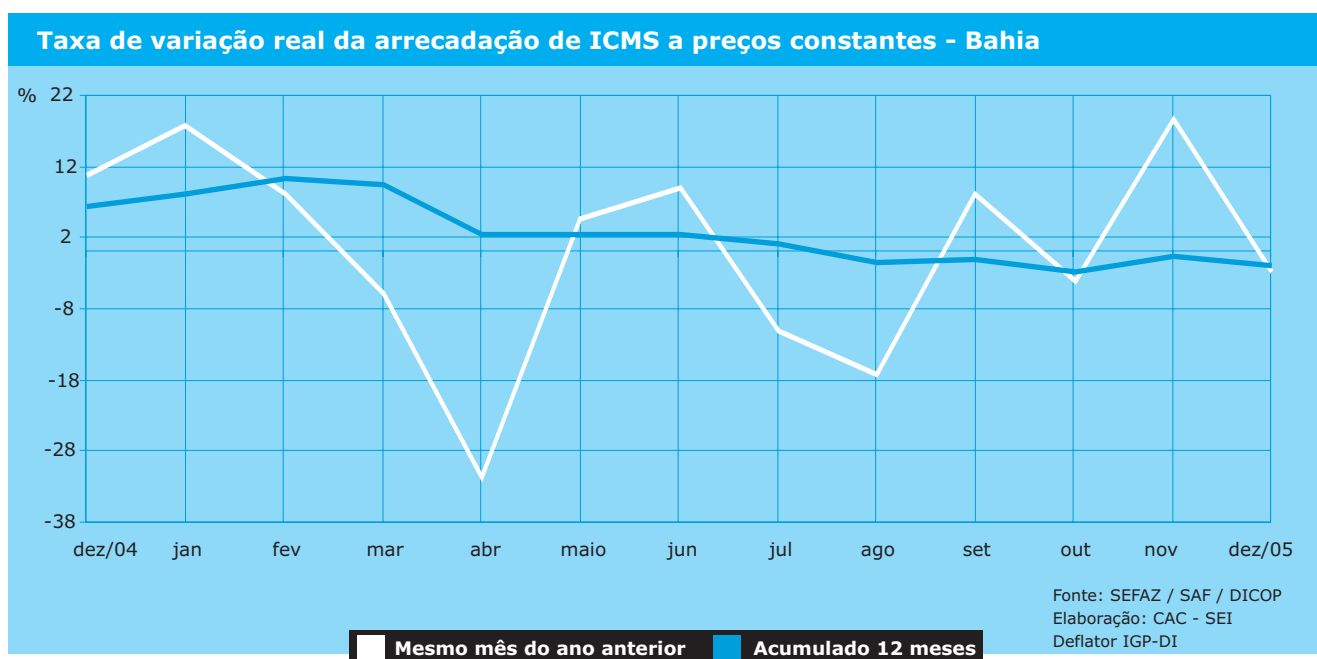
Balança comercial - Bahia



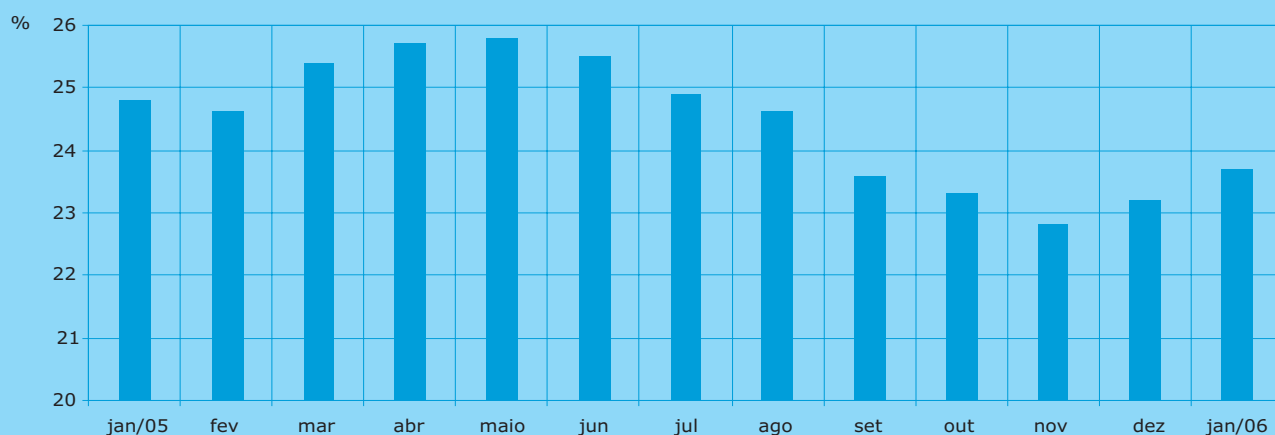
A balança comercial baiana registrou, em janeiro de 2006, um saldo superavitário de US\$ 210,3 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 510,9 milhões, o que representa um crescimento de 41,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 300,6 milhões, com crescimento de 13,4% em relação a janeiro de 2005. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial com países como Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.



As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 87,04% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento nas vendas de 38,7%. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, os derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

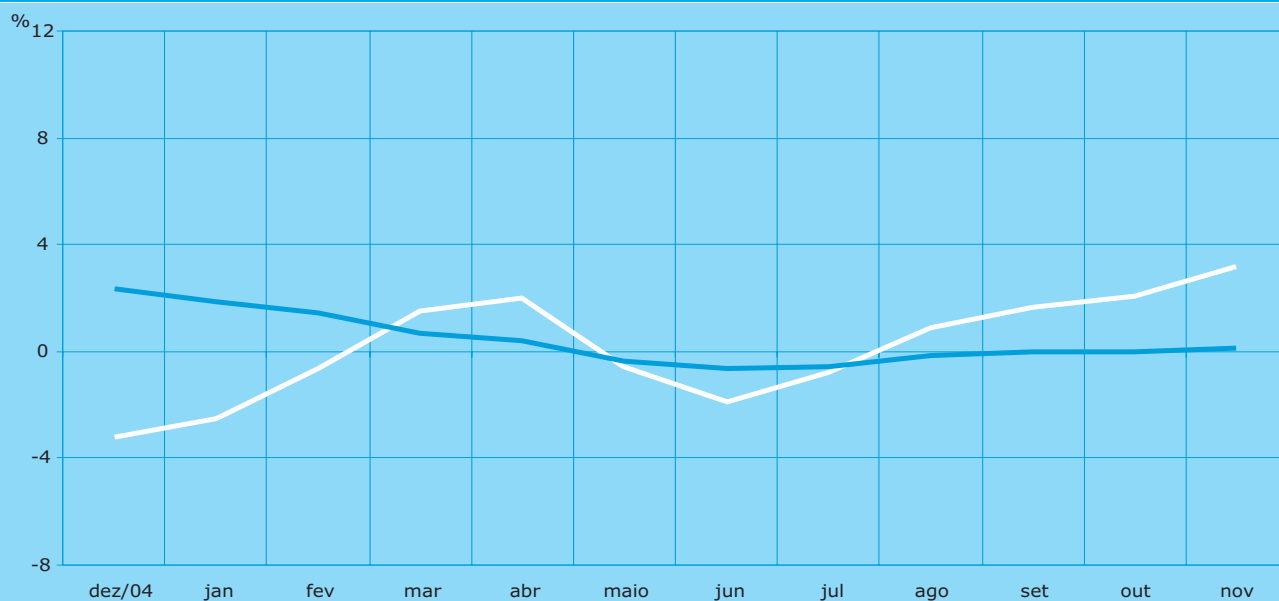


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de dezembro de 2005, queda de 2,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 599.895 milhões. Com esse resultado, a arrecadação registra queda de 2,05% nos últimos 12 meses, enquanto em novembro a taxa estava em 1,0% negativo. No ano, a arrecadação total é de R\$ 6.877.127 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

A redução do nível de ocupação e o aumento da População Economicamente Ativa provocaram o crescimento da taxa de desemprego no primeiro mês de 2006. Essa taxa moveu-se de 23,2% (dez/05) para os atuais 23,7% (jan/06) – em números absolutos, acréscimo de 10 mil pessoas à condição de desempregadas – conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. No mesmo período, a População Economicamente Ativa foi estimada em 1.762 mil pessoas e verificou-se uma redução de 6 mil postos de trabalho.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior ■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pela PED, apresentou incremento de 4,3% em dezembro de 2005, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se estabilidade. O rendimento real médio dos ocupados correspondeu em dez/05 a R\$721; no mesmo mês do ano anterior esse valor era de R\$691. A desaceleração do imposto inflacionário e o êxito obtido pelos trabalhadores nas convenções coletivas durante o ano justificam esse resultado.

Panorama econômico internacional: retrospectiva de 2005 e previsões para 2006¹

Ivan Tiago Machado Oliveira *

A economia mundial continuou em ritmo acelerado de crescimento em 2005. De acordo com dados do FMI, o crescimento do produto mundial foi de 4,3% no ano passado, taxa abaixo dos 5,1% de 2004, mas ainda muito significativa. Os EUA e a China continuam a ser as locomotivas mundiais do crescimento. A inflação mundial, que já começa a sentir os efeitos dos altos preços do petróleo, ficou em torno de 3,7% em 2005. Já o comércio internacional cresceu à taxa de 7,0% em 2005, crescimento inferior àquele do ano de 2004 (quando o comércio internacional cresceu 10,3%), mas que representa uma expansão ainda substancial das trocas internacionais.

Não obstante o bom momento econômico vivido pela economia mundial, alguns problemas perduram e trazem nuvens negras ao verde vale do crescimento global. A permanência dos preços internacionais do petróleo em níveis muito altos, conjugado com o desequilíbrio fiscal e nas contas externas dos EUA, se coloca como grande empecilho à sustentação do crescimento mundial no médio prazo. Ademais, a existência de uma bolha imobiliária de consequências imprevisíveis em diversos países do globo traz consigo a apreensão acerca da possibilidade de uma queda substancial do consumo mundial num futuro próximo.

A seguir será apresentado o comportamento dos principais indicadores das maiores economias do mundo no ano de 2005, apresentando também algumas previsões relativas ao ano ora em curso. Inicialmente será feita uma análise dos indicadores dos EUA, seguida pelos da União Européia, Japão e China.

Estados Unidos

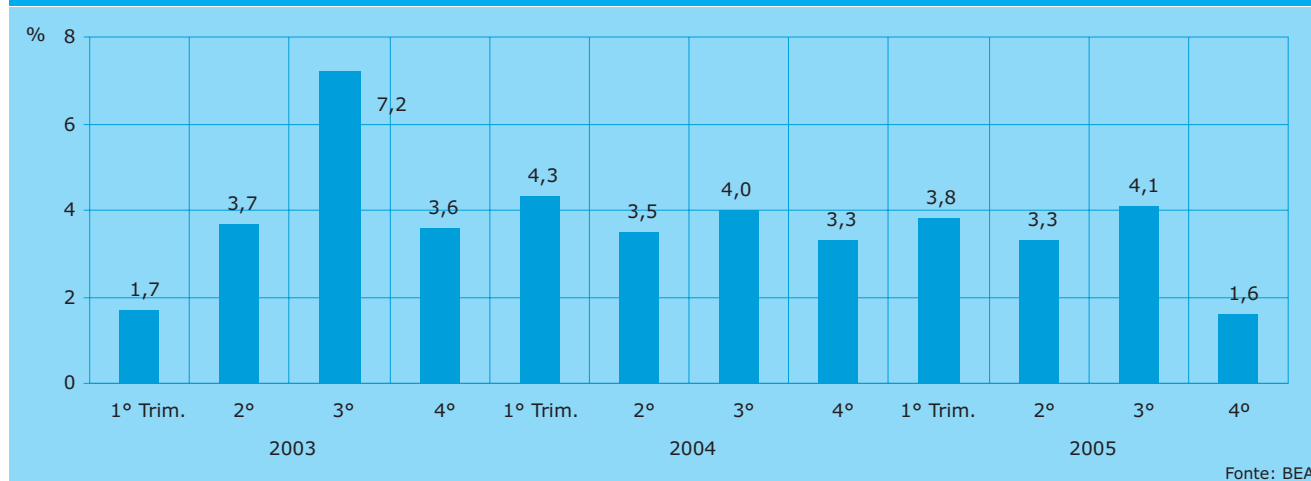
Os EUA fecharam o ano de 2005 com um crescimento econômico de 3,5%. Não obstante o resultado global do ano, no quarto trimestre de 2005 observou-se uma desaceleração do ritmo que vinha sendo observado em períodos anteriores, tendo a economia dos EUA crescido 1,6% (Gráfico 1). A queda no ritmo de crescimento reflete uma desaceleração dos gastos tanto privados quanto públicos federais, uma aceleração do ritmo de importações e, também, uma desaceleração do crescimento de investimentos em equipamentos e software e em investimentos residenciais.

O consumo das famílias aumentou à taxa anualizada de 1,9% no quarto trimestre em relação ao anterior, o que constituiu uma queda significativa em relação à taxa do terceiro trimestre, quando o crescimento do consumo foi de 4,1% (vale ressaltar que o consumo privado vem melhorando seu desempenho nos primeiros meses de 2006). Os gastos governamentais federais decresceram 2,6% no quarto trimestre, representando uma queda bastante expressiva em relação ao incremento de 7,4% ocorrido no terceiro trimestre de 2005. Vale ressaltar que a redução dos gastos públicos federais foi puxada por uma queda expressiva nos gastos militares da ordem de 9,0%. Os investimentos privados em equipamentos e software cres-

¹ Texto para discussão na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) do dia 15/03/2006. O texto foi escrito sob a orientação de Celeste Maria Philigret Baptista – professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do NEC – e Paulo Balanco – professor da FCE/UFBA e membro do NEC.

* Graduando em Economia pela FCE/UFBA e bolsista do NEC.

Gráfico 1 – Crescimento do PIB em relação ao trimestre anterior e anualizado: EUA, 1º Trim. 2003 - 4º Trim. 2005



ceram 6,2% no período em questão contra 10,6% no trimestre anterior. As exportações cresceram 5,7%, ao passo que as importações aumentaram 12,8% no último semestre de 2005, à taxas anualizadas, significando dizer que mais uma vez as exportações líquidas têm impacto negativo sobre o crescimento dos EUA.

No que concerne aos investimentos residenciais, observou-se uma queda nas taxas de crescimento nos últimos trimestres, chegando ao quarto trimestre com uma taxa de expansão anualizada de 2,6% (no segundo e terceiro trimestres as taxas de crescimento dos investimentos residenciais foram de 10,8% e 7,3%, respectivamente). Tal fato vem confirmar a idéia de que a alta nos juros da economia norte-americana tem tido efeitos arrefecedores sobre os investimentos residenciais. Mesmo assim, não se sabe ao certo como se acomodará o mercado imobiliário no decorrer do tempo, tendo em vista que os preços imobiliários ainda se encontram elevados.

Segundo dados do FMI, a inflação nos EUA ficou em torno de 3,1% em 2005, o que representa um incremento em relação às taxas observadas em 2003 e 2004 (2,3% e 2,7%, respectivamente). Os preços ao consumidor nos EUA tiveram alta de 0,7% no mês de janeiro de 2006, mas o núcleo da inflação, que exclui os preços de energia e alimentos, subiu apenas 0,2%. Do aumento de 0,7% do IPC, cerca de 70% corresponderam a variações de preços no setor de energia. Os preços da energia subiram 5% em janeiro, maior taxa desde setembro de 2005. Os preços da gasolina nos postos tiveram aumento de 6,4%. A eletricidade teve aumento de 5,5%, maior aumento mensal em 54 anos. Os altos preços internacionais de petróleo co-

meçam a afetar de forma mais clara a inflação dos EUA e continuam a ser causa de preocupação global, tendo em vista seus possíveis impactos sobre a economia.

Em 2005, a economia norte-americana apresentou uma taxa de desemprego média de 5,0%. Em observando dados de 2006, pode-se constatar que a taxa de desemprego manteve-se relativamente estável, atingindo a marca de 4,8% em fevereiro. Ocorreu um aumento de 243 mil empregos não-agrícolas na economia norte-americana em fevereiro, o que representou um incremento de quase 50 mil novos postos em relação a janeiro. É, fundamentalmente, no setor de serviços que se pode notar o surgimento de novos postos, tendo por base que o setor manufatureiro vem perdendo relativo fôlego empregatício. Em fevereiro, por exemplo, o setor manufatureiro extinguiu cerca de mil postos de trabalho nos EUA, segundo o *Bureau of Labor Statistics*.

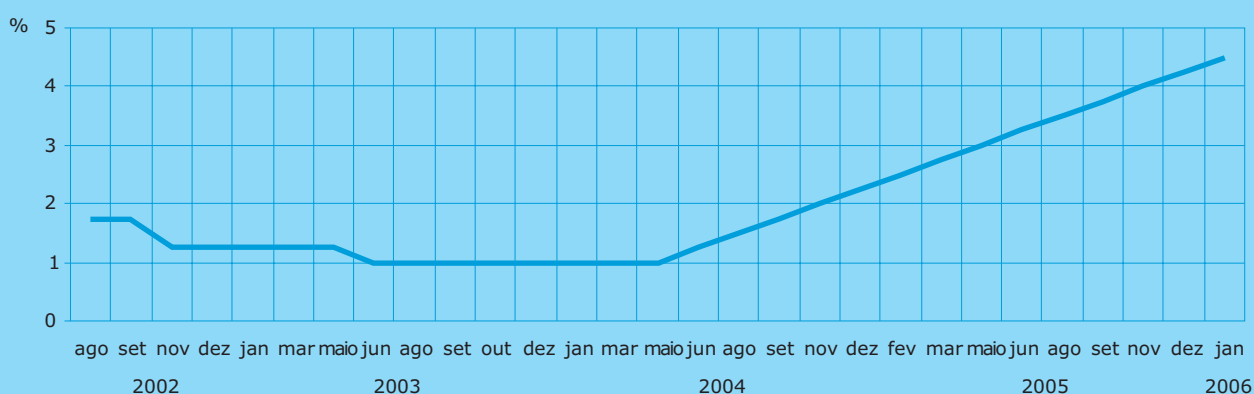
A ata da última reunião do Fed, na qual a taxa básica de juros dos EUA foi aumentada em 0,25 ponto percentual passando para 4,5% a.a., sinalizou que a

Os preços ao consumidor nos EUA tiveram alta de 0,7% no mês de janeiro de 2006, mas o núcleo da inflação, que exclui os preços de energia e alimentos, subiu apenas 0,2%

estabilidade de preços, que se esperava atingir com os aumentos de juros nos EUA, 14 consecutivos desde junho de 2004 (Gráfico 2), ainda não está próxima. Ben Bernanke, que acaba de assumir a presidência do Federal Reserve, coloca que os preços elevados do petróleo podem incrementar as pressões inflacionárias, o que aumentaria a tendência a manter a alta gradual dos juros. No médio prazo, o crescente déficit comercial e o grande buraco no orçamento do governo pressionam cada vez mais o dólar.

déficit do ano passado é o terceiro maior já registrado na história do país. A melhora nos números se deu, fundamentalmente, devido ao crescimento econômico, que fez crescer as receitas fiscais. Ademais, melhorias nas condições de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis também auxiliaram para a redução dos déficits. As expectativas para o ano fiscal 2005/2006 são de que o déficit aumente e bata o recorde de 2003/04, atingindo US\$ 423 bilhões. Os aumentos de gastos do Departamento de Defesa e a reconstrução de áreas

Gráfico 2 – Fed funds rate: Estados Unidos, Agosto/02 - Janeiro/06

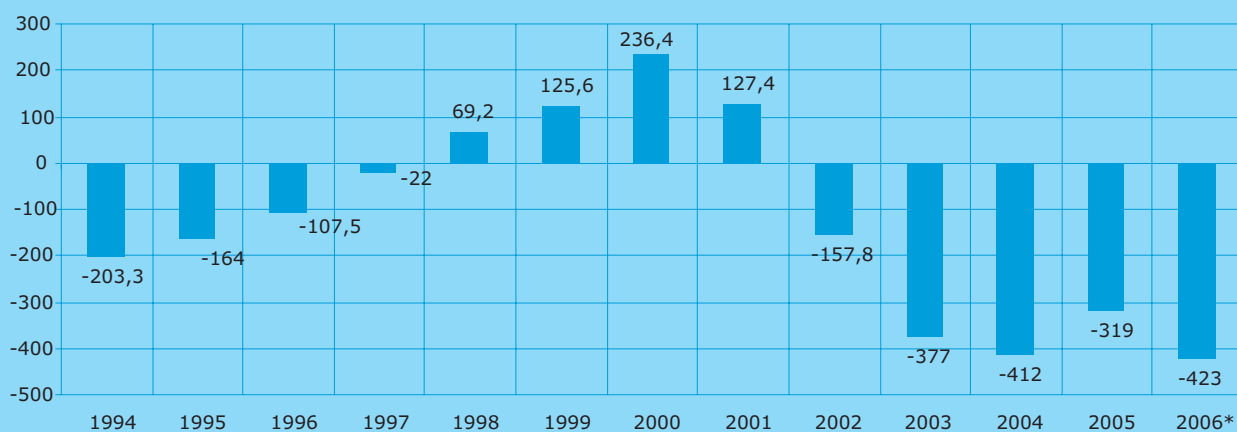


Fonte: Fed

No ano fiscal 2004/2005, encerrado em setembro do ano passado, o déficit fiscal dos EUA ficou em torno de US\$ 319 bilhões de dólares (cerca de 3,7% do PIB). Tal resultado representou uma queda de 22,5% em relação ao déficit do ano fiscal anterior, que chegou à cifra de US\$ 412 bilhões (Gráfico 3). Mesmo tendo se afastado do recorde a que chegou no ano fiscal 2003/2004, o

devastadas por furações, além de novos programas ligados à área de saúde, devem formar as bases de tal aumento. Vale lembrar que o orçamento americano ainda deve sofrer uma forte pressão nos próximos anos, quando os "baby boomers" (a geração de norte-americanos nascidos entre 1946 e 1964) começarem a se aposentar a partir de 2008.

Gráfico 3 – Resultado fiscal: EUA, 1984 - 2006*



Fonte: BEA
* Previsão

O mega-déficit externo dos EUA continuou a alargar-se em 2005. O balanço comercial de mercadorias e serviços apresentou um resultado negativo de US\$ 756 bilhões, representado mais de 6% do PIB. Tais números demonstram um crescimento de cerca de 18,0% em relação aos US\$ 617 bilhões em 2004 (Gráfico 4). Vale ressaltar que o déficit dos EUA no comércio de bens aumentou tanto com a China quanto com a UE e o Japão em 2005. Para 2006, a expectativa dos analistas é de um déficit ainda maior, devendo chegar próximo dos US\$ 800 bilhões. Em janeiro desse ano, a balança comercial de bens dos EUA registrou um déficit de US\$ 68,5 bilhões no mês de janeiro, recorde para um resultado mensal, devido às importações de artigos como automóveis e vinhos, além da compra de petróleo. Também em janeiro, as exportações de bens e serviços tiveram crescimento de 2,5% e bateram recordes, chegando a US\$ 114,4 bilhões, mas o resultado foi ofuscado pelos US\$ 182,9 bilhões (alta de 3,5%) das importações. Se considerado apenas o comércio com a China, o déficit deu um salto de 10%, passando para US\$ 17,9 bilhões.

A continuação do aumento gradativo e preocupante do rombo externo norte-americano deixa margem para análises acerca de como os ajustes globais poderão ser feitos num futuro talvez não tão distante. Assim, permanece o debate acerca do processo de ajustamento mundial relativamente aos *desequilíbrios globais*. Alguns acreditam que o dólar tenderia a se depreciar de forma abrupta e todo um cenário corretivo seria observado, com os efeitos sobre a economia mundial tendendo a ser catastróficos. Um segundo grupo já acredita em um *soft adjustment*, no qual ajustamentos lentos e graduais se dariam até que tais desequilíbrios fossem sanados, e a eco-

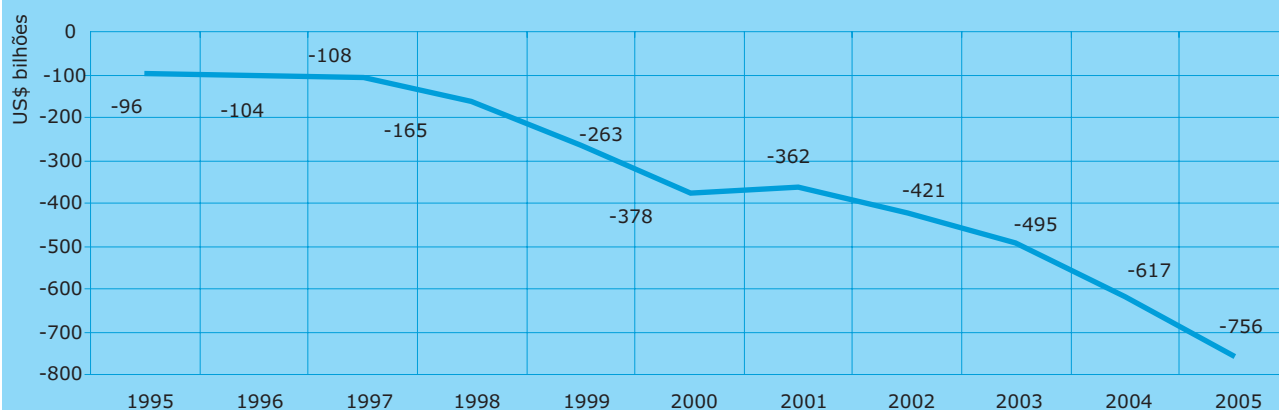
nomia mundial sentiria de forma menos severa os solavancos do ajuste. Uma última corrente acredita que o esquema ainda pode seguir por muitos anos sem que sejam observados grandes problemas no processo de financiamento do rombo externo norte-americano, tendo em vista que o “trem global” tem na Ásia e nos EUA, e em suas interligações singulares, seus centros-motores.

União Européia

Na União Européia, observa-se a continuação de taxas de crescimento globalmente baixas e mal distribuídas. Segundo dados do Escritório de Estatísticas da UE, o *Eurostat*, o crescimento em 2005 foi de 1,3% para a zona do euro e 1,6% para UE. A má distribuição de taxas de crescimento pode ser observada quando se analisa os dados de crescimento da UE, onde as taxas de crescimento da Irlanda e da Espanha foram, respectivamente, de 5% e 3,2%, em 2005, enquanto a França e a Alemanha, dois gigantes da UE, cresceram 1,4% e 0,9%, respectivamente, e a Itália ficou estagnada.

O desemprego continua a apresentar taxas elevadas tanto na UE-25 (8,5%, em janeiro de 2006) quanto na zona do euro (8,3%, no período em questão). Aqui também fica clara a discrepância entre as taxas dos diferentes países que fazem parte do bloco. A Irlanda tem a menor taxa de desemprego da UE-25, com 4,3%, enquanto a Polônia apresenta a maior taxa do bloco, com 17,2%. Na Alemanha, a taxa de desemprego chegou a 9,1%, na Itália a 7,5% e na França a 9,2%, segundo o *Eurostat*.

Gráfico 4 – Balança comercial e de serviços: EUA, 1995 - 2005



Fonte: BEA

No que concerne à inflação, mantém-se uma trajetória estável, tanto na zona do euro quanto na UE. Segundo o *Eurostat*, a taxa de inflação do ano de 2005 foi de 2,3% para a zona do euro. Na área do euro, alguns países têm apresentado taxas de inflação um pouco acima da média (como a Espanha com 3,2% e a Grécia com 3,5%) enquanto outros (como a Holanda, 1,5%, a Alemanha, 1,9%, e a Finlândia, 1,0%) contribuem para manter a inflação relativamente baixa e estável na região. O Banco Central Europeu (BCE) aumentou a taxa de juros estável em 0,25 ponto percentual, passando para 2,25% em dezembro último. Segundo o BCE, no médio prazo a inflação deve permanecer sob controle, não obstante as crescentes preocupações advindas do mercado petrolífero. Contudo, mesmo com um possíveis aumentos num futuro próximo, os juros na Europa tendem a se manter abaixo daqueles observados nos EUA no médio prazo.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), desrespeitado ano após ano por vários países, praticamente virou elemento figurativo no quadro econômico europeu. O FMI apresenta um quadro no qual o déficit fiscal global da zona do euro alcançou 3% do PIB, em 2005, e deverá chegar a 3,8%, em 2006. No ano passado, França, Alemanha (pelo quinto ano consecutivo), Grécia, Itália e Portugal tiveram seus déficits fiscais superiores ao acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, que é abaixo do limite de 3% do PIB. Até mesmo o Reino Unido, que está fora da zona do euro e, portanto, não faz parte do PEC, obteve em 2005, pelo segundo ano consecutivo, um déficit fiscal superior a 3% do PIB.

No *front* externo, a UE-25 obteve, segundo o *Eurostat*, um déficit em conta corrente de cerca de €88 bilhões, representando um aumento significativo em relação ao ano de 2004, quando a conta fechou negativa em €18,5 bilhões. De acordo com dados do FMI, o maior superávit da zona do euro em 2005, em termos relativos ao PIB, foi o de Luxemburgo, com 8,4% do PIB, seguido

pela Holanda, com 4,9% do PIB, e pela Alemanha, com um superávit em conta corrente representando 4,3% do PIB. Os maiores déficits relativos em 2005 foram observados em Portugal, 8,4% do PIB, seguido da Espanha, 6,2% do PIB, e da Grécia, com 3,9% do PIB. Vale frisar que a Alemanha obteve resultados recordes em suas exportações em 2005, atingindo a marca dos €786 bilhões, 7,5% de acréscimo em relação a 2004. O superávit comercial alemão foi de €160,5 bilhões, representando um aumento 2,8% sobre o observado em 2004.

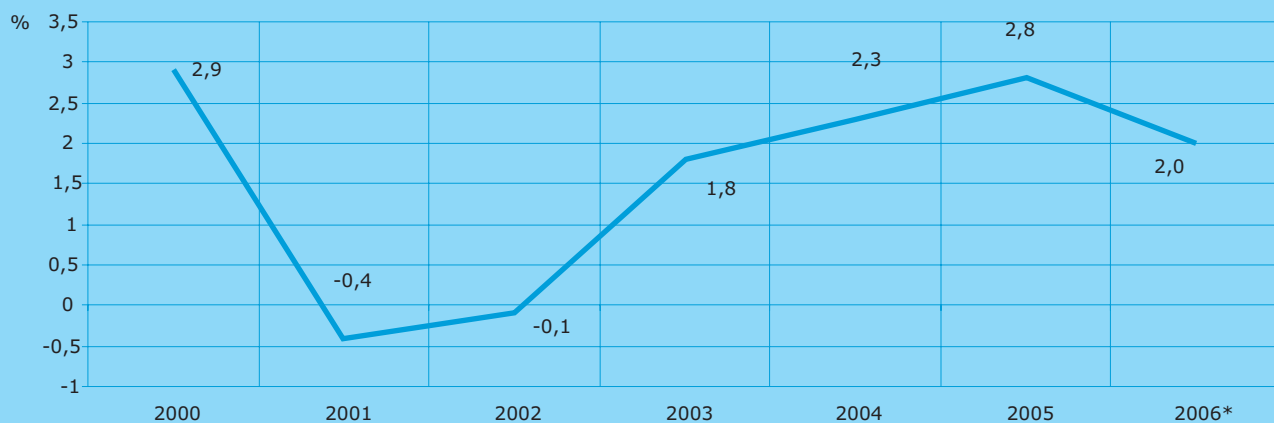
Japão

A economia japonesa, após uma década de estagnação, parece ter finalmente ingressado numa fase de crescimento. No quarto trimestre de 2005, a variação do PIB japonês foi de 1,4%, relativamente ao trimestre anterior, tendo tanto as exportações quanto o consumo e investimento fixo interno impactado de forma positiva o crescimento. As exportações cresceram cerca de 3,1% no trimestre em questão, enquanto o consumo privado foi incrementado em 0,8% e a formação bruta de capital fixo em 1,7%. O crescimento anualizado da economia japonesa no último trimestre do ano passado foi de 4,4%, o maior entre os países desenvolvidos, superando inclusive a taxa anualizada de crescimento da economia dos EUA naquele trimestre.

Dessa forma, com a melhora nas condições econômicas internas e a continuação de excelentes resultados no setor externo, o PIB do Japão cresceu 2,8% em 2005, segundo dados oficiais, taxa superior à de 2004, quando o aumento do PIB foi de 2,3%, representando o maior crescimento desde 2000, quando a taxa foi de 2,9%. Não obstante o relativo otimismo acerca da recuperação japonesa, alguns economistas acreditam que a economia do Japão deverá continuar a crescer em 2006, mas à taxas um pouco menores que as dos anos anteriores (Gráfico 5).

Quando à deflação, alguns sinais positivos vêm sendo observados no sentido de que, com o crescimento da demanda interna, o mal deflacionário que assombrava a economia parece iniciar a sua fase de extinção, pelo menos de curto prazo. O índice de preços ao consumidor vem subindo há alguns meses e, em janeiro último, cresceu 0,5% em relação ao mesmo mês do ano de 2005. Segundo projeções do FMI, o Japão deverá apresentar uma pequena inflação de cerca de

Na área do euro, alguns países têm apresentado taxas de inflação um pouco acima da média (como a Espanha com 3,2% e a Grécia com 3,5%)

Gráfico 5 – Crescimento do PIB, Japão: 2000 - 2006*

Fonte: Folha de São Paulo
* Previsão da OCDE

0,1% no ano corrente. Contudo, dado o aquecimento interno da economia, poderemos observar uma reavaliação das projeções sobre a inflação japonesa para o ano de 2006, devendo, pois, estar um pouco acima das atuais expectativas. Tendo por base que alguns riscos de um novo período de deflação começam a desaparecer, os sinais são de que a política monetária expansionista deverá ser mudada em breve.

Como resultado do crescimento econômico, a oferta de empregos tem subido, tanto no setor industrial quanto no de serviços, fazendo com que, pela primeira vez em dez anos, a demanda por trabalho seja equivalente à oferta. Após fechar os anos de 2003 e 2004 com taxas de desemprego na faixa de 5,3% e 4,7%, respectivamente, o Japão obteve uma taxa de desemprego de 4,2% em 2005. Com a ratificação do prosseguimento de uma trajetória de crescimento, as projeções são de redução da taxa de desemprego japonesa, para cerca de 4,0% em 2006 e 3,5% em 2007, segundo a OCDE. Vale frisar, contudo, que no Japão existe um desequilíbrio na distribuição dos frutos do crescimento do emprego. Enquanto em Tóquio, e algumas outras grandes cidades japonesas, houve uma melhora muito significativa na oferta de emprego, em

determinadas regiões tal incremento não foi muito importante, sendo às vezes insignificante.

No que concerne à questão fiscal, o quadro apresentado pela economia japonesa não deve ser mudado de forma importante. A dívida bruta do setor público continua a crescer e se apresenta como fator de preocupação para a economia. Em 2005, tal dívida representou em torno de 175% do PIB. Os déficits fiscais tendem a melhorar só marginalmente, devendo continuar na faixa dos 6% em relação ao PIB. Já no concernente ao setor externo japonês, o saldo em conta corrente continua a ser bastante expressivo. O superávit representou 3,4% do PIB em 2005 e, segundo previsões do FMI, deve continuar neste patamar no ano em curso. Com isso, as reservas internacionais do Japão continuam a ser incrementadas ano após ano, chegando, em 2005, a superar a marca de US\$ 1 trilhão.

China

Seguindo seu ritmo acelerado de crescimento, a economia chinesa apresentou uma taxa de crescimento da ordem de 9,9% em 2005, um pouco abaixo do crescimento de 10,1% em 2004. A indústria, os serviços e a agropecuária apresentaram crescimento de 11,4%, 9,6% e 5,2%, respectivamente, ante 2004. O investimento fixo expandiu-se 25,7% em 2005, atingindo 48,6% do PIB. Com tal incremento, o PIB chinês atingiu US\$ 2,26 trilhões, tornando-se a quarta maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Na última década, sua economia praticamente dobrou de tamanho.

O crescimento anualizado da economia japonesa no último trimestre do ano passado foi de 4,4%, o maior entre os países desenvolvidos

As exportações chinesas atingiram o montante de US\$ 762 bilhões, o que representou um aumento de 28,4% em relação a 2004. O saldo comercial chinês, por sua vez, foi de US\$ 102 bilhões. Ademais, o crescimento da participação chinesa no comércio mundial aumentou as importações de muitos países e levou a divergências entre o governo chinês e os Estados Unidos e a União Européia. Segundo a OCDE, a China deverá superar os EUA e a Alemanha e se tornar a maior exportadora mundial até 2010. Nos próximos cinco anos, os bens e serviços chineses deverão representar cerca de 10% do comércio mundial, contra os atuais 6%. Com a continuidade dos superávits comerciais chineses, somados à entrada de cerca de US\$ 60,3 bilhões em investimentos diretos externos, observa-se o crescimento gradual das reservas cambiais chinesas, chegando, em 2005, à cifra recorde de cerca de US\$ 819 bilhões (menor somente que as reservas japonesas).

No 11º Plano Quinquenal chinês, pode-se observar a abolição de antigas metas econômicas, dando maior espaço às forças de mercado, por um lado, e uma crescente preocupação com os desníveis sociais internos, por outro. Na verdade, foram mantidas somente duas metas específicas no Plano, quais sejam: 1) dobrar o PIB per capita até 2010; e 2) reduzir o consumo de energia por unidade de produção até 2010, dando, assim, maior foco aos custos socioambientais do crescimento econômico.

Esse enfoque, mais comedido e centrado nos problemas internos de cunho social e também ambiental, encontra respaldo nas análises acerca do contínuo crescimento diferenciado da economia chinesa, tendo os centros urbanos avançado economicamente enquanto as zonas rurais demonstram a interface

de uma China arcaica, atrasada. Alguns indicadores básicos podem nos dar a dimensão do problema. A taxa de desemprego oficial foi de 4,2% em 2005, taxa essa que só reflete o estado do emprego em regiões urbanas. Se considerarmos o desemprego total, contando assim com o desemprego rural, a taxa de desemprego chinesa pode chegar a 25%. Em 2005, a renda per capita urbana foi de cerca de US\$ 1,310.00 e a rural ficou em US\$ 405.00, evidenciando a disparidade de renda entre regiões urbanas e rurais chinesas, chegando à proporção de 3 para 1 (em 1984 essa proporção era de 2 para 1). No geral, hoje, os 10% mais pobres da China tem só 1% do PIB, enquanto os 10% mais ricos controlam 50% da renda nacional.

Logicamente, a interface do problema entre o urbano e o rural no contexto social chinês se dá através das migrações de milhões de pessoas das zonas atrasadas em direção aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida, inchando as grandes cidades chinesas (fenômeno bastante conhecido em quase todo o mundo industrializado “subdesenvolvido”). Estima-se que cerca de 200 milhões de chineses deixaram o campo nos últimos anos e foram para os grandes centros chineses, representando uma parcela significativa da população rural, que é de cerca de 900 milhões de pessoas, segundo dados oficiais.

Alguns economistas acreditam que a economia da China pode perder, em 2006, um pouco o ritmo de crescimento que vem apresentando nos últimos anos. O motivo seria o efeito que podem ter sobre as exportações as pressões dos parceiros comerciais do país para que continue com o programa de valorização de sua moeda. O vice-ministro do Comércio da China, Yi Xiaozhun, relatou: “Uma tarefa central para este ano será criar um ambiente comercial justo e aumentar apropriadamente as importações de modo a mantermos um desenvolvimento coordenado de importações e exportações”. Não obstante tais avaliações, a maioria das estimativas aponta para uma taxa de crescimento real do PIB chinês da ordem de 9% em 2006 e 2007, denotando que, mesmo com possíveis ajustes no front externo, o fomento ao mercado interno dará o impulso necessário para que a economia continue a crescer a taxas elevadas nos próximos anos.

No 11º Plano Quinquenal chinês, pode-se observar a abolição de antigas metas econômicas, dando maior espaço às forças de mercado, por um lado, e uma crescente preocupação com os desníveis sociais internos, por outro

Referências

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Sinopse internacional*, n. 5, fev. 2006. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2006.
- BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). *Economic indicators*, mar. 2006. Disponível em: <www.bea.gov>. Acesso em: 09 mar. 2006.
- BUREAU OF LABOR STATISTICS (BLS). *Employment situation*, mar. 2006. Disponível em: <www.bls.gov>. Acesso em: 09 mar. 2006.
- EUROSTAT. *Euro-indicators*, mar. 2005. Disponível em: <www.epp.eurostat.cec.eu.int>. Acesso em: 03 mar. 2005.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook*, set. 2005. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em : 05 mar. 2006.
- MINISTRY OF INTERNAL AFFAIRS AND COMMUNICATIONS. *Monthly statistics of Japan*, mar. 2006. Disponível em: <www.stat.go.jp>. Acesso em: 08 mar. 2005.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Economic Outlook*, n. 78, dez. 2005. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 25 fev. 2006. ■



Diagnósticos sobre competitividade de empresas e/ou setores de atividade: pertinência da sua realização para nações ou estados

Fábio Batista Mota*

Em *Estratégia Competitiva* (1986), Porter argumenta que o sucesso das firmas é uma variável dependente da estrutura industrial¹ na qual está inserida, bem como do seu posicionamento relativo dentro desta. Uma estratégia competitiva pode ser entendida como uma ação por parte da firma com o objetivo de construir defesas a longo prazo contra a atuação conjunta das chamadas *cinco forças competitivas*², e, se possível, influenciar o equilíbrio das forças exógenas a seu favor. *Lato sensu*, o modo pelo qual firmas orientam a formulação de estratégias empresariais a fim de superar as cinco forças consiste em adotar uma ou uma combinação de parte das *três estratégias genéricas: liderança no custo total, diferenciação e enfoque*.

Segundo Porter (1986), a *liderança no custo total* permite proteção para a firma contra as cinco forças porque a redução dos níveis de lucros, dada a concorrência, tem o seu limite no ponto de eliminação dos lucros do rival com a segunda estrutura de custos mais baixos. Já a estratégia de *diferenciação* está fundamentada na hipótese de fidelização do cliente, cuja existência permitiria à firma obter tanto um isolamento contra as pressões dos concorrentes, quanto uma baixa elasticidade preço da demanda por seus produtos. Por último, a estratégia de *enfoque* tem por base a premissa de que a firma que é capaz de estabelecer um alvo estratégico pode atender as necessidades dele de forma mais efetiva ou eficiente (entendida como baixo custo, diferenciação ou ambas) do que os rivais que ofertam os seus produtos de forma menos focada.

A primeira das cinco forças competitivas é a *ameaça de novos entrantes*³ na indústria, que é uma função das *barreiras de entrada* (cujas fontes principais são as economias de escala, diferenciação do produto, necessidade de capital, custos de mudança, acesso aos canais de distribuição, desvantagem de custo independente de escala e política governamental) e da

reação dos concorrentes já estabelecidos (retaliação prevista e preço de entrada dissuasivo). A segunda força, a *rivalidade entre as empresas existentes*, atua quando os rivais sentem-se pressionados ou identificam um modo de melhorar a sua posição na indústria. Essa força é derivada da interação dos seguintes fatores estruturais: 1) concorrentes numerosos ou bem equilibrados; 2) crescimento lento da indústria; 3) custos fixos ou de armazenamento altos; 4) ausência de diferenciação ou custos de mudança; 5) capacidade aumentada em grandes incrementos; 6) concorrentes divergentes; 7) grandes interesses estratégicos; e 8) barreiras de saída elevadas.

A terceira é chamada de *ameaça de produtos ou serviços substitutos*. Supondo uma alta elasticidade preço da demanda, a pressão exercida por esses produtos deriva da possibilidade de impor um teto à fixação de preços por parte da firma, reduzindo, desta forma, o lucro potencial da indústria. A quarta força reside no *poder de negociação dos compradores*. Eles rivalizam com a indústria, utilizando como arma a concorrência entre as firmas, com o fim de obterem vantagens pecuniárias, mais qualidade ou uma gama maior de serviços. Assim como na terceira força, a consequência pode ser a perda de rentabilidade da indústria. Para Porter (1986), um grupo comprador tem poder para se impor sobre a indústria se apresenta as se-

* Economista e Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia. motafb@yahoo.com.br

¹ Nesse sentido, dado que considera a estrutura da indústria como o fator dominante na escolha da estratégia empresarial, o seu trabalho estaria enquadrado, portanto, no tipo de abordagem conhecido como *outside-in*.

² 1) ameaça de novos entrantes na indústria; 2) rivalidade entre as empresas existentes; 3) ameaça de produtos ou serviços substitutos; 4) poder de negociação dos compradores; e 5) poder de negociação dos fornecedores.

³ Quanto à definição de entrada, diferente de Joe Bain, Porter considera também que "a aquisição de uma empresa já existente em uma indústria com intenção de construir uma posição no mercado deveria ser vista provavelmente como uma entrada, muito embora nenhuma entidade inteiramente nova tenha sido criada" (PORTER, 1986).

guintes características: 1) é concentrado ou adquire grandes volumes em relação às vendas totais; 2) os produtos adquiridos representam fração significativa de seus próprios custos ou compras; 3) os produtos são padronizados ou não diferenciados; 4) há poucos custos de mudança; 5) trabalha com baixas margens de lucro; 6) é uma ameaça de integração para trás; 7) o produto da indústria é desimportante para a qualidade dos produtos do comprador; e 8) o grupo detém total informação.

Finalmente, temos o *poder de negociação dos fornecedores*, e, assim como antes, um grupo forte pode impor baixas à rentabilidade da indústria se ela não tiver meios de transferir o aumento dos custos de produção para os seus preços. Um grupo fornecedor poderoso tende a reunir as mesmas características citadas para os compradores, só que de forma inversa. São elas: 1) é dominado por poucas companhias e é mais concentrado do que a indústria para a qual vende; 2) não concorre com produtos substitutos; 3) a indústria não é um cliente importante; 4) o produto dos fornecedores é um insumo importante; 5) seu produto é diferenciado ou há custos de mudança; e 6) é uma ameaça de integração para frente.

Como sabido, os trabalhos desenvolvidos por Michael Porter para a análise da vantagem competitiva têm por fundamento a *nova organização industrial*, baseada no modelo *Estrutura-Conduto-Desempenho* (ECD)⁴ de Edward Mason e Joe Bain⁵ (VASCONCELOS E CYRINO, 2000). Entretanto, diferente de Mason e Bain, que tinham por objetivo estudar os oligopólios para promover políticas de defesa da concorrência, Porter faz uso do modelo ECD para a formulação de estratégias empresariais considerando o poder dos monopólios em favor das firmas, sem preocupar-se, contudo, com os aspectos relacionados à regulamentação governamental.

Parte das críticas às abordagens da *nova organização industrial* relaciona-se tanto à consideração de que o seu caráter *outside-in* implica à estratégia de empresas um esforço continuado de adaptação *ex post* quanto à adoção de um modelo de racionalidade próximo ao da economia neoclássica, superavaliando a capacidade dos agentes econômicos em formular estratégias (VASCONCELOS E CYRINO, 2000). Por se tratar de um modelo baseado no enfoque ECD, a racionalidade supracitada deve estar relacionada, maiormente, às noções de *racionalidade processual e limitada*, variantes da *racionalidade adaptativa*, traba-

A rivalidade entre as empresas existentes, atua quando os rivais sentem-se pressionados ou identificam um modo de melhorar a sua posição na indústria

lhadas em parte dos estudos de economia industrial. A primeira noção considera a dinâmica e soluções ótimas com equilíbrio, podendo haver desequilíbrio, mas não ruptura estrutural. A segunda é uma versão fraca da racionalidade substantiva, considera que o agente pode não escolher a solução que maximiza a sua utilidade, levando a indeterminações derivadas da multiplicidade de pontos de equilíbrio, admitindo instabilidade relativa do equilíbrio, mas não ruptura estrutural (VERCELLI, 1991).

Da insatisfação com as soluções da nova organização industrial, orientada de *fora para dentro* das organizações, e, portanto, com a análise de Porter (1986), surge a *Resource-Based View*, que se apresenta como uma teoria explicativa da vantagem competitiva orientada de *dentro para fora* das organizações (*inside-out*). Para essa linha de pensamento estratégico “as diferenças existentes entre os desempenhos das firmas dentro de uma mesma indústria se mostravam expressivamente superiores às diferenças de desempenho entre indústrias, significando que os fatores internos às empresas exerceriam um impacto maior em comparação aos fatores externos, isto é, à estrutura da indústria” (LEITE; PORSSE, 2003).

Para a *Resource-Based View*, a vantagem competitiva é explicada mais pela heterogeneidade de recursos, internos à firma, do que pela estrutura industrial, exógeno à firma, i.e., “as imperfeições do mercado de recursos possibilitam a obtenção de desempenho acima da média do mercado” (LEITE; PORSSE, 2003). Nesse

⁴ “Em resumo, o modelo SCP supõe que a performance econômica das firmas é o resultado direto de seu comportamento concorrencial em termos de fixação de preços e custos e que esse comportamento depende da estrutura da indústria na qual as firmas estão inseridas” (Vasconcelos e Cyrino, 2000, p. 23).

⁵ Quanto a atribuir também a Bain o “paradigma” ECD, discordando de Vasconcelos e Cyrino, e concordando com Fontenele, “Bain inaugura, além de nova proposta metodológica, a abordagem que enfatiza a ligação direta de causalidade entre estrutura de mercado e desempenho, sem ênfase, portanto, nos aspectos de conduta como elo intermediário” (Fontenele, 1995, cap. 1, p. 28).

sentido, parece haver certa complementaridade entre o conceito de *heterogeneidade de recursos* e o de *especificidade dos ativos*⁶ de Williamson (1985), ou seja, se o primeiro é determinante do sucesso da firma, o segundo é determinante da sua estrutura de governança (integração vertical, mercado ou ambos), que pode ser também entendido como um dos fatores determinantes da criação de vantagem competitiva de longo prazo.

Em relação às críticas a *Resource-Based View*, Vasconcelos e Cyrino (2000) citam Foss (1997), que apresenta três limites à teoria: 1) ênfase na noção de equilíbrio; 2) ênfase em recursos discretos; e 3) papel secundário atribuído ao ambiente, que, em última análise, evidenciaria ainda certa aproximação teórica com o *mainstream* econômico.

Quanto ao que seja competitividade entre nações, não há, na literatura econômica, um consenso quanto ao conceito, coexistindo, deste modo, diversas abordagens teóricas. Há, contudo, estudos empíricos que se propõem a analisar e quantificar fatores para estabelecer competitividade entre nações. Os principais são o *World Competitiveness Yearbook*, realizado pelo *International Institute for Management Development* (IMD), e o *Global Competitiveness Report*, realizado pelo *World Economic Forum* (WEF). Esse último vem elaborando o seu informe de competitividade com a participação de Michael Porter, Jeffrey Sachs e Andrew Warner, pertencentes à *Harvard Business School*. Tanto o IMD quanto o WEF determinam a competitividade através de *rankings* de países a partir de uma cesta de fatores avaliados. Segundo Garelli (2000), o WEF define competitividade como a capacidade de alcançar um rápido crescimento econômico sustentado (*apud* RAMOS, 2001).

O WEF baseia o seu estudo na análise de onze fatores, considerados determinantes da competitividade de uma nação, quais sejam: 1) indicadores de atuação econômica; 2) indicadores de Governo e política fiscal; 3) instituições; 4) infraestrutura; 5) recursos humanos; 6) tecnologia; 7) finanças; 8) comércio exterior e fluxos de capital; 9) competência doméstica; 10) estratégia e operações de empresas; e 11) política ambiental. O WEF argumenta que a escolha desses fatores deriva de resultados de investigações teóricas e empíricas fundamentadas nas teorias modernas do crescimento econômico.

A participação de Porter no WEF levou à introdução do modelo do *diamante* da vantagem nacional como base

teórica do estudo. O modelo se propõe a responder por que uma nação se torna base para competidores internacionais bem-sucedidos numa indústria, constituindo-se em fator decisivo para a prosperidade econômica nacional, dado que, no longo prazo, o padrão de vida de um país varia em função de sua capacidade de promover níveis elevados de produtividade nas indústrias em que suas firmas competem (PORTER, 2001). Assim, para Porter, a produtividade nacional é o único conceito que se mostra relevante para a avaliação da competitividade em nível nacional.

O modelo do diamante está baseado em uma análise do entorno nacional a partir de quatro grupos de variáveis principais (condições de fatores; condições de demanda; estratégia, estrutura e rivalidade das empresas; e indústrias correlatas e de apoio) que influem na capacidade das empresas para estabelecer e manter uma vantagem competitiva nos mercados internacionais. Existem ainda outras duas variáveis, o papel do acaso e o papel do governo, que conjuntamente com os anteriores formam o diamante nacional. Esses seis determinantes, que atuam individual ou conjuntamente, criam o entorno nacional no qual empresas e indústrias surgem e competem.

Cada ponta do diamante, bem como o diamante como um sistema, afeta os fatores relevantes para o êxito competitivo internacional. O diamante é um sistema que se reforça mutuamente, de forma que o efeito de um dos determinantes é variável dependente do estado dos demais. Segundo Grant (1991), a ampliação da base teórica para o estudo do comércio e do investimento entre países desenvolvidos foi a principal contribuição do diamante às teorias do comércio internacional e do investimento externo direto (*apud* RAMOS, 2001). Assim, a contribuição do diamante à teoria da estratégia competitiva (as cinco forças) está em ampliar, em termos dinâmicos, a formulação de estratégias em um entorno internacional, destacando o papel da inovação e da melhora como fontes de criação e manutenção da vantagem competitiva empresarial.

Segundo Ramos (2001), as críticas ao diamante podem ser classificadas em três grandes grupos. O primeiro argumenta que o modelo, além de não incorporar a atividade das multinacionais, não considera necessário a implantação de um diamante interno à nação. O segundo sustenta a hipótese de que o

⁶ O ativo é específico se o custo de oportunidade de sua substituição cresce com o tempo de vigência das transações.

modelo não funciona quando utilizado para medir a competitividade de países pequenos ou em desenvolvimento. E o último ressalta que há uma falta de precisão na definição de conceitos e variáveis, além de subjetividade quando da classificação dos *clusters* em setores competitivos do país. Assim, no que tange à comparação entre nações, parece que a segunda crítica se mostra mais relevante. De fato, o livro *A Vantagem Competitiva das Nações* foi o resultado de uma investigação das fontes de êxito competitivo internacional de indústrias localizadas apenas em nações economicamente relevantes, sem se preocupar, contudo, em investigar as características ou adaptar os resultados à natureza das nações menos desenvolvidas. A seguir, a lista das nações analisadas em *A Vantagem Competitiva das Nações* em ordem de classificação no ranking WEF de 2005: 2º - *Estados Unidos da América*; 3º - *Suécia*; 4º - *Dinamarca*; 6º - *Singapura*; 8º - *Suíça*; 12º - *Japão*; 13º - *Reino Unido*; 15º - *Alemanha*; 17º - *República da Coreia*; 47º - *Itália*.

Dado que, para Porter (2001), as empresas e não as nações competem nos mercados internacionais, e que o único conceito relevante para a avaliação da competitividade em nível nacional é a produtividade nacional. Então, um diagnóstico de competitividade entre nações consoante com a sua teoria deveria apresentar quais são as nações que desempenham os melhores papéis no processo de criação e manutenção da vantagem competitiva. Dessa forma, demonstraria a capacidade de um país para alcançar um rápido crescimento econômico sustentado, como pretendido pelo *World Economic Forum*. Entretanto, o conjunto dos onze fatores, nos quais o WEF baseia o seu informe, extrapola essa esfera, analisando, portanto, a economia como um todo, e não indústrias específicas e segmentos de indústrias. Nesse sentido, dado o caráter heterogêneo das economias nacionais, os diagnósticos de competitividade em nível nacional podem resultar viesados. Assim, estender a teoria da estratégia competitiva (as cinco forças) para o âmbito das nações pode implicar na orientação de políticas econômicas não coerentes com as reais necessidades de um dado país para alcançar altos níveis de produtividade no longo prazo.

Aparentemente, a realização de diagnósticos de competitividade entre nações ou estados só se afigura factível se acreditarmos que esta apresenta um caráter cardinal, i.e., mensurável. Se sim, talvez importe apenas que os fatores considerados determinantes sejam passíveis de quantificação. Nesse sentido, e apesar

das limitações, o diamante de Porter continua sendo amplamente utilizado em estudos teóricos e empíricos que procuram analisar a competitividade entre nações, bem como os fatores que a determinam. Dessa forma, assim como a prática de *benchmarking* tem sido bastante utilizada para orientar as estratégias competitivas empresariais, também as comparações entre nações tem sido tomadas como uma ferramenta útil para a orientação de políticas nacionais.

Referências

CARNEIRO, Jorge; CAVALCANTI, Mari; SILVA, Jorge. Porter revisitado: Análise Crítica da Tipologia Estratégica do Mestre. *RAC*, v. 1, n. 3, set./dez. p. 7-30, 1997.

FONTNELE, A. M. *Progresso e método na história das teorias da organização industrial*. 1995. Tese (Doutorado) - São Paulo: FEA/USP, São Paulo, 1995.

LEITE, João; PORSSE, Melody. Competição baseada em competências e aprendizagem organizacional: em busca da vantagem competitiva. *RAC*, Edição especial, p. 121-141, 2003.

PORTER, Michael. *A vantagem competitiva das nações*. Editora Campos, 2001.

_____. *Estratégias competitivas*. Editora Campos, 1986.

RAMOS, Rosário. *Modelos de evaluación de la competitividad internacional*. Una aplicación empírica al caso de las Islas Canarias. 2001. Tese (Doutorado) - Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2001.

SINGER, Paul. A falácia do internacionalismo POP. *Teoria e Debate*, n. 34, mar./maio 1997. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/td/td34/td34_livros02.htm>.

VASCONCELOS, Flávio; CYRINO, Álvaro. *Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional*. São Paulo. *RAE*, v.40, n. 4, out./dez. 2000.

VERCELLI, Alessandro. *Methodological foundations of macroeconomics*: Keynes and Lucas. New York: Cambridge University Press, 1991.

WILLIANSON, O. E. *Las instituciones Economicas del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. ■



O desemprego sob a ótica das novas teorias sobre o mercado de trabalho

Armando Affonso de Castro Neto*

João Paulo Caetano Santos**

A discussão acerca das causas do desemprego ficou dividida em duas correntes principais na década de 70: os neokeynesianos e os monetaristas. Os autores de inspiração keynesiana atribuíam à rigidez do salário nominal, causada por imperfeições concorrenciais e arranjos institucionais no mercado de trabalho, a razão pelas altas taxas de desemprego do período¹. Por sua vez os monetaristas, e em especial Friedman, consideravam os erros de expectativas por parte dos trabalhadores e a informação imperfeita como as principais causas do desemprego.

As construções teóricas referentes ao mercado de trabalho, desenvolvidas pela primeira corrente, apresentam como semelhança a rigidez à queda do salário nominal, apesar de cada teoria atribuir a tal fato uma causa distinta. A teoria dos *efficiency wages*, por exemplo, relaciona a inflexibilidade salarial ao comportamento das firmas, que não teriam interesse em reduzir salários visto que o esforço individual, e consequentemente a produtividade, dependeria do nível da remuneração ganha pelo trabalhador. Na teoria que confronta os *insiders* versus os *outsiders*, os custos de contratação e demissão e o poder de barganha dos trabalhadores empregados (*insiders*) seriam os motivos que fortaleceriam as decisões das firmas em não contratar trabalhadores a salários mais baixos, apesar da existência de pessoas interessadas em trabalhar por salários inferiores aos em vigor no mercado. A teoria dos contratos implícitos considera que os trabalhadores possuem aversão ao risco, assumindo, então, contratos que protegeriam sua remuneração – os salários seriam estipulados de forma que ficassem abaixo do salário de equilíbrio num período expansionista e acima do salário de equilíbrio num período recessivo. Esses contratos motivariam a rigidez salarial e, nos períodos recessivos, seriam causa de desemprego involuntário. A teoria das negociações supõe que os sindicatos e as firmas possuem curvas de indiferença que mostram, cada uma delas, um mesmo nível de

satisfação para a combinação de nível salarial e de desemprego. Porém, como a influência dos sindicatos, segundo essa teoria, está restrita à questão salarial, o nível de emprego é dado pela firma, sendo possível que este nível não corresponda ao que satisfaria os trabalhadores ao patamar salarial negociado, existindo, assim, desemprego involuntário.

Entretanto, o problema da rigidez salarial como causa de desemprego foi refutado por Keynes na Teoria Geral. Segundo ele, uma queda no salário nominal não necessariamente diminuiria a taxa de desemprego. Isso porque os efeitos sobre a demanda efetiva são ambíguos (AMADEO, 1986).

As teorias microeconômicas do mercado de trabalho, que tratam do desemprego involuntário, desenvolvidas por autores neokeynesianos, são sintetizadas no capítulo seguinte. Já o capítulo 3 mostra as diferenças teóricas entre a versão desenvolvida por Keynes sobre as causas do desemprego e a versão neokeynesiana.

A rigidez salarial segundo algumas teorias microeconômicas do mercado de trabalho

Nos últimos anos, as denominadas “Novas Teorias do Mercado de Trabalho” ganharam bastante importância para explicar as causas do desemprego. Surgidas

* Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista Capes.

** Mestrando em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

¹ Entre 1973 e 1984, a taxa de desemprego cresceu 7,1% na França, 7,8% na Alemanha e 10% no Reino Unido. A taxa de desemprego em 1984 alcançou níveis como 9,7% na França, 8,2% na Alemanha, 11,2% no Reino Unido, 7,4% nos EUA e 21,1% na Espanha (AMADEO E ESTEVÃO, 1994).

desde a década de 1970, tais teorias retomam em parte o pensamento neoclássico a respeito do motivo do desemprego: o alto custo salarial. A teoria neoclássica admite uma demanda por trabalho negativamente inclinada num plano cartesiano onde os eixos representam o salário real e a quantidade de trabalho. Isto se dá porque a produtividade marginal do trabalho é considerada decrescente e, portanto, para que o lucro seja maximizado, o salário real deve corresponder à produtividade marginal do trabalho. Sendo assim, para que haja aumento do nível de emprego o salário real deve cair. Se o salário real apresenta restrições à queda, a contratação de novos trabalhadores implicaria em redução do lucro ou em prejuízo. As “Novas Teorias do Mercado de Trabalho” explicam as causas microeconômicas da rigidez salarial. Três delas são analisadas neste capítulo: *Efficiency Wages*, Teoria dos Contratos Implícitos e Teoria das Negociações.

A teoria dos *Efficiency Wages*

O modelo geral da teoria dos *Efficiency Wages*, baseado na simplificação de Amadeo e Estevão (1994) e em Akerlof (1982), admite que um trabalhador será tanto mais eficiente quanto maior for seu salário. Em outras palavras, o esforço médio despendido no processo produtivo é função do salário real: $E = \varepsilon(W)$, onde E é o grau médio de esforço e W o salário real. Sendo assim, a produção seria função do trabalho efetivamente empregado: $Y = f(\varepsilon(W) \times N)$, onde Y é o nível de produção e N a quantidade de trabalho (jornada absoluta de trabalho). Admite-se que $f' > 0$ e que $f'' < 0$, assim como $E' > 0$ e $E'' < 0$.

Como a massa salarial corresponde ao custo da firma², sendo w o salário nominal e p o nível de preços da economia, a função lucro seria dada por:

$$L = p \times f(\varepsilon(W) \times N) - w \times N \quad (a)$$

Para maximizar a função lucro as condições de primeira ordem são:

$$\delta L / \delta w = 0 \Rightarrow p \times f' = N / N \times E' = 1 / E' \quad (b)$$

$$\delta L / \delta N = 0 \Rightarrow p \times f' \times E - w = 0 \Rightarrow p \times f' = w / E \quad (c)$$

Das equações (b) e (c) temos que $1/E' = w/E = E' \times (w/E) = 1$ (d)

A equação (d) mostra que, na condição de maximização de lucros, a elasticidade do esforço médio em relação ao salário nominal é 1. Reordenando a equação (c) temos:

$E \times f' = w / p$, ou seja:

$$\varepsilon(W) \times f' (\varepsilon(W) \times N) = w / p = W^* \quad (e)$$

Sendo assim, se existirem trabalhadores dispostos a trabalhar por salários nominais inferiores, as firmas não estarão dispostas a pagar, dado que W^* é o salário que minimiza W / E . Uma redução salarial diminuiria o esforço despendido no processo produtivo dado que $E = \varepsilon(W)$. Salários inferiores a W^* provocariam uma redução de esforço que reduziria o lucro. Dessa forma, pode-se concluir que o salário eficiência provoca uma rigidez nos salários reais.

Numa versão mais sofisticada da Teoria dos *Efficiency Wages*, Akerlof (1982) assume que o esforço médio é dependente do salário pago em outras empresas e também do desemprego. $E = \varepsilon(w/\omega; u)$, onde u é a taxa de desemprego e ω é o salário que o trabalhador espera receber em outra firma. O esforço médio aumentaria com o aumento do primeiro termo e / ou com o aumento do segundo termo. O salário real também seria fixo para que a condição de maximização dos lucros fosse satisfeita e corresponderia a: $w / p = k \times (w/\omega) \times E$, onde k corresponde ao grau de competitividade da firma³. Referências salariais internas à firma também foram citadas num modelo de *efficiency wages* revisado por Danthine e Kurman (2005):

The gift-exchange version of the efficiency wage model is capable of generating strong wage rigidity in general equilibrium provided the reference wage is viewed as an

O modelo geral da teoria dos *Efficiency Wages*, baseado na simplificação de Amadeo e Estevão (1994) e em Akerlof (1982), admite que um trabalhador será tanto mais eficiente quanto maior for seu salário

² Os autores dessa teoria, para simplificar a análise, consideram irrelevante a presença dos custos de outros fatores de produção.

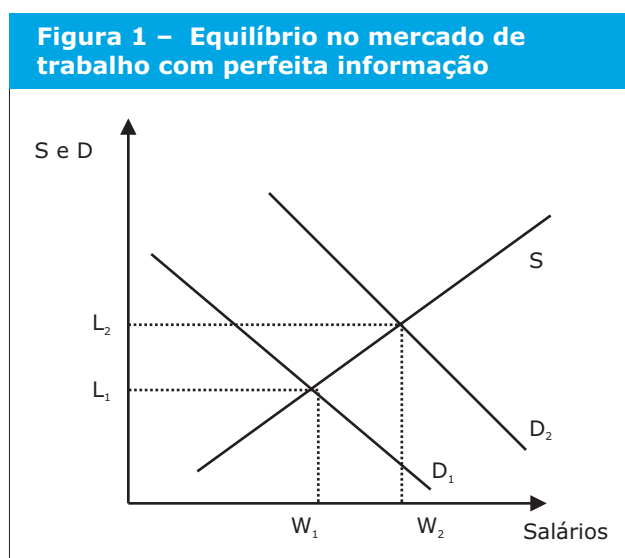
³ Este modelo resumido é encontrado em Carneiro (1997).

internal reference rather than (or in addition to) the external reference proposed by Akerlof in his original contribution and generally adopted by the ensuing literature (DANTINE e KURMAN, 2005. p.7).

O que a Teoria dos *Efficiency Wages* evidencia é que uma política de redução salarial não interessa à firma, pois tal redução, apesar da existência de trabalhadores dispostos a receber um salário inferior, representa diminuição no esforço médio do trabalho e, conseqüentemente, queda na produtividade e do lucro. Essa dependência da firma pelo nível salarial ótimo implica em rigidez do salário real e, por conseqüência, desemprego involuntário, já que existem trabalhadores que não estão empregados apesar da disposição em trabalhar por um salário inferior ao em vigor no mercado.

Teoria dos Contratos Implícitos

A condição de incerteza está presente na Teoria dos Contratos Implícitos. Ela parte da suposição que dois ambientes econômicos podem se apresentar. Para simplificar, denominaremos esses ambientes econômicos futuros de *estados*: o *estado bom*, no qual prevalecem condições econômicas favoráveis; e o *estado ruim*, associado a acontecimentos desfavoráveis (mudanças climáticas, recessão, instabilidade monetária, etc.) que podem influenciar negativamente a demanda por trabalho. Conforme Fracalanza (2002), se fosse possível prever o estado econômico futuro, a questão da determinação do salário e emprego seria similar aquela da concorrência perfeita. A figura 1 evidencia essa problemática:

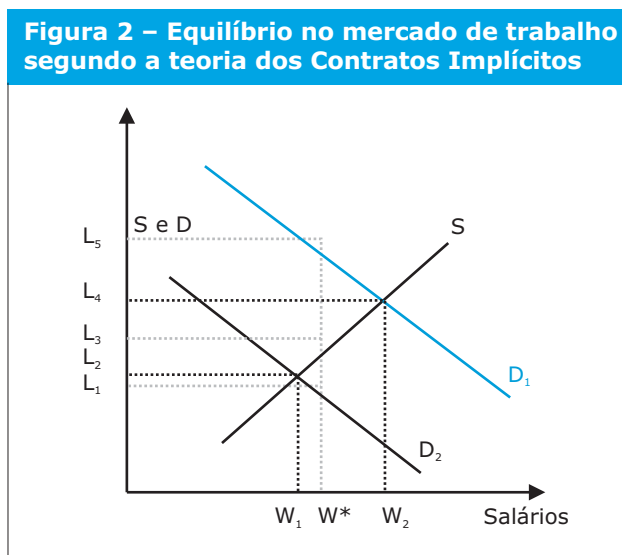


Se os agentes esperam o *estado ruim*, a demanda prevalecente corresponde a D1. O contrato será efetivado no ponto de equilíbrio que proporciona o salário W1 com nível de emprego L1. No entanto, se o esperado for o *estado bom*, a curva de demanda será a D2. Portanto o contrato corresponderá ao equilíbrio onde o salário é W2 e o nível de emprego L2. Dessa forma, a economia tenderia ao pleno emprego.

Contudo, se os agentes do mercado de trabalho não possuem perfeito conhecimento sobre o *estado* subsequente, e, além disso, apresentam comportamento diferente diante do quadro de incerteza, um novo arranjo contratual deve ocorrer.

Os autores da teoria dos contratos implícitos consideram que o trabalhador possui aversão ao risco, dado que dependem de sua renda para sobreviver. Já os empresários são neutros ao risco. Isso implica que é indiferente à firma pagar um salário w1 no *estado ruim* ou W2 no *estado bom*, ou, ainda, pagar a média de ambos no *estado ruim* e no *estado bom*. Porém, os trabalhadores preferem receber um salário seguro, ou seja, $w = \frac{1}{2}(w_1 + w_2)$, dado que no período ruim eles receberiam acima do salário que equilibraria o mercado de trabalho (FRACALANZA, 2002).

Nessa situação, onde existe incerteza, o desemprego involuntário surge como mostra a Figura 2.



Quando ocorre o *estado bom*, onde a curva de demanda corresponde a D1, o salário do contrato apresenta-se inferior ao que equilibraria o mercado. Porém, não ocorre desemprego e sim excesso de demanda

por trabalho (diferença $L5 - L3$). Note que o equilíbrio deveria ocorrer em $L4$, com o salário $W2$.

Na situação em que prevalece o *estado ruim*, cuja curva de demanda é a $D2$, o salário do contrato apresenta-se acima do que equilibraria o mercado, que deveria dar-se em $w1$ com o nível de emprego $L2$. A demanda estará no nível $L1$, porém a oferta de trabalho estará no nível $L3$, sendo que a diferença entre oferta e demanda ($L3-L1$) corresponderá ao desemprego involuntário, dado que esta quantidade equivale ao total de trabalhadores que desejariam trabalhar ao salário do contrato W^* .

Portanto, a teoria dos contratos implícitos nos mostra como o contrato ocasionado pela aversão ao risco do trabalhador ocasiona desemprego involuntário se a economia entra num período recessivo ou de outra situação desfavorável. Esses contratos equivalem a uma rigidez salarial no curto prazo.

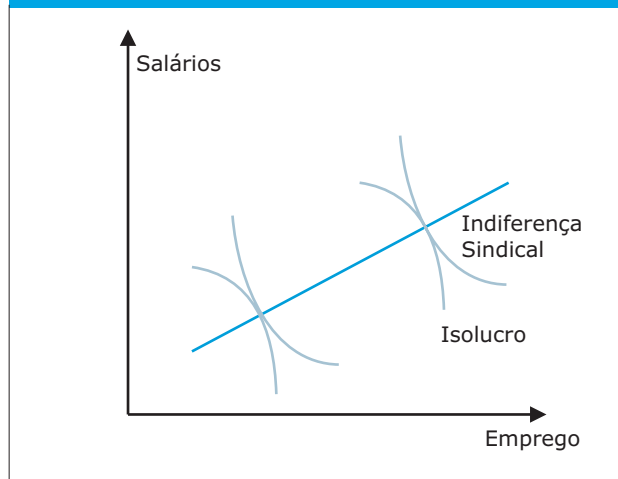
Teoria das Negociações

A Teoria das Negociações desconsidera a existência de atomicidade no mercado de trabalho. Segundo essa teoria, os sindicatos possuem poder de mercado e influenciam as decisões a respeito do salário. No entanto, as decisões a respeito da quantidade de trabalho a ser empregada são exclusivas à empresa.

A análise do mercado de trabalho proposta pela Teoria das Negociações baseia-se nas *curvas de indiferença sindical* e nas *curvas de isolucro* das firmas, que relacionam salário e nível de emprego. Segundo Fracalanza (2002), as *curvas de indiferença sindical* representam as possíveis combinações de salário e emprego que proporcionam o mesmo nível de satisfação para os trabalhadores da “bacia de empregos”. Na medida que o desemprego aumenta, os salários devem crescer para manter constante o nível de satisfação. Portanto, as curvas apresentam-se negativamente inclinadas. Por sua vez, as *curvas de isolucro*, que refletem o comportamento da firma em negociação com os sindicatos, mostram as combinações de salário e emprego que definem um mesmo nível de lucro para a firma.

Na Figura 3, podemos observar que o nível de satisfação dos trabalhadores aumenta quando as *curvas de indiferença sindical* crescem para cima e para a direi-

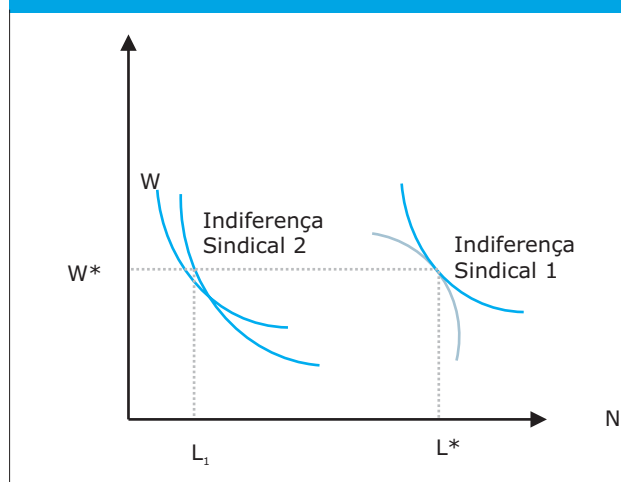
Figura 3 – Curva de contratos ótimos da Teoria das Negociações



ta. Quando as *curvas de isolucro* passam para baixo e para a esquerda o nível do lucro aumenta. Numa situação em que sindicato e firmas negociam salário e emprego, o nível de contrato ótimo ocorre quando as *curvas sindical* e de *isolucro* se interceptam proporcionando um nível de salário e emprego que satisfaz a ambos. Os níveis de emprego e salário aumentam ao longo da curva de contratos ótimos (curva azul).

No entanto, num modelo em que as firmas e sindicatos negociam somente salários, e que o nível de emprego é decidido pelas firmas, o resultado difere do anterior. A Figura 4 mostra esse novo modelo de negociação, denominado pela literatura da teoria das negociações de *direito a gerir*.

Figura 4 – Redução do emprego no modelo “Direito a Gerir”



Este processo de negociação possui duas etapas. Inicialmente, firma e sindicatos negociam os salários. Na

figura, o equilíbrio se dá na junção da *curva de indiferença sindical* 1 e da *curva de isolucro* (curva verde). Esse equilíbrio proporciona o nível de emprego L^* e salário w^* . Porém, na segunda etapa, a firma decide unilateralmente o nível de emprego considerando o salário negociado com os sindicatos. O nível de emprego, necessariamente, deve estar sobre a curva de demanda da empresa (curva azul). Portanto, o nível de emprego corresponderá a L_1 , que é o nível que iguala salário e produtividade marginal do trabalho, maximizando o lucro da firma. No entanto, nesse nível de salário e emprego, a *curva de indiferença sindical* será inferior à primeira. Nesse arranjo contratual, a redução do nível de emprego e da satisfação dos trabalhadores constitui-se característica marcante no mercado de trabalho.

Desemprego e rigidez salarial segundo a Teoria Geral

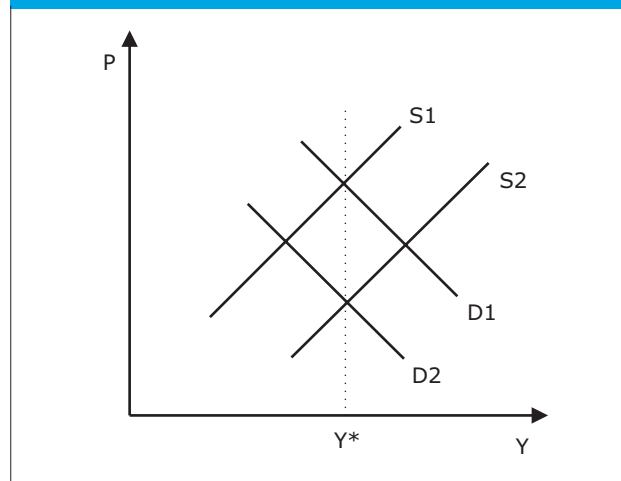
As teorias microeconômicas sobre o mercado de trabalho revisadas neste trabalho atribuem à rigidez salarial a causa do desemprego. No entanto, na discussão do capítulo 19 da Teoria Geral, denominado *Variações no Salário Nominal*, é perceptível que Keynes não considera a rigidez dos salários nominais como causa do desemprego.

A queda dos salários nominais não necessariamente causaria aumento do emprego segundo a Teoria Geral. Uma queda de salário nominal provoca redução na renda do trabalhador, fazendo a demanda por produtos diminuir. Dessa forma, os deslocamentos para a direita da curva de oferta e para a esquerda da curva de demanda não resultarão necessariamente em crescimento do produto. Isso está explicitado na Figura 5.

O deslocamento da curva de oferta de S_1 para S_2 , causada pela redução dos custos proporcionada pela queda do salário real, é acompanhada de deslocamento da curva de demanda de D_1 para D_2 , motivada pela queda na renda dos trabalhadores. O equilíbrio, nesse exemplo, mantém o mesmo nível de produto.

A demanda efetiva poderá diminuir, diante de uma queda de salários nominais, pela diminuição da renda do trabalho que supostamente possui maior propen-

Figura 5 – Efeito de uma redução no salário nominal sobre a demanda e a oferta



são marginal a consumir, mas poderá também aumentar devido à diminuição da taxa de juros causada pelo aumento da oferta real de moedas. Portanto, a flexibilidade do salário nominal não é suficiente para elevar o nível de emprego, dado que a queda do salário nominal poderia provocar um efeito de retração da demanda efetiva.

As teorias microeconômicas do mercado de trabalho revisadas colocam o salário como inflexível à queda, e atribuem isso à presença de desemprego involuntário. No entanto, tanto a teoria das negociações como a dos contratos implícitos, sob a ótica da Teoria Geral, não apresentam argumentos que façam o nível de emprego subir caso os salários fiquem flexíveis, dado que alterações na oferta e demanda seriam suficientes para refutar a linearidade da relação entre emprego e salários nominais.

A exceção fica por conta da teoria dos *efficiency wages*, que está associada à rigidez do salário real. Se houvesse queda do salário nesse contexto, o esforço empregado na produção cairia, a não ser que os preços acompanhassem a queda salarial. Apesar da queda salarial, o produto permaneceria constante, apesar da oferta de moeda ser fixa, pois $\delta Y / \delta N = W/P$.

Conclusão

Verificamos que as novas teorias sobre o mercado de trabalho credenciam o desemprego à rigidez salarial. No entanto, por uma ótica “keynesiana pura”, pode-se inferir que a queda salarial não é suficiente para au-

A flexibilidade do salário nominal não é suficiente para elevar o nível de emprego, dado que a queda do salário nominal poderia provocar um efeito de retração da demanda efetiva

mentar o nível de emprego. Pelo contrário, poderá até aumentar o desemprego, visto que a diminuição de salários resultará em retração da demanda efetiva.

Tendo em vista que parâmetros como a eficiência marginal do capital, propensão marginal a consumir e taxa de juros influenciam fortemente a demanda efetiva, não se pode acreditar que políticas que freiem o poder aquisitivo sejam empregadas com vistas ao crescimento econômico e do emprego. Muito mais eficaz seria a adoção de políticas redistributivas, que proporcionassem maior renda para as classes que possuem maior propensão marginal a consumir, e também políticas de queda da taxa de juros, que impactam o nível de investimento da economia.

Referências

AKERLOF, G. Labor Contracts as partial Gift Exchange. *Quarterly Journal of Economics*, 1982.

AMADEO, E. J. Desemprego, Salários e Preços: Um Estudo Comparativo de Keynes e do Pensamento Macroeconômico da Década de 1970. Rio de Janeiro: BNDES, 1982.

AMADEO, E. J. Sobre Salários Nominais: As Críticas Keynesiana e Monetarista à Abordagem de Keynes Sobre o Mercado de Trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.16, nº 2. Rio de Janeiro: 1986.

AMADEO, E. J. e ESTEVÃO, M. *A Teoria Econômica do Desemprego*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

CARNEIRO, F. Efficiency Wages, Insiders-Outsiders e Determinação de Salários: Teorias e Evidência. *Revista de Economia Política*, v. 17, nº 2. São Paulo: Editora 34, 1997.

DANTHINE, J. P. e KURMANN, A. Efficiency Wages Revisited: The Internal Reference Perspective. *Economic Journal of Canada*, v.1, nº 6. Montreal: Université du Québec à Montreal, 2005.

FAIRRIS, D. *Labor Demand and Institutions in the Labor market*. Riverside: University of California, 2004.

FIANI, R. O Papel da Elasticidade de Esforço Unitária no Modelo de Salário Eficiência. *Revista de Economia Contemporânea*, nº 4. 1998.

FRACALANZA, S. Uma leitura das teorias do desemprego de Equilíbrio. *Economia*, v. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 2002.

JONASSON, E. *The Insider-Outsider Theory: A Literature Overview*. 2004.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

LINDBECK, A e SNOWER, D. J. (1988a). Cooperation, Harassment and Involuntary Unemployment: An Insider-Outsider Approach. *American Economic Review*, v. 78, nº 1. 1988.

LINDBECK, A e SNOWER, D. J. (1988b). *The Inside-Outsider Theory of Employment and Unemployment*. Massachusetts: MIT Press, 1988.

LOPES, J. C. e ROSSETTI, J. P. *Economia Monetária*. São Paulo: Atlas, 2002.

SOLOW, R. Another Possible Source of Wage Stickiness. *Journal of Macroeconomics*, V. 1, nº 1. 1979.

SOLOW, R. Insider and Outsider in Wage Determination. *Scandinavian Journal of Economics*, v. 87, nº 2. 1985. ■

Mercado de trabalho: sinais indicam tendência de aumento do desemprego nos próximos meses

Samantha Flora Félix Rego*

O desempenho do mercado de trabalho no primeiro bimestre de 2006 tem refletido as consequências da desaceleração econômica. A perda de fôlego da economia nacional desestimulou a abertura de postos de trabalho por parte das empresas, ou seja, provocou uma estagnação na demanda por trabalho. Em razão disso, a expansão no contingente de empregos foi pouco dinâmica, muito embora a conformação desse cenário também esteja associada a fatores sazonais, tendo em vista os inúmeros feriados e o Carnaval, que adiam a busca da população por emprego.

No mês de fevereiro, a taxa de desocupação – principal indicador do mercado de trabalho – caracterizou-se pela redução das vagas temporárias (demanda por mão-de-obra) e pelo retorno à procura de trabalho (oferta de mão-de-obra), principais fatores que desencadearam a elevação da taxa. Em parte, essa perda de dinamismo deveu-se ao comportamento típico que o ambiente do labor revela nos meses iniciais de cada ano.

A taxa brasileira de desemprego, no primeiro bimestre de 2006, manteve tendência ascendente, comporta-

mento similar ao ocorrido nos anos de 2004 e 2005 para idêntico período de meses.

Mercado de Trabalho

A taxa de desocupação, para o agregado das seis regiões, foi estimada em 10,1% em fevereiro ante 9,2% em janeiro, segundo o IBGE. O desemprego retornou, portanto, ao patamar de dois dígitos após oito meses consecutivos na faixa de apenas um dígito. Não obstante o acréscimo de 0,9 ponto percentual, essa estimativa ainda é o menor resultado da série para o mês de fevereiro. Em relação a fevereiro de 2005 (10,6%) houve redução de 0,5 p.p.

O comportamento desse indicador surpreendeu os analistas, suscitando avaliações divergentes. Para Marcelo Ávila, economista e consultor do Instituto de Pes-

* Graduada em Economia e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBa.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego: Brasil*, Jan/2004 - Fev/2006

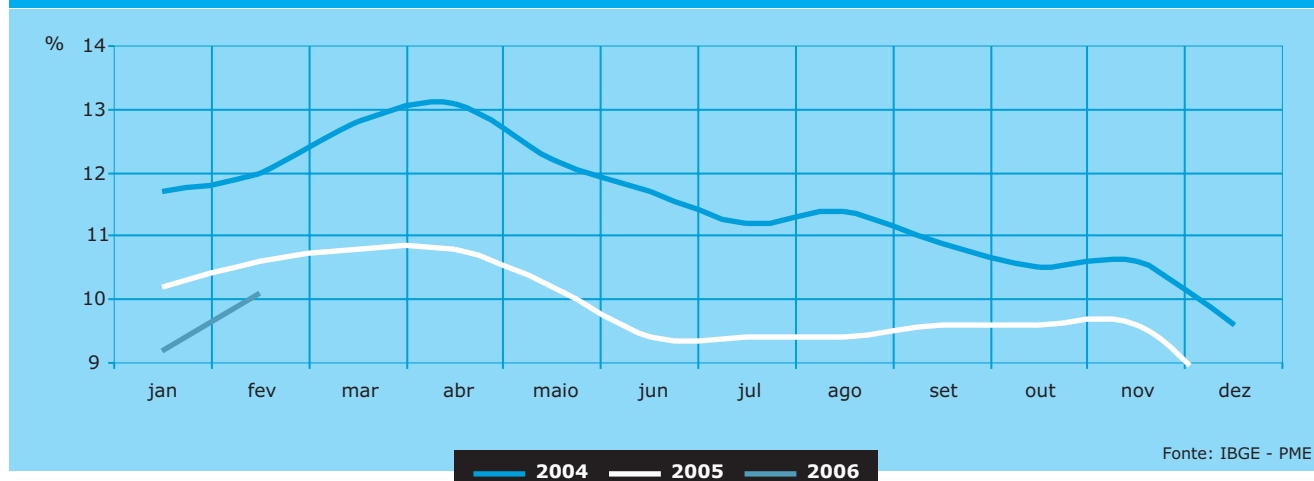


Tabela 1
Principais Variáveis do Mercado de Trabalho: Brasil, Jan-Fev/2006 / Jan-Fev/2005

Variáveis	Brasil* (em mil)					
	fev/05	fev/06	Variação	jan/06	fev/06	Variação
PIA	38.609	39.361	1,95%	39.368	39.361	-0,02%
PEA	21.743	22.154	1,89%	22.045	22.154	0,49%
Ocupados	19.430	19.922	2,53%	20.006	19.922	-0,42%
Desocupados	2.313	2.232	-3,50%	2.039	2.232	9,47%
Tx. Desocupados	10,6	10,1	-0,5	9,2	10,1	0,9

*Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA
 Fonte: PME/IBGE

quisa Econômica Aplicada (Ipea), a elevação da taxa de desemprego se explica mais pelo aumento da procura por trabalho e pelo fechamento de 109 mil vagas informais no setor privado do que por algum desajuste de maior dimensão. Segundo sua avaliação, o resultado foi, em certa medida, positivo, pois refletiu o aquecimento da atividade econômica através da maior oferta de mão-de-obra. Outros fatores, como a queda dos juros e o aumento nos rendimentos do trabalho (1,1%) no mês de janeiro, contribuíram na conformação desse cenário (SANTOS E DURÃO, 2006, p. A3).

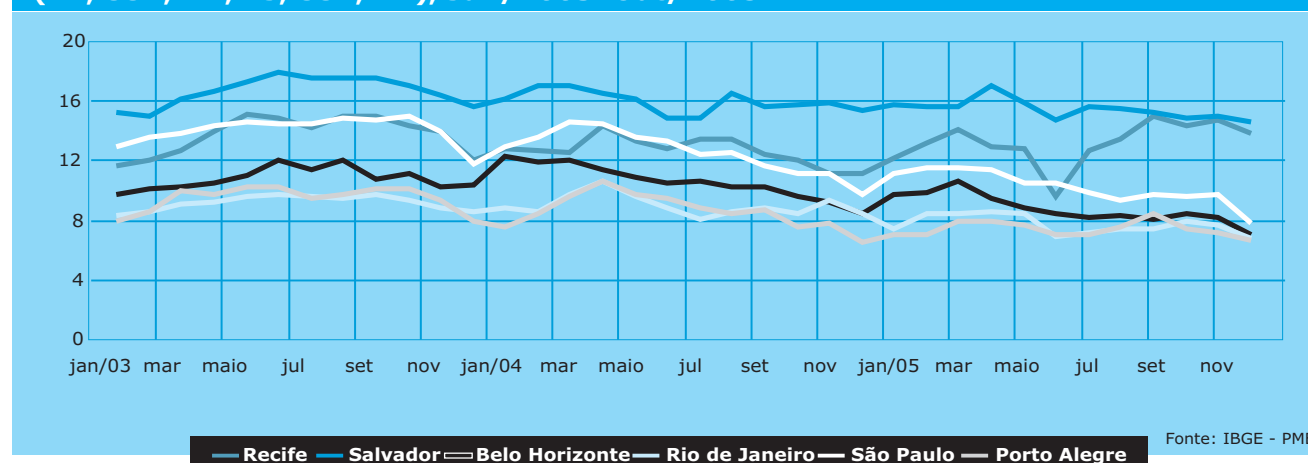
Por outro lado, a magnitude da alta em relação ao mês de janeiro (0,9 p.p.) é um fator preocupante para Cimar Azeredo, coordenador da pesquisa do IBGE. Segundo ele, historicamente, fevereiro tem maior procura por emprego, pressionando a taxa, mas o crescimento em relação a janeiro costuma ser de 0,3 a 0,4 p.p. Ainda nessa perspectiva, o nível de ocupação praticamente não cresceu nas regiões metropolitanas desde maio do ano passado, e o desempenho do emprego industrial frustrou as expectativas de continui-

dade na sua recuperação, pois recuou 2,7% (SANTOS E DURÃO, 2006, P. A3).

A taxa de atividade – indicador que revela a proporção de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação ao número de pessoas em idade ativa (PIA) –, ou seja, a variável que sinaliza o trânsito da população no mundo do trabalho, apresentou estabilidade no cotejo mensal e anual. Em contrapartida, a PEA apresentou incremento de 1,9% frente a fevereiro de 2005, indicando que um maior contingente da força de trabalho está pressionando o mercado.

No nível regional o panorama foi similar, pois quase todas as regiões registraram aumento do desemprego no cotejo mensal. A exceção coube à Região Metropolitana de Salvador, que diminuiu sua desocupação em 1,3 p.p., comportamento que ocorreu, principalmente, em função da redução no *quantum* de desocupados (-11,2%). No entanto, essa aparente recuperação pode estar sendo mascarada pelos festejos de Carnaval, que teriam reduzido a procura por emprego na RMS. Malgrado o cenário de maior desocupação, vale ressal-

Gráfico 2 – Taxa de desemprego: regiões metropolitanas (RE, SSA, BH, RJ, SSP, PA), Jan/2003 Out/2005



tar que todas as regiões, exceto Recife, registraram as menores taxas da série para o mês de fevereiro.

Foram observadas variações relevantes em Salvador (14,9% para 13,6%), Belo Horizonte (8,1% para 9,1%), Rio de Janeiro (6,9% para 7,9%) e São Paulo (9,2% para 10,5%), em relação ao mês anterior. No cotejo anual variaram as regiões do Recife (13,2% para 15,9%) e de Salvador (15,6% para 13,6%).

O mercado de trabalho está tornando-se mais seletivo, pois tem excluído jovens e pessoas com menor grau de instrução nos últimos anos. No que concerne à exclusão relativa à faixa etária, esse foi o segmento que mais enfrentou dificuldade para obter um emprego nos três primeiros anos do Governo Lula, segundo o Dieese. Em contrapartida, a força de trabalho a partir de 50 anos ampliou sua participação de 16,8% para 18%, entre 2003 e 2005. Dessa maneira, a elevação na participação dessa mão-de-obra em relação ao total das pessoas ocupadas em São Paulo denota que o mercado de trabalho pode estar assumindo uma nova configuração em função desta modificação em sua dinâmica.

Decorrido o processo de enxugamento na década de 1990, as empresas chegaram ao final de um período recessivo com capacidade ociosa e quadros muito enxutos. No intuito de ajustarem-se ao processo de retomada do crescimento econômico, as empresas voltaram a demandar trabalhadores mais experientes, aptos a assumirem postos que, de outra maneira, exigiriam treinamento prévio para pessoas mais jovens. Setorialmente, foi a indústria que relativamente ampliou mais a demanda por esses profissionais.

A mudança do perfil produtivo da economia brasileira contribuiu substancialmente para a inserção desse grupo no mercado de trabalho. Em função da des-

valorização cambial em 1999, ocorreu o retorno e a inserção de vários setores ao mercado externo, e uma série de atividades praticamente estagnadas durante os anos 1990 foram retomadas com mais vigor, o que exigiu a busca, por parte das empresas, de trabalhadores já experientes (BILLI, 2006, p.B1).

Nesse sentido, um dos setores que readquiriu fôlego foi o ferroviário. Carente de investimentos durante um longo período, ele voltou a expandir-se em razão de investimentos de empresas privadas interessadas em escoar sua produção, o que favoreceu o retorno ao mercado de trabalhadores que já haviam se aposentado.

Além de buscar trabalhadores mais experientes, o mercado de trabalho também exigiu um nível mais alto de escolaridade. Os empregados com onze anos ou mais de estudo elevaram sua participação de 46,7%, em 2003, para 50,3%, em 2005.

Reportando-se às formas de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, a participação média da categoria dos *empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado* (41,4% da população ocupada) variou 5,1% no cotejo fev/05 – fev/04. Regionalmente, verificou-se alteração apenas na região do Recife (4,7%), na comparação mensal. Por outro lado, em relação a fevereiro de 2005 ocorreu variação significativa nas regiões de Belo Horizonte (10,8%), Rio de Janeiro (7,5%) e Porto Alegre (6,7%).

O panorama do emprego formal evidencia sinais de recuperação que se confirmam nas 4 milhões de vagas abrangidas entre os anos de 2003 e 2005, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Entretanto, parte desses empregos é oriunda de vagas que foram formalizadas somente após a fiscalização do Ministério do Trabalho.

Ademais, os dados relativos à geração de empregos formais em 2005 são menos favoráveis quando estão atrelados à remuneração destes trabalhadores. Desse modo, avaliar a qualidade dessas vagas e os seus respectivos níveis de salário remete à constatação de que a demanda por trabalho se eleva para os salários mais reduzidos e diminui nas vagas de maior poder aquisitivo. Em 2005, o saldo de 1,5 milhões de vagas abertas (e/ou formalizadas) resultou da abertura de 1,7 milhões de vagas novas com remuneração de até 3 salários mínimos (80% delas corresponderam a 1,5 mínimo).

O panorama do emprego formal evidencia sinais de recuperação que se confirmam nas 4 milhões de vagas abrangidas entre os anos de 2003 e 2005, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

A categoria dos *empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado* (14,8% da população ocupada) declinou 3,4% na comparação mensal, corroborando com a tendência de redução dos espaços informais verificada durante os últimos meses. Especialmente, somente Rio de Janeiro variou -7,6% em relação ao mês anterior.

No que se refere ao panorama dos rendimentos do trabalhador, expandiu-se em fevereiro (1,1%), essencialmente, em razão do avanço de 3,3% registrado na região metropolitana de São Paulo, em relação ao mês anterior. O acréscimo foi resultante dos dissídios salariais maiores, menor pressão inflacionária e crescimento do emprego formal, que tradicionalmente paga maiores salários. Em relação a fevereiro de 2005, também houve incremento de 2,5%, que representou o oitavo aumento consecutivo para esta base de comparação.

Paradoxalmente, o número de trabalhadores que auferem menos de um salário mínimo por mês atingiu, em 2005, o maior patamar da nova Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE: 14,5%, 13,8% e 11,9% da população ocupada na média dos anos de 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

A maior parte dessa força de trabalho pertence ao mercado de trabalho informal, principalmente comércio, construção civil e autônomos. A aparente contradição entre esse quadro e o ambiente que apresenta recuperação da renda média e aumento da formalidade requer uma avaliação mais cuidadosa. O incremento do sub-rendimento, para o IBGE, revela que a informalidade continua crescendo nas vagas de menor remuneração. Desse modo, embora exista uma recuperação das ca-

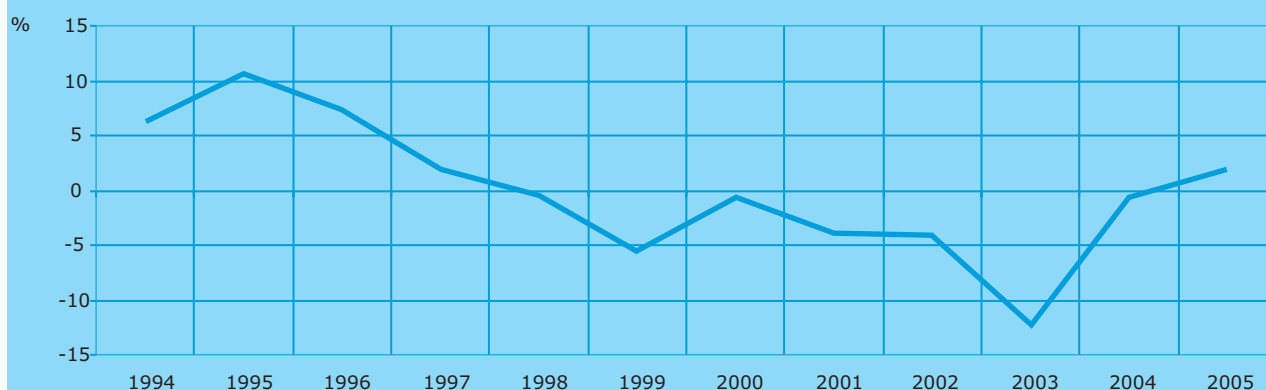
madras mais favorecidas, que possuem emprego com carteira assinada, a parcela de baixa renda permanece mais vulnerável à ocorrência desse fenômeno.

Em todos os anos o sub-rendimento se eleva em maio, quando o salário mínimo costuma ser reajustado. Gradativamente, o total de sub-remunerados vai caindo ao longo dos meses. Contudo, a análise dos últimos anos aponta uma tendência ascendente.

No que se refere à questão das lutas e conquistas dos trabalhadores, eles obtiveram, em 2005, as melhores negociações salariais dos últimos dez anos, conquistando aumento real acima da inflação em 72% dos acordos realizados nesse período, segundo o Dieese. Em 88% dessas negociações, os trabalhadores conseguiram superar ou zerar as perdas acumuladas pela inflação medida pelo INPC. Contribuíram positivamente a inflação em baixa e a redução dos juros, aliados ao crescimento do PIB, quase continuamente durante nove trimestres, impactando significativamente as negociações. Ademais, o aumento do nível da ocupação, a expansão da formalidade, o desempenho favorável das exportações e o aumento real de 8,23% concedido ao salário mínimo acentuaram o poder de negociação dos trabalhadores.

Em decorrência disso, a manutenção do emprego saiu da pauta dos sindicatos, cedendo lugar à busca por ganhos reais de salário. Nos movimentos grevistas, por sua vez, a postura defensiva passou a ser propositiva quando o trabalhador pleiteia um novo direito. Além disso, o não aumento dos níveis de desemprego estimulou a participação nas campanhas salariais com menos insegurança e maior intensidade.

Gráfico 3 – Evolução do rendimento: Brasil, 1994 - 2005*



Fonte: Tendências Consultoria

* Série do rendimento médio harmonizado, unindo dados da antiga e da nova pesquisa mensal do emprego.

O incremento do sub-rendimento, para o IBGE, revela que a informalidade continua crescendo nas vagas de menor remuneração

No que concerne à projeção de um cenário para os próximos meses, um sinal positivo poderia vincular-se ao reajuste do salário mínimo, estimado em 13% acima da inflação, o que influenciaria o incremento do rendimento médio. Porém, a julgar pelo comportamento histórico do mercado, que sempre gera poucos empregos nos três primeiros meses do ano, quando cresce a procura por trabalho, o desemprego tende a aumentar.

Ademais, em razão da retração na demanda por produtos oriundos da indústria de transformação, o cenário para o mercado de trabalho no primeiro trimestre de 2006 reflete incerteza e vigor moderado, segundo a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação (FGV). Há mais empresas planejando demitir no próximo trimestre do que abrir novas vagas. O pálido otimismo também está atrelado ao recuo de 2,7% no nível de emprego na indústria paulista, no mês de fevereiro. Segundo Paulo Francini, diretor do Departamento Econômico da Fiesp:

...se o Banco Central mantiver “o rigor e a ortodoxia” na condução da política monetária, o crescimento da indústria deve ficar entre 2,55% e 3,5%. A mesma variação é projetada para o emprego. [...] E não é porque o Banco Central está baixando os juros que já vão passar a produzir muito mais ou empregar mais gente. Não há, no curto prazo, a perspectiva de um choque de estímulo positivo na economia (SALGADO, 2006, p.A3).

Assim, o desempenho do mercado de trabalho em 2006 confirma sua fragilidade ao sinalizar uma tendência de aumento do nível de desemprego, referendada pelo desaquecimento nos indicadores de nível de atividade e potencializada pela ortodoxia e excesso de rigor na condução da política econômica.

Referências

BILLI, Marcelo. Crescem vagas para trabalhadores acima dos 40. *Folha de São Paulo*. 04 fev. 2006, p.B1.

CARTA SOCIAL E DO TRABALHO. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). mai/ago, n.1. Disponível em: www.eco.unicamp.br/cesit. Acesso em: 15 fev. 2006.

LAGE, Janaína. Mais pessoas ganham menos que o mínimo. *Folha de São Paulo*. 31 jan. 2006, p. B5.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO – PME/IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 mar. 2006.

ROLLI, Claudia. Reajustes salariais são os melhores em 10 anos. *Folha de São Paulo*. 10 mar. 2006, p. B1.

SALGADO, Raquel. Indústria vê demanda fraca e planeja demissões. *Valor Econômico*. São Paulo, 13-14-15 jan. 2006, p.A3.

SALGADO, Raquel. Mercado de trabalho cresce, mas vagas com baixa qualificação predominam. São Paulo, 27-28-29 jan. 2006, p.A3.

SANTOS, Chico; DURÃO, Vera Saavedra. Alta do desemprego em fevereiro divide opiniões. *Valor Econômico*. 24-24-26 mar. 2006, p. A3.

SOARES, Pedro. Desemprego sobe, mas renda volta a R\$1.000. *Folha de São Paulo*. 24 mar. 2006, p. B6.

VILELLA, Janaína. Desemprego cai e renda sobe em 2005. *Valor Econômico*. Rio de Janeiro, 27-28-29 jan.2006, p.A3. ■

ANÚNCIOS



Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos totalizam R\$ 17,9 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 17,9 bilhões agregando 463 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que diz respeito ao complexo de atividade econômica infere-se que cerca de 66% encontram-se alocados nos complexos *Madeireiro* (28%), de *Transformação Petroquímica* (19%) e *Químico-Petroquímico* (18%), totalizando R\$ 11,7 bilhões em 186 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 6,1 bilhões distribuídos em 277 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento com participação de 12% dos investimentos.

Em relação à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, verifica-se que os eixos *Metropolitano* (57%) e *Extremo Sul* (23%) respondem por cerca de 80% dos investimentos previstos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 14,6 bilhões, além de alocar 56% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R\$ 7,7 bilhões, com destaque para o eixo *Grande Recôncavo* que detém 9% do total de investimentos em R\$ 1,6 bilhões e 67 projetos.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 61,7% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 11 bilhões em 372 projetos. Enquanto que 38,3% encontram-se em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,8 bilhões em 91 projetos.

No tocante ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem cerca de 71.709 postos de trabalho, sendo que os eixos *Metropolitano* (42%) e *Grande Recôncavo* (21%) concentram 63% dos empregos, ou 45.301 postos de trabalho. Enquanto que os restantes são responsáveis por 37% dos empregos, destacando-se o eixo *Mata Atlântica* respondendo por 10% dos empregos 7.327 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o *Probahia*. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o *Procomex*, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o *Bahiaplast*, para o setor de transformação plástica; além do *Procobre* e *Profibra*. A partir de 2002, o programa *Desenvolve* substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a *Deplastil Embalagens Plásticas*, a *POM-DAPI Indústria de Calçados Nordeste*, a *IBS - Indústria Brasileira de Sorvetes*, a *CTI do Brasil Indústria e Participações Ltda* e a *Indústria e Comércio de Alimentos Ômega Ltda*.

Tabela 01
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006 - 2010

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projetos
Agroalimentar	1.369.608	75
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.653.574	54
Complexo madeireiro	5.114.208	12
Eletroeletrônico	237.971	63
Metal-mecânico	625.028	52
Químico-petroquímico	3.276.394	90
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.401.638	84
Outros	174.599	9
Total	17.958.915	463

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 28/02/06.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2006 - 2010

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	97.684	8
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.099.546	13
Grande Recôncavo	1.580.110	67
Mata Atlântica	402.877	53
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	10.160.120	248
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	191.845	31
A Definir	480.801	9
Total	17.958.915	463

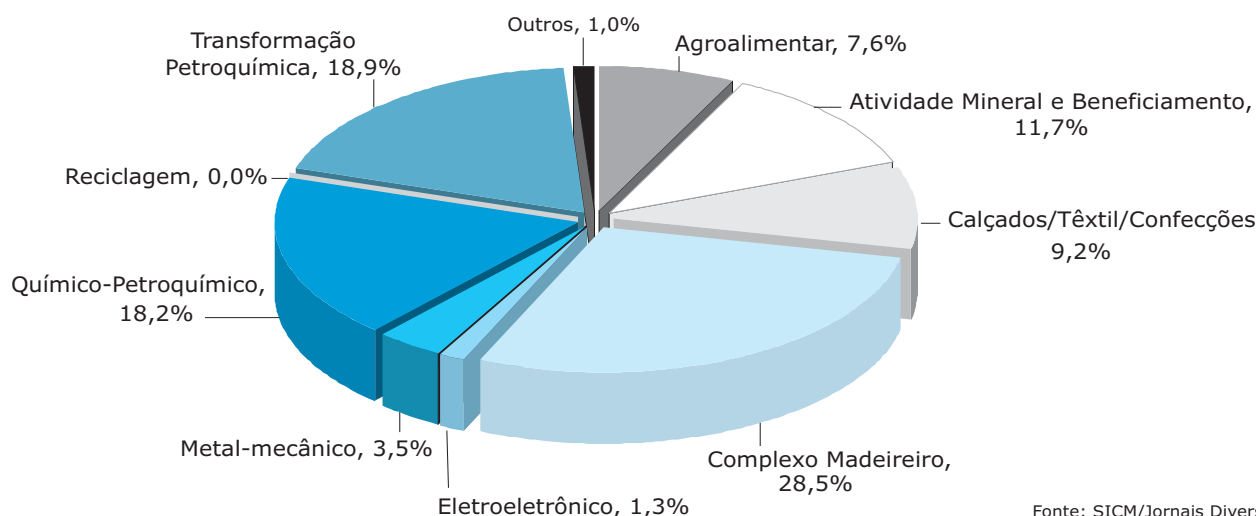
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/01/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade

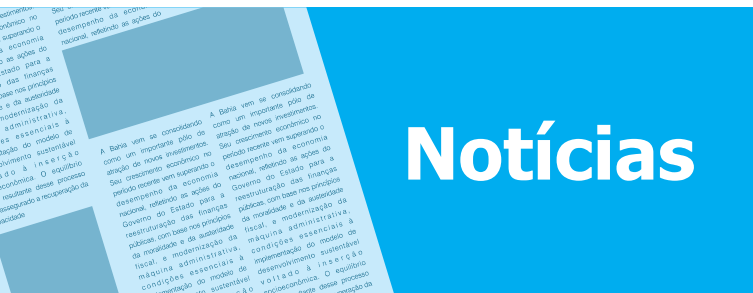


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. Esses dados também são obtidos junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e por número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Carnaval terá investimentos de R\$ 4 milhões

A iniciativa privada vai investir no Carnaval de Salvador cifras milionárias, que já ultrapassam a barreira dos R\$ 4 milhões. Segundo o coordenador do Carnaval de Salvador, Misael Tavares, já estão confirmados recursos totais de R\$ 4,1 milhões na maior festa de rua do mundo, incremento de 57,6% frente ao volume negociado na edição anterior. Mas a expectativa da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa) é que no Carnaval 2006 o patrocínio chegue à casa dos R\$ 6 milhões.

Segundo informou Misael Tavares, já estão confirmados quatro patrocinadores, sendo que a cervejaria Schinca-riol adquiriu a maior cota master – sozinha, a empresa investe R\$ 1,5 milhão na festa. Os outros patrocinadores masters que já fecharam negócio com a Emtursa são a Credicard, a Petrobrás e a Insinuante, que compartilha o investimento com a Claro e a Siemens. Nos três casos, cada cota foi vendida por R\$ 800 mil.

O coordenador do Carnaval 2006 está na expectativa pela captação de mais dois investidores masters: um banco e uma loja de varejo. A 15 dias do início da festa, a expectativa dos organizadores do evento é que toda a infra-estrutura seja montada com uma margem de segurança de sete dias da abertura da festa de momo.

No Carnaval 2005, imprimiram suas respectivas marcas ao longo dos três circuitos oficiais do Carnaval de Salvador e nas festas nos bairros um total de 356 empresas. Mais de 220 mil empregos temporários foram gerados e estima-se que os turistas que participaram do Carnaval injetaram uma receita de US\$ 87,015 milhões no ano passado.

Carnaval terá investimentos de R\$ 4 mi. Correio da Bahia, 07/02/2006.

Empresa investe e fortalece o pólo baiano de tecnologia

Com faturamento anual de US\$ 85,5 milhões e um crescimento de 23%, se comparado a igual período do ano anterior, a Unitech, maior empresa do setor de Tecnologia da Informação do Norte/ Nordeste, se destaca e contribui para o fortalecimento do pólo baiano. Em todo estado existem cerca de 70 empresas filiais à Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet da Bahia (Assespro-Ba). A meta para 2006, de acordo com o diretor superintendente, João Francisco Mendes Neto, é alcançar índices acima de 25%, nada menos que R\$ 107 milhões, com pretensões de investimentos em certificações e ampliação da capacidade de produção que ultrapassam R\$ 3 milhões.

Atualmente, a Unitech possui 30 grandes clientes de serviços contínuos, a exemplo da Petrobras e da Vivo. O quadro de funcionários soma 1.430 profissionais e o objetivo é elevar esse número para 1.800, nos próximos 11 meses. O diretor superintendente ressalta que apesar do foco principal da empresa estar voltado para o crescimento do mercado interno, a possibilidade de exportar a tecnologia brasileira não está descartada, e se depender de certificações, até 2007 isso pode acontecer.

Segundo ele, apesar do volume de exportações ainda ser pequeno – cerca de R\$ 300 milhões, sendo que desses, R\$ 150 milhões são as multinacionais exportando para suas matrizes - o país pode se transformar, assim como a Índia, em um grande provedor de software, mas para isso é necessário um esforço muito grande do governo. José Neto conclui que a falta de profissionais com formação em inglês é um dos fatores que barra esse processo.

Empresa investe e fortalece o pólo baiano de tecnologia. Tribuna da Bahia, 13/02/2006.

Joint venture de US\$ 12 milhões atenderá à demanda crescente do pólo calçadista

A empresa paulista Bandeirante Química, líder na distribuição de produtos do setor no país, anunciou ao governador Paulo Souto a formação de uma joint venture (associação entre duas empresas para o desenvolvimento de um projeto específico) com a baia-

na Indústria Brasileira de Resinas (iBR) para unir suas atividades de produção e comércio, visando ampliar o mercado no país. A iBR produz insumos para o pólo calçadista do estado.

O investimento previsto é de US\$ 12 milhões – 50% em cada uma das duas fases previstas do projeto. Na prática, a Bandeirante Química vai investir na unidade já existente da iBR, no Centro Industrial de Aratu (CIA). Segundo o diretor da Bandeirante, a escolha de uma indústria baiana para a formação da parceria é fruto do crescimento econômico do estado, “que vem atraindo importantes empreendimentos. Os nossos principais clientes vieram para a Bahia e nós viemos atrás”.

A iBR emprega atualmente 50 funcionários. Com a parceria com a Bandeirante, a ser iniciada dentro de três meses, a expectativa é de ampliar em até 80 o número de operários até o final da segunda fase do projeto. A empresa tem o incentivo do programa Bahiaplast. Ao se associar à iBR, a Bandeirante Química espera ampliar em US\$ 50 milhões o seu faturamento anual, que hoje é de US\$ 130 milhões.

A empresa está apostando muito na Bahia, que hoje já tem um extraordinário pólo calçadista. O projeto prevê também a venda de insumos usados em tintas e colas para a indústria naval, que também já se consolida no estado.

Joint venture de US\$ 12 milhões atenderá à demanda crescente do pólo calçadista a nível local e nacional. Diário Oficial, 10/2/2006.

A Fórmula vai inaugurar primeira fábrica de cosméticos

A rede de farmácias A Fórmula está inaugurando, até março, sua primeira fábrica de cosméticos. Implantada em Lauro de Freitas, nas mesmas instalações da central de distribuição da empresa, a unidade industrial vai produzir um volume de 55 itens – a maioria produtos para o corpo, rosto e cabelo, a exemplo de hidratantes, xampus, condicionadores, sabonetes e tônicos para limpeza de pele. “Com a fábrica, vamos ingressar, em escala industrial, neste segmento: o de cosméticos que não necessitam de prescrição médica”, explica Edza Brasil, sócia-diretora da rede.

A diretora adianta que, quase simultaneamente à unidade fabril, deve ser inaugurada, agora em março, a 51ª loja da rede, no bairro de Caminho de Areia. Com

17 anos de mercado, A Fórmula possui hoje 12 lojas próprias e 38 franquias, a maior parte na Bahia, mas já com pontos nos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Ceará, Piauí, Pará, Amazonas e no Distrito Federal. Segundo Edza Brasil, a princípio os produtos fabricados em Lauro de Freitas serão comercializados apenas nas farmácias da rede.

A Fórmula conta atualmente com um quadro de mais de 1.000 funcionários, 400 dos quais nas unidades baianas. A empresa realiza uma média anual de 440 mil atendimentos, produzindo cerca de 620 mil fórmulas sendo que, com o investimento de R\$ 325 mil, estima-se gerar, de início, 25 empregos diretos

A Fórmula vai inaugurar primeira fábrica de cosméticos. Correio da Bahia, 15/02/06.

Indicadores

Criação de camarão tem produtividade recorde

O imenso litoral do Nordeste brasileiro tem um potencial ainda pouco explorado para a produção de camarões, apesar de já ocupar a maior produtividade do mundo, em torno de seis toneladas por hectare ao ano. O segundo colocado no ranking, a Tailândia, consegue extrair apenas 4,37 toneladas por hectare.

A Bahia ocupa o terceiro lugar na produção regional e o quarto em termos de exportação. O objetivo do estudo foi fazer um diagnóstico da carcinicultura no Nordeste, para subsidiar projetos que venham a ser implantados na região. Entre eles, a produção de camarão tipo cocktail, tempura ou butterfly, camarão descascado ou fácil de descascar.

Elaborado também pelos pesquisadores José Maria Marques de Carvalho, Francisco Ossian Nascimento e Rita Ayres Feitosa, o estudo do BNB revela que a região possui cerca de 300 mil hectares de área costeira apropriada ao cultivo do camarão marinho, com possibilidade de 2,5 safras por ano. Além disso, existe uma tendência no mercado internacional pelo camarão de menor porte, o que favorece a produção nordestina, onde predomina o L. vannamei. O Rio Grande do Norte é o maior produtor de camarão marinho, seguido do Ceará e da Bahia.

Outra comprovação do estudo foi o potencial da região para a produção de artêmia, insumo imprescindível para a produção de pós-larvas de camarão, também com preço valorizado no mercado externo, cotado de US\$ 120 a US\$ 150 o quilo.

Criação de camarão tem produtividade recorde. Correio da Bahia, 07/02/2006.

Banco Central prevê inflação acima de 4% em 2006 e 2007

O mercado manteve suas estimativas para a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano e no próximo, em respectivamente 4,66 e 4,50 por cento, segundo o relatório Focus do Banco Central.

As estimativas para o crescimento e para a taxa Selic no final deste ano ficaram estáveis, em respectivamente 3,5 e 15 por cento. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2006 passou para 2,30 reais, ante 2,35 reais. A previsão para o superávit da balança comercial em 2006 permaneceu em 40 bilhões de dólares, enquanto em 2007 subiu de 34 bilhões para 35 bilhões de dólares.

O prognóstico para a expansão em 2007 caiu de 3,55 para 3,50 por cento e para a Selic manteve-se em 13,50 por cento.

Banco Central prevê inflação acima de 4% em 2006 e 2007. A Tarde, 13/02/2006.

Setor de tecnologia da informação na Bahia deve ter expansão de 30%

As perspectivas para o setor de Tecnologia da Informação (TI) no estado da Bahia mostram que, em 2006, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) deve ser da ordem de 30%, em relação ao ano anterior, segundo estima a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação de Software e Internet da Bahia (Assespro-Ba). A projeção é feita antes do fechamento oficial do PIB setorial de 2005. Segundo pré-levantamento espera-se um faturamento entre R\$ 300 milhões e R\$ 400 milhões no último ano. Os dados mais recentes datam de 2002, quando o setor faturou R\$ 300 milhões no estado, algo equivalente a 38% do faturamento do Nordeste e a apenas 1,5% do PIB no Brasil.

O otimismo da Assespro-Ba é estimulado pelo potencial real de crescimento do setor no estado, a partir de um cenário que aponta para a criação de um condomínio digital, de um parque tecnológico para as empresas da base e o lançamento do projeto Quali.info, ainda em 2006, que busca otimizar os produtos e serviços de TI desenvolvidos na Bahia. Segundo cálculos da Associação, o programa de investimentos que engloba ações em qualificação, treinamento empresarial e consultoria para a implantação de planos de negócios estão avaliados em US\$ 1,5 milhão.

Um dos grandes desafios do setor é a atração de compradores da rede privada, uma vez que mais de 70% do faturamento das empresas de TI na Bahia advém do setor público. O maior potencial do mercado local é o de desenvolvimento de softwares-semipacotes (desenhado de acordo com a necessidade de cada empresa) e fábricas de softwares (padrão).

Setor de tecnologia da informação na Bahia deve ter expansão de 30%. Correio da Bahia, 10/2/2006.

Novas tecnologias vão permitir a Unitech crescer 25% em 2006

A Unitech não quer perder o ritmo de crescimento. Depois de uma expansão de 23% no ano passado, quando faturou R\$ 85,5 milhões, a empresa baiana de tecnologia da informação já projeta crescer 25% e alcançar uma receita bruta de R\$ 107 milhões em 2006. De acordo com o diretor-superintendente João Francisco Mendes Neto, o aumento do faturamento será resultado da ampliação do número de contratos junto à base de clientes, a prospecção de novas contas, especialmente nos segmentos finanças e indústria, e a diversificação da oferta, com o início das operações com tecnologia SAP.

“Em termos comerciais, centraremos esforços no fortalecimento da atuação por verticais de mercado, aproveitando todo o conhecimento de negócios que adquirimos em setores como telecom e governo”, informa João Francisco. Otimista, ele também aposta no bom desempenho da economia nacional este ano. “Com o crescimento da economia, os clientes fazem maiores investimentos em informatização e isto acaba movimentando o mercado de TI”. Além disso, ele diz que o governo continua tendo um gap tecnológico, o que demanda contratações.

Para manter o ritmo da expansão, a Unitech também faz a parte dela. Vai investir cerca de R\$ 5 milhões na melhoria de processos, na obtenção de certificações, na capacitação de funcionários e na ampliação da sua capacidade de produção, criando novos empregos.

Para ele, com o dólar alto, as empresas retraem os investimentos, seja na modernização dos seus parques tecnológicos, seja na implantação e desenvolvimento de sistemas, reduzindo o número de contratos com prestadores de serviços de TI. Esse é o principal filão da Unitech. Os contratos de outsourcing foram responsáveis por 87% do volume de contratações no segundo semestre de 2005.

Novas tecnologias vão permitir a Unitech crescer 25% em 2006. Gazeta Mercantil, 15/02/2006.

Ação Governamental

Desenbahia impulsiona trabalho através do crédito

O ano de 2005 foi bastante positivo para a Desenbahia. Os empréstimos a micro, pequenas e médias empresas, seu principal foco de atuação, aumentaram 54% frente a 2004, um ótimo resultado que a agência pretende sustentar em 2006. E o mais importante é que esse crescimento se concentrou notadamente nos programas criados para promover a inclusão social através do crédito, ou seja, aqueles que apóiam empresas de menor porte para que se desenvolvam e gerem empregos e postos de trabalho, fortalecendo as cadeias produtivas.

Exemplo disso é o CrediFácil, que financia investimento fixo e capital de giro para micro e pequenas empresas. O volume de financiamentos ampliou-se em nada menos que 94% no período, o equivalente a R\$ 7,4 milhões, fruto de uma série de ações que tornaram a linha bastante competitiva. Em uma dessas ações, no primeiro semestre de 2005, o programa foi desvinculado do Simbahia para beneficiar todos os micros e pequenos empresários contribuintes do ICMS em dia com o fisco.

Ao mesmo tempo, os juros da linha de giro foram reduzidos de 1,8% para 1,5% ao mês, com até 12 meses para pagar, dos quais três meses de carência. A par disso, acrescentaram-se novas vantagens para os que pagam pontualmente todas as prestações: estes passaram a ter o prazo de pagamento dilatado para

18 meses no financiamento seguinte, e o teto do empréstimo ampliado de 15% para 20% da receita com operações mercantis da empresa. Aqueles que, além disso, comprovam a geração de pelo menos um novo emprego no período de fruição do financiamento têm a taxa do empréstimo subsequente reduzida para 1% ao mês. Esta, por sinal, é a mesma taxa adotada para os empréstimos destinados a investimentos fixos.

Seguindo a mesma diretriz de facilitar o crédito aos empresários que, por seu porte, dificilmente têm acesso ao mercado financeiro convencional, foi financiado R\$ 1,5 milhão aos pequenos industriais e lojistas do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do bairro do Uruguai, por intermédio do programa CrediAPL, criado especialmente pela agência baiana de fomento, num crescimento de 25,5% na comparação com o ano de 2004. Junto com outras instituições, a Desenbahia integra a Rede Baiana de Arranjos Produtivos Locais, que é coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Na área dos microempreendedores, o CrediBahia, programa de microcrédito cresceu 84 %, financiando cerca de R\$ 6 milhões em dezenas de municípios espalhados por todo o estado.

Dentre os programas que contribuem mais diretamente para a inclusão social via crédito, só o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com recursos repassados do BNDES, registrou queda de 38,4%, o que se deveu à necessidade de adequação dos projetos relativos aos Programas Terra Fértil e BahiaCitros. O problema, no entanto, já foi sanado, tanto que em janeiro último já estava em processo de aprovação R\$ 1,4 milhões em financiamentos para agricultores contemplados pela Terra Fértil no município de Morro do Chapéu.

No cômputo geral, os investimentos nos programas de inclusão social tiveram uma elevação de quase 47%, saindo de R\$ 22 milhões em 2004, para pouco mais de R\$ 32 milhões em 2005.

Desenbahia impulsiona trabalho através do crédito. Diário Oficial, 10/2/2006.



UNIÃO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.691, de 3 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre as máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos importados por pessoas jurídicas estabelecidas na Zona Franca de Manaus, objeto da suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, na forma do art. 50 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Decreto nº 5.694, de 7 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre a execução, no Território Nacional, da Resolução no 1.643, de 15 de dezembro de 2005, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, entre outras providências, renova, por um ano, o embargo de armas à Costa do Marfim, bem como as restrições de viagem e o congelamento de fundos, ativos financeiros e recursos econômicos de determinados indivíduos e entidades.

Decreto nº 5.695, de 7 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre a execução, no Território Nacional, da Resolução no 1.636, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 31 de outubro de 2005, que, entre outras providências, estabelece restrições de viagem, congelamento de fundos, ativos financeiros e recursos econômicos de indivíduos e entidades suspeitas de envolvimento com o ato terrorista que vitimou o ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafiq Hariri.

Decreto nº 5.697, de 7 de fevereiro de 2006 - Altera o Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002, que aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI

Decreto nº 5.699, de 13 de fevereiro de 2006 – Acresce e altera dispositivos do Regulamento da Previdência

Social, aprovado pelo Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.

Decreto nº 5.702, de 15 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, determina à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação dessas concessões, e dá outras providências.

Decreto nº 5.708, de 13 de fevereiro de 2006 - Dispõe sobre a execução do Trigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 39, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, de 22 de novembro de 2005.

Decreto nº 5.709, de 23 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre a execução do Sexagésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica no 2, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, de 23 de dezembro de 2005.

Decreto nº 5.710, de 24 de fevereiro de 2006 - Altera o Decreto no 3.893, de 22 de agosto de 2001, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para o desenvolvimento regional, nos termos do art. 11 da Lei no 9.440, de 14 de março de 1997.

Leis

Lei de nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006 - Altera dispositivos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação – FINEX; altera o Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; revoga a Lei no 10.659, de 22 de abril de 2003; e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006
- Altera a Legislação Tributária Federal.

Medida provisória nº 281, de 15 de fevereiro de 2006
- Reduz a zero as alíquotas de imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica, e dá outras providências.

Secretaria da Receita Federal

Portaria Conjunta

Portaria Conjunta nº 74, de 10 de janeiro de 2006
- Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

Portaria

Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo de suspensão do pagamento das obrigações fiscais pela aplicação de regimes aduaneiros especiais, na importação, por período superior a cinco anos.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 617, de 31 de fevereiro de 2006 – Aprova os formulários para a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física relativa ao exercício de 2006, ano-calendário de 2005.

Instrução Normativa nº 619, de 7 de fevereiro de 2006 – Institui a Declaração Eletrônica de Porte de Valores (e-DPV) e disciplina a sua utilização na entrada e na saída de valores portados por pessoas em viagem internacional.

Instrução Normativa nº 620, de 13 de fevereiro de 2006 - Aprova o programa multiplataforma de recolhimento Mensal Obrigatório (carnê-leão), relativo ao Imposto de Pessoa Física do ano-calendário de 2006.

Instrução Normativa nº 621, de 15 de fevereiro de 2006 – Aprova o programa aplicativo para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física do exercício de 2006, ano-calendário 2005, para uso em computador com sistema operacional Windows.

Instrução Normativa nº 622, de 15 de fevereiro de 2006 – Aprova o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física do exercício de 2006, ano-calendário de 2005, para uso em computador que possua a máquina virtual Java (JVM), versão 1.4.1 ou superior, instalada.

Instrução Normativa nº 623, de 16 de fevereiro de 2006 – Aprova o programa aplicativo do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre ganhos de capital, referente ao ano-calendário de 2006.

Instrução Normativa nº 624, de 16 de fevereiro de 2006
- Aprova o programa aplicativo do Imposto de Renda de Pessoa Física sobre ganhos de capital em moeda estrangeira, referente ao ano-calendário de 2006.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.311, de 2 de fevereiro de 2006 – Estabelece procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, relativamente a instrução dos processos de eleição ou nomeação para exercício de cargos em órgãos estatutários.

Circular nº 3.313, de 2 de fevereiro de 2006 – Estabelece forma, limites e condições para a declaração de bens e de valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País.

Circular nº 3.315, de 17 de fevereiro de 2006 – Altera o capítulo 16 do título 1 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), para atualizá-lo no tocante a Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

Carta circular nº 3.224, de 3 de fevereiro de 2006
- Esclarece acerca da base de cálculo do Fundo de

Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates para cooperativas de crédito.

Carta circular nº 3.227, de 13 de fevereiro de 2006 – Esclarece sobre a forma de apuração dos valores relativos ao cumprimento da exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança.

Resoluções

Resolução nº 3.340, de 2 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal para uva de safra 2005/2006.

Resolução nº 3.341, de 2 de fevereiro de 2006 – Altera o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Resolução nº 3.342, de 2 de fevereiro de 2006 – Re-programa parcelas de financiamentos destinados à recuperação de áreas de pastagens cultivadas degradadas localizadas no Estado do Acre, contratados com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro)

Resolução nº 3.343, de 2 de fevereiro de 2006 – Altera condições estabelecidas para financiamentos de custeio de soja e dispõe sobre comercialização de café, safra 2004/2005.

Resolução nº 3.345, de 3 de fevereiro de 2006 – Re-programa o pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Resolução nº 3.348, de 23 de fevereiro de 2006 – Autoriza o enquadramento de operações de custeio de lavouras irrigadas no Programa de garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Resolução nº 3.349, de 23 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre aplicações de investidor residente, domiciliado ou com sede no exterior nos mercados financeiro e de capitais.

Resolução nº 3.352, de 24 de fevereiro de 2006 – Institui o Programa de Integração Lavoura/Pecuária (Prolapec).

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.786, de 10 de fevereiro de 2006 – Procede à Alteração nº 74 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto nº 9.798, de 20 de fevereiro de 2006 – Dispõe sobre a isenção de pagamento do preço da terra em regularização de Fundos de Pastos.

Resoluções

Resolução nº 1, de 06 de setembro de 2005 – Aprova o Regimento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 81, de 9 de fevereiro de 2006 – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Fev/2006

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	fev/05	fev/06	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,88	0,08	0,32	2,75	350885,1	235,23
Habitação e encargos	1,41	2,38	4,41	24,61	730891,7	584,48
Artigos de residência	0,10	0,41	0,75	-0,12	280836,0	234,72
Vestuário	-0,96	-0,23	-1,34	4,17	312886,2	183,63
Transporte e comunicação	-0,06	0,36	2,12	10,19	620180,4	671,17
Saúde e cuidados pessoais	0,63	0,22	1,22	5,91	601543,2	320,48
Despesas pessoais	0,13	0,10	1,81	4,19	656392,4	376,38
Geral	0,31	0,33	1,04	6,18	462564,1	322,33

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Fev/2006

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	133,41	-1,24	-8,18	-1,13	48,15
Belém	144,90	-8,33	-7,57	-6,67	52,30
Belo Horizonte	162,75	-3,70	-7,99	7,80	58,74
Brasília	174,25	-2,25	-1,73	2,38	62,86
Curitiba	159,21	-2,42	-10,01	-3,00	57,47
Florianópolis	160,93	1,08	-6,77	1,10	58,09
Fortaleza	127,50	-3,53	-4,16	2,07	46,02
Goiânia	149,85	-0,95	0,49	-2,38	54,09
João Pessoa	129,61	-1,44	-10,37	-3,37	46,78
Natal	132,78	4,00	-2,31	-5,51	47,93
Porto Alegre	166,20	-2,36	-13,12	-5,34	59,99
Recife	127,28	0,99	-9,29	-2,68	45,94
Rio de Janeiro	172,61	-0,11	-3,08	1,66	62,30
Salvador	175,54	-1,08	-4,30	0,29	63,36
São Paulo	128,12	-0,30	-5,93	-4,20	46,24
Vitória	159,41	-3,48	-3,74	-2,61	57,54

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2004 ²	2005 ³	Variação (%)	2004 ²	2005 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	119.132	126.303	6,0	24.914	25.291	1,5
Algodão herbáceo	816.977	764.605	-6,4	3.184	3.248	2,0
Alho	7.432	7.432	0,0	6.939	6.939	0,0
Amendoim	7.042	7.042	0,0	1.150	1.150	0,0
Arroz total	92.683	31.966	-65,5	2.376	1.893	-20,3
Arroz sequeiro	74.832	29.435	-60,7	2.156	1.809	-16,1
Arroz irrigado	17.851	2.531	-85,8	4.161	4.149	-0,3
Batata-inglesa	177.150	177.150	0,0	31.578	31.578	0,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	5.623.447	-0,2	58.791	58.265	-0,9
Cebola	121.631	12.631	-89,6	20.428	20.428	0,0
Feijão total	460.505	491.203	6,7	670	712	6,2
Feijão 1ª safra	122.830	153.528	25,0	482	595	23,4
Sequeiro	61.912	86.631	39,9	434	564	30,0
Irrigado	5.520	5.592	1,3	2.667	3.359	25,9
Caupi	55.398	61.305	10,7	503	597	18,7
Feijão 2ª safra	337.675	337.675	0,0	781	781	0,0
Sequeiro	302.735	302.735	0,0	749	749	0,0
Irrigado	23.947	23.947	0,0	2.241	2.241	0,0
Caupi	10.993	10.993	0,0	629	629	0,0
Fumo	11.021	11.021	0,0	923	923	0,0
Mamona	135.394	91.395	-32,5	734	828	12,8
Mandioca	4.512.817	4.442.407	-1,6	12.840	12.564	-2,1
Milho total	1.614.899	1.212.218	-24,9	2.067	2.095	1,4
Milho 1ª safra	1.206.621	803.940	-33,4	3.020	4.083	35,2
Sequeiro	1.155.660	753.580	-34,8	2.966	2.600	-12,3
Irrigado	50.961	50.360	-1,2	5.176	7.093	37,0
Milho 2ª safra	408.278	408.278	0,0	1.070	1.070	0,0
Sequeiro	406.946	406.946	0,0	1.068	1.068	0,0
Irrigado	1.332	1.332	0,0	3.149	3.149	0,0
Soja	2.401.200	1.983.600	-17,4	2.760	2.280	-17
Sorgo granífero	104.196	59.067	-43,3	1.798	1.573	-12,5
Tomate	204.599	204.599	0,0	38.927	38.927	0,0
Tomate de mesa	204.599	204.599	0,0	38.927	38.927	0,0
Tomate para indústria	nd	nd	nd	nd	nd	-
Trigo	1.915	1.915	0,0	5.583	5.583	0,0
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	865.221	865.221	0,0	13.880	13.880	0,0
Cacau	142.240	142.240	0,0	255	255	0,0
Café	142.240	152.573	7,3	962	1.022	6,2
Castanha-de-cajú	5.964	5.964	0,0	289	289	0,0
Coco-da-baía ⁴	723.600	723.600	0,0	8.873	8.873	0,0
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-
Guaraná	1.293	1.293	0,0	209	209	0,0
Laranja ⁵	800.852	800.852	0,0	15.877	15.877	0,0
Mamão ⁵	679.083	679.083	0,0	50.429	50.429	0,0
Maracujá ⁴	nd	nd	-	nd	nd	-
Pimenta-do-reino	3.224	3.224	0,0	2.457	2.457	0,0
Sisal	195.680	195.860	0,1	887	888	0,1
Uva	86.338	86.338	0,0	25.230	25.230	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2006 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005/ 2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.771	4.994	4,7	4.771	4.994	4,7	0	0
Algodão herbáceo	257.365	236.035	-8,3	257.365	235.435	-8,5	0	600
Alho	1.071	1.071	0,0	1.071	1.071	0,0	0	0
Amendoim	6.328	6.122	-3,3	6.328	6.122	-3,3	0	0
Arroz total	37.270	16.884	-54,7	37.270	16.884	-54,7	0	0
Arroz sequeiro	32.980	16.274	-50,7	32.980	16.274	-50,7	0	0
Arroz irrigado	4.290	610	-85,8	4.290	610	-85,8	0	0
Batata-inglesa	5.610	5.610	0,0	5.610	5.610	0,0	0	0
Cana-de-açúcar	95.620	96.622	1,0	95.620	96.515	0,9	0	107
Cebola	5.964	5.954	-0,2	5.964	5.954	-0,2	0	0
Feijão total	776.751	745.920	-4,0	688.573	690.307	0,3	88.178	55.613
Feijão 1ª safra	340.619	313.481	-8,0	252.691	257.868	2,0	87.928	55.613
Sequeiro	219.842	203.191	-7,6	132.412	153.600	16,0	87.430	49.591
Irigado	2.070	1.665	-19,6	2.070	1.665	-19,6	0	0
Caupi	118.707	108.625	-8,5	118.209	102.603	-13,2	498	6.022
Feijão 2ª safra	436.132	432.439	-0,8	435.882	432.439	-0,8	250	0
Sequeiro	407.843	404.273	-0,9	407.593	404.273	-0,8	250	0
Irigado	10.687	10.687	0,0	10.687	10.687	0,0	0	0
Caupi	17.602	17.479	-0,7	17.602	17.479	-0,7	0	0
Fumo	12.092	11.939	-1,3	12.092	11.939	-1,3	0	0
Mamona	188.406	111.022	-41,1	188.406	110.343	-41,4	0	679
Mandioca	360.772	365.561	1,3	347.507	353.596	1,8	13.265	11.965
Milho total	767.544	730.830	-4,8	739.786	578.541	-21,8	27.758	152.289
Milho 1ª safra	385.755	349.209	-9,5	358.115	196.920	-45,0	27.640	152.289
Sequeiro	375.910	342.109	-9,0	348.270	289.820	-16,8	27.640	52.289
Irigado	9.845	7.100	-27,9	9.845	7.100	-27,9	0	0
Milho 2ª safra	381.789	381.621	0,0	381.671	381.621	0,0	118	0
Sequeiro	381.365	381.198	0,0	381.248	381.198	0,0	117	0
Irigado	423	423	0,0	423	423	0,0	0	0
Soja	870.000	870.000	0,0	870.000	870.000	0,0	0	0
Sorgo granífero	55.215	37.766	-31,6	55.215	37.545	-32,0	0	221
Tomate	4.796	5.256	9,6	4.796	5.256	9,6	0	0
Tomate de mesa	4.796	5.256	9,6	4.796	5.256	9,6	0	0
Tomate para indústria	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Trigo	343	343	0,0	343	343	0,0	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	62.669	62.424	-0,4	62.669	62.336	-0,5	0	88
Cacau	554.847	556.727	0,3	554.847	556.727	0,3	0	0
Café	146.929	152.260	3,6	146.929	149.292	1,6	0	2.968
Castanha-de-cajú	20.386	20.779	1,9	20.386	20.660	1,3	0	119
Coco-da-baía	81.319	81.604	0,4	81.319	81.547	0,3	0	57
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Guaraná	5.537	6.197	11,9	5.537	6.197	11,9	0	0
Laranja	50.224	50.593	0,7	50.224	50.441	0,4	0	152
Mamão	13.447	13.611	1,2	13.447	13.466	0,1	0	145
Maracujá	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Pimenta-do-reino	1.266	1.312	3,6	1.266	1.312	3,6	0	0
Sisal	220.558	226.458	2,7	220.558	220.558	0,0	0	5.900
Uva	3.422	3.422	0,0	3.422	3.422	0,0	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Dez/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	6,2	10,0	4,1	4,1
Extrativa Mineral	1,8	3,7	-2,8	-2,8
Indústria de Transformação	6,9	10,4	4,5	4,5
Alimentos e Bebidas	0,0	4,8	8,0	8,0
Celulose, papel e produtos de papel	-1,2	113,4	21,3	21,3
Refino de petróleo e álcool	2,8	0,4	3,8	3,8
Produtos químicos	7,5	5,0	-0,3	-0,3
Borracha e plástico	-4,5	-1,7	7,7	7,7
Minerais não metálicos	3,8	24,4	10,9	10,9
Metalurgia básica	2,2	15,7	0,7	0,7
Veículos automotores	nd	16,6	30,8	30,8

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Dez/2004 - Dez/2005				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Dezembro 2004	-2,3	12,7	10,6	10,6
Janeiro	0,1	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	-0,4	4,5	6,1	10,8
Março	1,1	-0,4	3,8	9,6
Abril	3,0	6,1	4,4	9,7
Maio	-3,2	0,3	3,5	8,6
Junho	6,3	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,2	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,5	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,1	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro 2005	6,9	10,4	4,5	4,5

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Dez/2005				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-39,8	-10,4	-2,7	-2,7
Residencial	0,5	5,6	6,6	6,6
Industrial ¹	0,6	-5,1	7,9	7,9
Comercial	-2,8	2,3	7,5	7,5
Utilidades públicas ²	0,3	3,9	4,6	4,6
Setor público	-5,9	9,6	7,8	7,8
Concessionária	-0,2	4,3	5,0	5,0
Total	-2,5	-1,6	6,9	6,9

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC-SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no Volume de Vendas no Varejo ¹ - Bahia: Dez/2005				%
Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Comércio Varejista	2,3	5,6	7,1	7,1
Combustíveis e Lubrificantes	-1,6	-16,6	-13,3	-13,3
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	-0,7	2,6	7,0	7,0
Hipermercados e Supermercados	1,2	3,8	5,8	5,8
Tecidos, Vestuário e Calçados	4,2	15,0	17,1	17,1
Móveis e Eletrodomésticos	2,2	23,8	39,8	39,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	17,4	11,8	11,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	19,2	2,7	2,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	113,9	71,4	71,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	13,3	11,6	11,6
Veículos, Motos e Peças	3,2	10,8	9,7	9,7
Material de construção	nd	-5,8	-6,1	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 – Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Jan/2005 - Jan/2006

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Janeiro/ 2005	-2,5	-6,5	-6,0	-6,4	6,9	6,4
Fevereiro	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,6	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro/ 2006	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jan/2006

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	23,7	23,3	25,6
Desemprego aberto	13,9	13,4	16,4
Desemprego oculto	9,8	9,9	9,2
Participação (PEA/PIA)	61,8	62,3	59,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jan/2006

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total

%

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jan/2006

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Participação (PEA/P1A)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356

Varição mensal

Jan-06/Dez-05	0,2	-0,4	2,5	0,2	0,0	2,2
----------------------	------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Varição anual

Jan-06/Jan-05	4,1	5,6	-0,5	0,6	1,3	-4,4
----------------------	------------	------------	-------------	------------	------------	-------------

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jan/2006

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e televisão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Jan/2006

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/carteira	Ass. priv. s/carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/público	Aut. trab. p/empresa			
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005						
R\$						
Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor Absoluto ³		Índice ⁴	Valor Absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0
Dezembro	650	355	76,1	754	442	76,9
Janeiro 2005	686	370	79,6	790	456	80,0
Fevereiro	714	391	82,6	812	475	81,9
Março	743	392	85,6	843	480	84,7
Abril	719	381	82,5	820	453	82,0
Maio	716	376	81,2	816	451	80,7
Junho	699	384	79,3	804	454	79,5
Julho	707	399	80,2	819	480	80,9
Agosto	716	400	81,1	830	500	81,9
Setembro	720	402	80,9	834	499	81,8
Outubro	726	404	80,7	829	499	80,4
Novembro	719	401	79,6	830	500	80,1
Dezembro	721	404	79,4	817	500	78,5
Variação mensal						
Dez-05/Nov-05	-0,3	0,2	-0,3	-2,1	-0,5	-2,1
Variação anual						
Dez-05/Dez-04	4,4	7,1	4,4	1,9	6,5	1,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de Dezembro de 2005.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005						R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução					
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo	
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021	
Fevereiro	238	327	428	731	2.039	
Março	226	318	419	746	2.041	
Abril	209	313	397	726	2.008	
Maio	219	309	400	697	2.135	
Junho	239	321	399	672	2.152	
Julho	251	325	408	668	2.081	
Agosto	262	337	418	681	2.069	
Setembro	274	325	416	685	1.974	
Outubro	287	307	403	686	2.034	
Novembro	260	299	386	688	2.021	
Dezembro	239	317	406	701	2.032	
Janeiro 2005	236	338	409	737	2.124	
Fevereiro	253	346	434	752	2.110	
Março	269	346	439	762	2.182	
Abril	272	340	443	732	2.154	
Maio	270	351	443	729	2.210	
Junho	252	358	426	718	2.194	
Julho	261	363	429	740	2.173	
Agosto 2005	280	370	429	754	2.141	
Setembro	278	361	429	760	2.097	
Outubro	256	356	435	773	2.133	
Novembro	243	341	442	760	2.126	
Dezembro	269	355	473	766	2.154	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro de 2005

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005
R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380
Dezembro	634	821	498	639	715	373
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	690	970	537	665	775	427
Junho	662	857	535	655	742	409
Julho	666	874	564	649	746	407
Agosto 2005	673	923	547	652	748	414
Setembro	685	1011	545	650	762	423
Outubro	689	1011	529	656	768	418
Novembro	696	1015	569	655	777	418
Dezembro	687	980	573	657	772	406

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro de 2005

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal ¹										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2004 - Dez/2005										
Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616
Dezembro	101	260	355	700	1.500	260	300	442	811	1.522
Janeiro 2005	120	260	370	711	1.511	260	302	456	847	1.622
Fevereiro	131	260	391	799	1.516	260	303	475	900	1.700
Março	150	261	392	800	1.611	260	302	480	903	1.813
Abril	130	261	381	763	1.513	260	301	453	899	1.765
Maio	121	262	376	723	1.524	262	303	451	812	1.803
Junho	121	263	384	708	1.517	263	300	454	809	1.698
Julho	120	299	399	760	1.502	299	300	480	889	1.787
Agosto 2005	121	302	403	805	1.561	302	322	503	906	1.761
Setembro	120	300	402	800	1.600	300	332	499	907	1.800
Outubro	150	300	404	790	1.526	300	325	499	909	1.729
Novembro	150	300	401	753	1.523	300	321	500	900	1.762
Dezembro	150	300	404	795	1.515	300	321	500	890	1.616

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Dezembro de 2005

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Jan/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fev/05 - Jan/06	66.064	10.246	9.644	15.357	29.594

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jan/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	3.315	610	1.356	327	986
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fev/05 - Jan/06	39.547	3.776	7.010	5.199	21.813

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2005

R\$ 1.000

Receitas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Nov-Dez/2005 (c)	% (c/b)	Jan-Dez/2005 (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	514.206.446	514.206.446	108.625.264	21,1	527.324.578	102,6	(13.118.132)
Receita Tributária	147.418.884	147.418.884	31.625.306	21,5	155.057.427	105,2	(7.638.543)
Receita de Contribuições	318.753.568	318.753.568	61.022.206	19,1	309.860.186	97,2	8.893.382
Receita Patrimonial	13.799.462	13.799.462	3.335.944	24,2	14.987.856	108,6	(1.188.394)
Receita Agropecuária	19.349	19.349	3.777	19,5	19.789	102,3	(440)
Receita Industrial	676.011	676.011	96.753	14,3	497.808	73,6	178.203
Receita de Serviços	20.752.799	20.752.799	3.399.827	16,4	23.307.460	112,3	(2.554.661)
Transferências Correntes	475.127	475.127	39.192	8,2	139.171	29,3	335.956
Outras Receitas Correntes	12.311.246	12.311.246	9.102.259	73,9	23.454.881	190,5	(11.143.635)
Receitas de Capital	156.361.503	156.361.503	25.583.228	16,4	126.662.323	81,0	29.699.180
Operações de Crédito	100.804.832	100.804.832	16.568.390	16,4	80.060.679	79,4	20.744.153
Alienação de Bens	4.651.596	4.651.596	61.813	1,3	841.705	18,1	3.809.891
Amortizações de Empréstimos	27.675.693	27.675.693	2.732.655	9,9	18.678.749	67,5	8.996.944
Transferências de Capital	69.448	69.448	8.840	12,7	33.700	48,5	35.748
Outras Receitas de Capital	23.159.934	23.159.934	6.211.530	26,8	27.047.490	116,8	(3.887.556)
Subtotal das Receitas (I)	670.567.949	670.567.949	134.208.492	20,0	653.986.901	97,5	16.581.048
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	935.835.222	935.835.222	60.957.741	6,5	507.181.857	54,2	428.653.365
Operações de Crédito Internas	886.280.422	886.280.422	58.705.013	6,6	488.821.163	55,2	397.459.259
Operações de Crédito Externas	49.554.800	49.554.800	2.252.728	4,5	18.360.694	37,1	31.194.106
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	1.606.403.171	195.166.233	12,1	1.161.168.758	72,3	445.234.413
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	1.606.403.171	195.166.233	12,1	1.161.168.758	72,3	445.234.413
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	26.743.793	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2005

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c) = (a+b)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Nov-Dez/2005 (d)	Jan-Dez/2005 (e)	Nov-Dez/2005 (f)	Jan-Dez/2005 (g)		
Despesas Correntes	528.063.928	25.461.893	553.525.821	21.463.901	518.533.290	128.232.889	518.532.328	93,7	34.993.493
Pessoal e Encargos Sociais	98.109.568	3.569.681	101.679.249	10.141.674	94.068.773	20.987.092	94.068.461	92,5	7.610.789
Juros e Encargos da Dívida	110.834.622	3.341	110.837.963	(20.000.495)	89.839.644	16.866.876	89.839.644	81,1	20.998.319
Outras Despesas Correntes	319.119.737	21.888.871	341.008.608	31.322.722	334.624.873	90.378.921	334.624.223	98,1	6.384.385
Transf.a Estados, DF e Municípios	111.543.409	7.019.712	118.563.121	7.801.148	117.708.046	32.564.381	117.708.046	99,3	855.075
Benefícios Previdenciários	135.440.614	7.128.950	142.569.564	10.162.168	142.483.719	34.693.738	142.483.719	99,9	85.845
Demais Despesas Correntes	72.135.714	7.740.209	79.875.923	13.359.406	74.433.108	23.120.802	74.432.458	93,2	5.443.465
Despesas de Capital	121.372.267	5.224.256	126.596.523	(4.882.978)	88.400.531	32.657.295	88.400.384	69,8	38.196.139
Investimentos	21.358.701	2.015.844	23.374.545	9.501.503	17.322.204	14.331.630	17.322.105	74,1	6.052.440
Inversões Financeiras	33.764.760	723.162	34.487.922	1.975.401	21.827.105	7.730.305	21.827.057	63,3	12.660.865
Amortização da Dívida	66.248.806	2.485.250	68.734.056	(16.359.882)	49.251.222	10.595.360	49.251.222	71,7	19.482.834
Reserva de Contingência	21.618.689	(2.790.546)	18.828.143	-	-	-	-	-	18.828.143
Subtotal das Despesas (I)	671.054.884	27.895.603	698.950.487	16.580.923	606.933.821	160.890.184	606.932.712	86,8	92.017.77
Amortização da Dívida - Refinanciamento (II)	935.348.287	0	935.348.287	(429.165.509)	499.858.019	75.241.172	499.858.019	53,4	435.490.268
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	926.954.230	0	926.954.230	-425.064.237	495.579.153	73.783.195	495.579.153	53,5	431.375.077
Refinanciamento de Outras Dívidas	8.394.057	0	8.394.057	(4.101.272)	4.278.866	1.457.977	4.278.866	51,0	4.115.191
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.606.403.171	27.895.603	1.634.298.774	-412.584.586	1.106.791.840	236.131.356	1.106.790.731	67,7	527.508.043
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	54.378.027	-	-
Total (III+IV)	1.606.403.171	27.895.603	1.634.298.774	-412.584.586	1.106.791.840	236.131.356	1.161.168.758	-	527.508.043

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Dez/ 2005

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Set-Out	%	No exercício	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	14.343.488	2.643.370	18,43	13.918.446	97,04	425.042
Receita Tributária	7.760.919	7.466.667	1.351.124	18,10	7.649.954	102,45	(183.287)
Impostos	7.556.067	7.256.368	1.315.984	18,14	7.417.260	102,22	160.893
Taxas	204.852	210.299	35.140	16,71	232.694	110,65	(22.395)
Receita de Contribuições	1.133.301	1.549.176	322.557	20,82	1.499.138	96,77	50.038
Contribuições Sociais	1.133.301	1.549.176	322.557	20,82	1.499.138	96,77	50.038
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	222.318	29.333	13,19	176.929	79,58	45.389
Receitas Imobiliárias	24.962	28.378	1.413	4,98	6.271	22,10	22.107
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	185.659	27.241	14,67	167.437	90,18	18.223
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	604	18,51	3.143	96,22	123
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	74	1,48	78	1,56	4.937
Receita Agropecuária	1.213	1.213	8	0,66	21	1,73	1.192
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	5	-	18	1,79	989
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	3	1,46	3	1,46	203
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	93.287	13.806	14,80	57.336	61,46	35.951
Receita de Serviços	72.751	93.287	13.806	14,80	57.336	61,46	35.951
Transferências Correntes	4.937.920	5.037.961	980.321	19,46	4.796.592	95,21	241.370
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.868.487	957.232	19,66	4.725.408	97,06	143.079
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	-	-	2.352	65,17	1.257
Transferências de Convênios	144.000	165.866	23.089	13,92	68.832	41,50	97.034
Outras Receitas Correntes	488.408	1.192.583	175.925	14,75	955.881	80,15	236.701
Multas e Juros de Mora	117.525	118.096	28.481	24,12	162.222	137,36	(44.126)
Indenizações e Restituições	31.845	32.595	1.595	4,89	17.035	52,26	15.560
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	3.007	45,56	19.650	297,73	(13.050)
Receitas Correntes Diversas	332.438	1.035.291	142.842	13,80	756.975	73,12	278.316
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(229.705)	18,83	(1.217.40-5)	99,80	(2.405)
Receitas de Capital	1.126.855	1.131.152	322.482	28,51	528.547	46,73	923.850
Operações de Crédito	799.782	799.782	95.162	11,90	253.844	31,74	545.937
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	58.421	14,09	134.153	32,35	280.492
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	36.741	9,54	119.691	31,08	265.446
Alienação de Bens	145.615	149.102	212.458	142,49	245.447	164,62	(96.345)
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.414	210.686	146,91	241.473	168,37	(98.059)
Alienação de Bens Imóveis	3.645	5.688	1.772	31,15	3.974	69,87	1.714
Amortização de Empréstimos	3.000	3.229	367	-	2.712	83,99	517
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.229	367	11,36	2.712	83,98	517
Transferências de Capital	175.008	175.589	14.487	8,25	26.536	15,11	149.053
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	175.357	14.487	8,26	26.536	15,13	148.821
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	8	0,23	8	0,23	3.442
Outras Receitas	3.450	3.450	8	0,23	8	0,23	3.442
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III+IV)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	233.266	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Dez/2005

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Nov-Dez	No exercício	Bim. Nov-Dez	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	973.964	12.825.788	2.871.784	12.385.059	3.041.086	12.385.059	440.729
Pessoal e Encargos	5.736.607	600.019	6.336.626	1.533.932	6.300.491	1.543.264	6.300.491	36.135
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(176.205)	602.064	126.848	598.150	126.948	598.150	3.915
Outras Despesas Correntes	5.336.947	550.150	5.887.097	1.211.004	5.486.418	1.370.875	5.486.418	400.679
Despesas de Capital	2.625.596	22.740	2.648.336	499.530	1.963.084	519.383	1.963.084	685.252
Investimentos	1.544.975	146.763	1.691.738	385.304	1.009.579	441.988	1.009.579	682.159
Inversões Financeiras	216.460	(121.213)	95.247	13.999	94.084	14.117	94.084	1.163
Amortização da Dívida	864.161	(2.810)	861.351	100.227	859.421	63.279	859.421	1.930
Reserva de Contingência	31.500	(30.983)	517	-	-	-	-	517
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.348.143	1.126.497
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.348.143	1.126.497
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	98.850	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.446.993	1.126.497

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2004 - Dez/2005

R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	484.463	636.043	37.074	30.157	521.538	666.200
Fevereiro	438.218	525.513	45.857	63.017	484.075	588.530
Março	468.157	486.953	46.489	48.790	514.646	535.743
Abril	699.160	526.342	48.642	67.908	747.802	594.250
Maio	532.332	601.883	54.678	66.249	587.009	668.132
Junho	531.331	616.439	63.295	65.828	594.626	682.267
Julho	554.265	514.707	65.912	85.607	620.176	600.314
Agosto	577.960	490.534	60.630	82.891	638.590	573.425
Setembro	567.226	625.826	57.974	77.998	625.200	703.824
Outubro	649.095	634.026	44.657	52.120	693.752	686.146
Novembro	513.166	618.966	37.186	49.475	550.352	668.441
Dezembro	610.156	599.895	71.658	82.788	681.814	682.683
Total	6.625.528	6.877.127	634.052	772.828	7.259.580	7.649.955

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2004 - Dez/2005 R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Janeiro	545.545	641.707	41.749	30.426	587.294	672.132
Fevereiro	488.180	528.057	51.085	63.322	539.265	591.379
Março	516.713	484.529	51.311	48.547	568.024	533.076
Abril	762.925	521.089	53.078	67.230	816.003	588.319
Maio	572.512	597.394	58.805	65.755	631.317	663.149
Junho	564.173	614.604	67.207	65.632	631.381	680.236
Julho	581.919	515.254	69.200	85.698	651.119	600.952
Agosto	598.945	494.944	62.831	83.636	661.776	578.581
Setembro	584.991	632.288	59.790	78.803	644.781	711.091
Outubro	665.887	636.539	45.812	52.327	711.700	688.865
Novembro	522.142	619.370	37.836	49.507	559.978	668.878
Dezembro	617.627	599.895	72.535	82.788	690.163	682.683
Total	7.021.560	6.885.670	671.240	773.671	7.692.800	7.659.341

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de dezembro/05 pelo IGP-DI/FGV.ICOP**Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2004 - Dez/2005 R\$ 1.000**

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2004												
Janeiro	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	21.103	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232
Dezembro	190.056	1.911.709	11.312	121.702	-	21.103	14.426	211.827	9.217	118.901	225.011	2.385.243
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balanco Orçamentário ¹
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2005
R\$ 1.000

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Set-Out/ 2005 (b)	% (b/a)	Jan a Out/ 2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.590.281	1.596.476	276.121	17,3	1.432.390	89,7	164.086
Receita Tributária	559.548	559.548	81.591	14,6	507.665	90,7	51.883
Impostos	470.000	470.000	73.618	15,7	436.699	92,9	33.301
Taxas	89.548	89.548	7.454	8,3	69.585	77,7	19.963
Outras Receitas Tributárias	-	-	519	-	1.381	-	(1.381)
Receita de Contribuições	118.300	122.826	11.132	9,1	66.557	54,2	56.269
Contribuições Sociais	83.500	83.500	4.620	5,5	25.627	30,7	57.873
Contribuições Econômicas	34.800	39.326	6.512	16,6	40.930	104,1	(1.604)
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.303	12,5	31.621	62,5	18.981
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	231	10,0	1.123	48,4	1.197
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.124	21,2	20.984	142,4	(6.247)
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	2.948	9,1	9.512	29,3	22.983
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	17.581	2.261	12,9	3.305	18,8	14.276
Receita de Serviços	15.912	17.581	2.261	12,9	3.305	18,8	14.276
Transferências Correntes	807.949	807.949	170.834	21,1	810.673	100,3	(2.724)
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	163.662	21,5	791.393	103,8	(28.886)
Transf. de Instituições Privadas	432	432	17	3,9	192	44,4	240
Transferências de Convênios	45.010	45.010	7.155	15,9	19.088	42,4	25.922
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	20.753	18,8	86.148	78,0	24.302
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	5.756	14,9	34.366	89,2	4.174
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	783	18,2	4.487	104,1	(177)
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	11.844	18,9	39.467	62,9	23.233
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	2.370	48,4	7.828	159,8	(2.928)
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(16.753)	23,1	(73.579)	101,5	1.099
Receitas de Capital	74.918	74.918	7.275	9,7	15.372	20,5	59.546
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	68	68,0	68	68,0	32
Alienação de Bens Móveis	100	100	68	-	68	68,0	32
Transferências de Capital	61.098	61.098	7.207	11,8	12.891	21,1	48.207
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	7.207	12,7	12.891	22,7	43.914
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.671.394	283.396	17,0	1.447.762	86,6	223.632
Déficit (II)	-	-	59.445	-	-	-	-
Total (III)= (I+II)	1.665.199	1.671.394	342.841	20,5	1.447.762	86,6	223.632
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balanco Orçamentário¹
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan-Out/2005
R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a liquidar (c-g)
				Set-Out 2005	Jan-Out 2005	Set-Out 2005	Jan-Out 2005	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	9.004	1.445.421	167.798	1.194.062	227.885	1.011.410	70,0	434.011
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(38.651)	533.714	58.239	445.925	79.872	387.308	72,6	146.406
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.200	62.605	11.650	59.116	76,5	18.132
Outras Despesas Correntes	786.804	47.655	834.459	99.359	685.532	136.363	564.986	67,7	269.473
Despesas de Capital	223.282	(8.555)	214.727	15.470	109.448	21.604	92.403	43,0	122.324
Investimentos	146.887	(10.142)	136.745	12.261	52.988	11.960	43.864	32,1	92.881
Inversões Financeiras	3.530	1.587	5.117	1.091	4.831	971	4.672	91,3	445
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	2.118	51.629	8.673	43.867	60,2	28.998
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	449	1.665.648	183.268	1.303.510	249.489	1.103.813	66,3	561.835
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	60.553	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	449	1.665.648	183.268	1.303.510	249.489	1.164.366	69,9	561.835

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).